

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Lucas Vinícius Muenster Machado

**Impactos da ocupação militar na Vila de Santa Cruz de Canoinhas durante o
Movimento do Contestado (1914-1916)**

Ilha de Santa Catarina

2019

Lucas Vinícius Muenster Machado

**Impactos da ocupação militar na Vila de Santa Cruz de Canoinhas durante o
Movimento do Contestado (1914-1916)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação pelo Departamento de História no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de bacharel e licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

Ilha de Santa Catarina

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Machado, Lucas Vinícius Muenster
Impactos da ocupação militar na Vila de Santa Cruz de
Canoinhas durante o Movimento do Contestado (1914-1916) /
Lucas Vinícius Muenster Machado ; orientador, Paulo
Pinheiro Machado, 2019.
122 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Estado. 3. Contestado. 4. Canoinhas. 5.
Militares. I. Machado, Paulo Pinheiro . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ATA DE DEFESA DE TCC

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às catorze horas, na sala trezentos e três do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. Paulo Pinheiro Machado (Orientador e Presidente); Prof. Rogério Rosa Rodrigues (Titular); Prof. João Klug (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº87 /HST/CFH/2019, a fim de arguirm sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Lucas Vinicius Muenster Machado**, intitulado: "**Impactos da ocupação militar na Vila de Santa Cruz de Canoinhas durante o Movimento do Contestado (1914- 1916)**". Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof. Paulo Pinheiro Machado, nota 9,0, Prof. Rogério Rosa Rodrigues, nota 9,0, Prof. João Klug, nota —, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 9,0. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 20 de fevereiro de 2020. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2019

Prof. Paulo Pinheiro Machado (Orientador):

Prof. Rogério Rosa Rodrigues (Titular):

Prof. João Klug (Suplente):

Lucas Vinicius Muenster Machado (Candidato):



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto Ruan V. M. Machado que o
acadêmico(a) Ruan V. M. Machado, matrícula
n.º 14201648, entregou a versão final de seu TCC cujo título é
Impactos da ocupação militar no Vila de Santa Cruz de Capua, RJ
com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa. Relatório de
elaboração do
trabalho de
194-1916

Florianópolis, 13 de Dezembro de 2019.

Orientador(a)

À Maria da Conceição

à Maria Isabel

à Edilete

à Eliana

à Nelci

à Laureci

à Camila

à Amanda

à Júlia

“Pra lembrar que estica o caminho quem manda no chão”¹

¹ NÃÇÃO ZUMBI. **Onde tenho que ir**. Rio de Janeiro: DeckDisc: 2007. 5:03

Resumo

Este trabalho visa compreender o impacto das ações das tropas repressivas em suas intervenções junto ao território onde ocorreu o Movimento do Contestado, especificamente no município e vila de Santa Cruz de Canoinhas, um dos locais mais afetados pela guerra, bem como por suas consequências. As sociedades e comunidades do Contestado delineavam-se em organizações sociais e econômicas próprias, atingidas bruscamente pela introdução do grande capital estrangeiro, e mais ainda pelas medidas repressoras do Estado, então dominado pelos coronéis e grandes fazendeiros do início do século XX. A pesquisa procura entender sobre o *modus operandi* histórico do Estado brasileiro para com suas populações. Na situação específica aqui abordada, na sua guerra interna contra os insurgentes, reclamantes ou simples pobres lavradores, caboclos e caboclas do sertão do Paraná e Santa Catarina, verifica-se a diferença de pesos e medidas assim como abusos e crimes impostos aos indivíduos que ali encontravam-se. Em nome da paz, da civilização, ordem e progresso, destruíram-se muitas vidas sob a égide da República; cabe aqui então analisar um recorte do campo de operações das mãos armadas e das ações agressivas do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Contestado; Canoinhas; Estado; coronelismo; sertanejos; comerciantes; militares

Abstract

This monography aims to understand the impact of the actions of repressive troops on their interventions in the territory where the Contestado Movement took place, specifically in the municipality and village of Santa Cruz de Canoinhas, one of the places most affected by the war, as well as its consequences. The societies and communities of the Contestado was outlining their own social and economic organizations, hit sharply by the introduction of the great foreign capital, and even more by the repressive measures of the state, then dominated by the colonels and large farmers of the early twentieth century. The research seeks to understand the historical modus operandi of the Brazilian State towards its populations. In the specific situation addressed here, in its internal war against the insurgents, complainants or simple poor farmers, caboclos and caboclas of the backlands of Paraná and Santa Catarina, there is a difference in weights and measures as well as abuses and crimes imposed on individuals who live there. They met. In the name of peace, civilization, order and progress, many lives were destroyed under the aegis of the Republic; It is then up to analyze a section of the field of operations of the armed hands and the aggressive actions of the Brazilian State.

Keywords: Contestado; Canoinhas; State; coronelismo; country people; merchants; military

Lista de imagens:

Imagem 1: O porto da Vila de Santa Cruz de Canoinhas em 1898. _____	20
Imagem 2: Excerto de mapa do palco da guerra, dando destaque para os limites colocados pela Lei nº 907 de 11/09/1911 em amarelo, e para o Contestado do Contestado em vermelho. [grifo nosso] _____	22
Imagem 3: “Roberto Ehlke e seu inseparável companheiro, Canoinhas, julho de 1905”. ____	24
Imagem 4: Amélia e Roberto. _____	24
Imagem 5: Escolas Reunidas de Canoinhas, 1911. _____	25
Imagem 6: Vieira ao centro, em pé e de paletó claro, à sua direita, vê-se Adolpho Bading. _____	28
Imagem 7: Frei Menandro Kamps O.F.M. _____	29
Imagem 8: O capitão do Exército Mattos Costa à esquerda e o capitão da Guarda Nacional Aleixo Gonçalves de Lima em Canoinhas, 1914 _____	45
Imagem 9: Coronel Onofre Muniz Ribeiro, comandante da Coluna Norte. _____	50
Imagem 10: A casa de Victor Soares de Carvalho em 2013. _____	61
Imagem 11: A trincheira do 16º batalhão na ponte do rio Canoinhas. _____	63
Imagem 12: Vila de Canoinhas e o entrenchamento do 16º B. no combate de 8 de novembro 1914. _____	64
Imagem 13: Seção da 4ª Companhia de Metralhadoras, vendo-se Canoinhas ao fundo ____	66
Imagem 14: Pedro Leão de Carvalho. _____	71
Imagem 15: Grupo de vaqueanos homenageados anos após os combates. _____	75
Imagem 16: General Setembrino de Carvalho no acampamento das forças federais em Canoinhas. _____	74
Imagem 17: Revista às tropas promovida pelo gal. Setembrino em Canoinhas. _____	76
Imagem 18: Revista às tropas promovida pelo gal. Setembrino, rua Vidal Ramos. _____	76
Imagem 19: Revista às tropas promovida pelo gal. Setembrino em Canoinhas, rua Vidal Ramos _____	77
Imagem 20: Revista às tropas promovida pelo gal. Setembrino em Canoinhas, rua Eugênio de Souza _____	77
Imagem 21: Rendição de Henrique Wolland e Carneirinho, na Praça Lauro Müller, Canoinhas. _____	79
Imagem 22: A chegada de Bonifácio José dos Santos em sua rendição na Praça Lauro Müller, Canoinhas _____	80
Imagem 23: Bonifácio José dos Santos parlamentando com o tenente Castelo Branco. Praça Lauro Müller, Canoinhas. _____	80

Imagem 24: O Edifício Stoerbel, construído a partir de 1905 e que servia de quartel da força pública e cadeia. Fotografia de 1914. _____	90
Imagem 25: Batalhão de Infantaria na Estação de Canoinhas _____	95
Imagem 26: Manoel Thomaz Vieira em destaque, figurando entre os parlamentares eleitos para a 10ª legislatura. _____	99
Imagem 27: Mattos Costa entre trabalhadores em frente ao Edifício Stoerbel, quartel da força pública e cadeia. Nota-se a presença de militares nas sacadas. _____	118
Imagem 28: Mattos Costa entre dois oficiais e o contingente do 16º Batalhão de Infantaria sobre a ponte do rio Canoinhas. _____	119
Imagem 29: Integrantes da Companhia de Engenheiros do 2.º Batalhão reunidos pelo reestabelecimento do tráfego ferroviário. _____	119
Imagem 30: O reestabelecimento da linha telegráfica entre Canoinhas e Porto União da Vitória _____	120
Imagem 31: Croqui da Vila de Canoinhas com entrincheiramento de coluna Móvel da linhas do Norte em março de 1915. _____	121

Introdução	10
1- A ocupação, a economia e a política:	18
2- A presença de tropas oficiais na região	30
2.1- As rusgas pré- Caraguatá	30
2.2- Outros casos, outras tropas, outros locais.	36
3- O deslocamento do conflito ao norte	39
3.1- O peculiar primeiro semestre	39
3.1.1- Mesquita (16-4-1914 a 29-5-1914)	41
3.2- O segundo semestre: O caos instaurado	42
3.2.1- Mattos Costa (maio 1914, a 7-9-1914)	43
3.3- Setembrino	49
3.3.1- As ações com civis: os vaqueanos	67
4- 1915	74
4.1- O açougue, os refrescamentos	88
Considerações finais	95
Lista de referências:	101
1- Fontes:	101
2- Bibliografia:	102
Apêndice:	104
Anexos:	118

Introdução

A vila de Santa Cruz de Canoinhas, assentada em fins do século XIX entre os rios Canoinhas, Água Verde e o arroio Monjolo, constituiu-se economicamente logo nos anos iniciais do século XX como um porto fluvial e entreposto comercial de relevante importância no ciclo da erva-mate na bacia do rio Iguaçu. Sendo um posto avançado do coronelato lageano, representado a partir de 1908 pelo major da Guarda Nacional Manoel Thomaz Vieira, a chamada “frente catarinense” sempre fora palco de intensa cobiça e disputas por ambos os estados litigantes na questão dos limites entre Paraná e Santa Catarina. Caracterizando-se como uma zona de fronteira exploratória primária entre frentes agrícolas-pastoris majoritariamente dominadas a oeste e leste por fazendeiros-coronéis paranaenses, assim como comunidades cativadas pelo Paraná, tornou-se destino dos mais diversos imigrantes, notadamente comerciantes do mate, constituindo já na primeira década do século XX um núcleo urbano, embora pequeno estruturado e organizado. (QUEIROZ, 1981, p.67)

As movimentações bélicas e demonstrações de força por parte do coronelato e das autoridades locais sempre esteve intimamente fundida às lógicas sociais estruturantes daquela sociedade. A região a oeste da vila-município, principalmente os vales dos rios Timbó e Paciência, assim como seus afluentes constituía uma área conhecida por “Contestado do Contestado”, em sumo, uma ampla área crivada de ervais nativos de altíssima qualidade, logo, de grande valor econômico agregado, onde jurisdição alguma alcançava ou vigia sobre;. No entanto, com o recrudescimento do movimento sertanejo do Contestado, convertido em guerra, todo o território vê-se no olho do furacão, especialmente a partir de meados de 1914, expondo a região às condições abordadas adiante. Cabe aqui destacar uma questão relevante para que não se precise retomar: as fronteiras estudadas são de grande maleabilidade, tanto as naturais, geográficas quanto as sociais. Em se pensando que os limites ainda não estavam definitivamente postos, o estresse pelas suas disputas sociais-faccionárias-fundiárias, e devido a presença do exército, entre várias questões, ademais a influência do adensamento da presença acionária do Capital estrangeiro-internacional na região, tenderam ao recrudescimento do movimento; ficando Canoinhas em situação de cerco quando do auge da insurreição cabocla. A presença das tropas oficiais causa um enorme impacto em todo Contestado, em Canoinhas, vila com cerca de 500 habitantes, a chegada de 1.700 homens certamente fora sentida. Cabe à esta monografia perceber essas relações e a maneira como se deram sobre a população civil da localidade.

Os registros sobre a região são razoáveis e diversificados, no entanto dispersos, e quando não muito extintos. Casos de queimas de arquivo são notórios na História brasileira, não divergindo assim nesta região.

No Livro Tombo da Paróquia Santa Cruz de Canoinhas encontramos uma grande sede de registros; diversas ocasiões, citações, registros episcopais, civis e militares. Fiéis, homens, mulheres e crianças, “fanáticos”, civis e militares de variadas classes e grupos, que passaram para o registro histórico e administrativo através dos bicos das penas de Frei Menandro Kamps OFM são encontrados nas páginas do livro pretérito da paróquia de Santa Cruz de Canoinhas, que possui registros desde a fundação da mesma. Como o método do registro era realizado não-diariamente, o texto mantém um padrão oscilatório, entretanto sem nada perder em seu padrão.

A relação dos seus cronistas com a comunidade ali residente podem desvelar minúcias cotidianas como registros demográficos, geográficos, políticos, jornalísticos, sociais, públicos, etc. O último registro de 1913 aparece na página 10 a , consta do retorno do pároco da sede de uma capela à outra devido à uma movimentação de tropas paranaenses sobre o território intentado por Santa Catarina de Villa Nova do Timbó assim como dos números de batizados, confissões, visita aos enfermos, etc, no que o padre chama de “Movimento religioso durante este ano”. Adiante citam-se as provisões ao “salutar” ano de 1914, declarando alguns nomes como responsáveis pela manutenção de algumas capelas e na colaboração com a administração da paróquia. Da próxima e por mais 28 páginas sequenciais a guerra toma conta das 33 linhas que o religioso dispunha à escrever em cada uma. Passando por episódios cruciais quando das elevações das tensões sociais, números e eventos marcantes do conflito, especialmente após janeiro de 1914 quando da visita de Venuto Baiano ao interior da paróquia.

Kamps tece uma interessante narrativa em diversas páginas sobre o desenrolar do movimento desde antes de 1912 até a “pacificação” em 1915. Cita no Livro Tombo reiteradamente a condição de vítimas dada à maioria dos sertanejos relacionados ao movimento, pensando-os como ferramentas de alguns poucos bandidos e bandoleiros, que usaram assim da boa vontade e da ignorância do povo pobre do sertão para seus intentos pessoais. Encontram-se nas provisões paroquiais adotadas em 20 de janeiro, no entanto, entre os zeladores e responsáveis² de 12 capelas, alguns futuros líderes rebeldes no município de Santa Cruz de Canoinhas, como

² A saber, respectivamente: Joaquim Borges Lima; João José Gonçalves; Antonio Fernandes; Francisco Quadro; Thomaz Alves de Oliveira; Manoel Ferreira de Souza, Frederico Grobe, Ignácio de Lima; Sebastião Barbosa; Bernardo Iarrocheski; Ponciano de Oliveira; a de Taquarizal não possui registro. Da matriz, ficaram responsáveis Herculano Xavier Neves, Francisco Rosa, José Sabatke e Eugênio Manoel de Souza, este último, responsável pela tesouraria e representante jurídico da mesma.

Ignácio de Lima, e um dos irmãos Grober que mais tarde atuam ao lado dos rebeldes no município. (LIVRO TOMBO, p.10a)

Não por menos, o supracitado é bastante exposto no compilado de fontes assinado pelo Frei Aurélio Stulzer em 1982 intitulado, “Guerra dos fanáticos- 1912- 1916: a contribuição dos franciscanos”; publicado pela Editora Vozes (a mesma que ainda durante o conflito deu espaço aos textos de religiosos envolvidos com o tema) Stulzer nos fornece um conjunto de fontes organizado à uma lógica própria que dá registro dos textos produzidos por franciscanos que atuavam nas paróquias envolvidas diretamente no conflito.

Os relatos memorialísticos constituem algumas das fontes curiosas sobre o caso, mesmo com eventuais desencontros ou discordâncias, sob análise nos dão dimensões sobre os eventos ocorridos na vila, no município e na paróquia. Contamos com duas entrevistas realizadas com descendentes diretos de fundadores da Vila de Canoinhas, de onde se podem extrair impressões peculiares das memórias legadas à primeira e segunda gerações após o conflito, sendo a primeira fornecida por Aloysio Soares de Carvalho em junho de 2018 na sua residência em Canoinhas, no mesmo terreno para onde seu pai Victor Soares de Carvalho mudara- se em 1905, vindo de São Francisco do Sul/ Joinville; e a segunda de Ivanita Schvinski, também em Canoinhas; neta de Emílio Gothard Wendt, imigrante provindo da Lapa, que instala- se em Canoinhas por volta de 1900, Ivanita concedeu sua entrevista em sua residência, no mesmo terreno onde Emílio fazia morada.

Destarte, colaboram para o desenvolver desta monografia textos produzidos por moradores da vila. Adolpho Bading publica em 1916, no Almanaque alemão um texto relatando o desenvolver da guerra, intitulado “O movimento Fanático do Contestado (Paraná e Santa Catarina)” narra desde novembro de 1913 até setembro de 1915, justamente o período mais crítico para os civis e os militares ali operantes. Bading, assim como outros que serão abordados, era membro ativo da comunidade canoinhense, envolvendo- se corriqueiramente com questões políticas, comerciais e sociais da localidade, o que nos dá noções de como o movimento era visto pelas figuras públicas que se propunham a escrever naquele local, e que restaram até nós. Já o “A campanha do Contestado: episódios e impressões”, livro em três volumes, produzido pelo oficial segundo- tenente Demerval Peixoto, nos lega uma das mais amplas fontes do conflito na região. Marilene Weinhardt ao analisar discursos propostos durante e sobre o Contestado assevera que:

As fontes documentais de origem militar sobre campanhas bélicas são sempre quantitativamente ricas. Particularmente numa época em que a transmissão de informações se fazia quase que exclusivamente pelo registro escrito, há uma profusão de ordens do dia, relatórios, ofícios, requerimentos, croquis, mapas,

telegramas, todos vazados numa linguagem em que o formalismo do caráter oficial produz uma uniformidade mascaradora, a custo vislumbrando-se as tensões próprias de toda relação entre superiores e subordinados, agudizadas em circunstâncias contraditórias como as da luta contra os sertanejos da região do Contestado (WEINHARDT, 2002, p.71)

Tendo atuado nas regiões e ações da coluna norte do gal. Setembrino, situada em Canoinhas, Peixoto não poupa comparações do contexto social da guerra com os eventos ocorridos anteriormente em Canudos- BA; na mesma linha, demonstra em vários momentos as ações e relações do Capital internacional estruturado na região, assim como de suas aproximações com o coronelato local e o peso de suas lâminas sobre os caboclos e/ ou revoltosos. Sendo promovido à referida patente pouco antes do conflito, Peixoto não data, nem narra exatamente vários dos fatos apresentados em sua obra, sendo alguns casos reproduzidos pelo mesmo sem o devido contato direto, no entanto, como adentra a guerra no ano de 1914, em setembro, e publica seu primeiro relato em 1916³, julga-se que o mesmo já tenha iniciado a escrita do texto junto com a coleta dos dados entre setembro de 1914 e abril de 1915, ou seja, ainda em campo de batalha, o que lhe confere um status próprio nos estudos do Contestado (RODRIGUES, 2008a, p. 141). Ressalte-se também as inclinações “paranistas”⁴ do oficial militar. Por outro lado, encontramos vozes dos suprimidos nas linhas do “O último jagunço”, de Euclides Filipe, que com o registro de décimas coletadas in loco durante décadas de convívio com sertanejos da região do Contestado, aliadas à narrativa nos traz os comentários e noções dos mesmo sobre os eventos ocorridos desde antes da guerra assim como em seu desenrolar.

Sobre as correlações de forças políticas existentes na guerra do Contestado, ampliadas com a presença do Exército, um fator a mais no campo de disputa de poder, encontramos nos trabalhos de Rogério Rosa Rodrigues demonstrações de um número razoável de casos de ações militares sobre e com os civis das mais diversas formas e intensidades em jogos de interesses múltiplos. As condutas oficiais do exército na região, ora buscando distanciar-se da política local, ora ligando-se diretamente à ela demonstram aspectos dúbios de sua atuação enquanto órgão do Estado. A tese de doutoramento da historiadora Viviani Poyer, intitulada “Fronteiras de uma guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do contestado 1907-1918” nos traz uma pesquisa acurada sobre a atuação dos chamados

³ O segundo volume sai em 1918 e o terceiro em 1920.

⁴ Expressão cunhada por Tokarski, a qual diferencia os grupos de interesse não por seus locais de nascimento, mas por sua posição na causa de limites, dividindo-se então entre: “catarinistas”, aqueles que apoiavam Santa Catarina em na contenda de limites; e “paranistas” para aqueles que inclinavam-se à defesa do Paraná na mesma questão.

fabricianos em uma chacina ocorrida às margens do rio Iguaçu e a complacência do exército no caso, além das reverberações diplomáticas deste e outros casos correlatos à questões fundadoras da guerra. Ainda sobre o período anterior ao movimento organizado, encontra-se na tese de Elói Muchalovski grande amparo sobre as questões políticas e bélicas no “Contestado do Contestado”; intitulada “A questão do Timbó e Canoinhas: Discursos e representações na imprensa do Paraná e Santa Catarina (1900- 1908)” aborda através de pesquisas em jornais e bibliográficas vários fatos ligados diretamente a eventos políticos- militares relacionados à ocupação do solo, a questão de limites, e as tensões pela posse do território, como o caso de Demétrio Ramos e a própria fundação de Santa Cruz de Canoinhas tal como de outras vilas e comunidades na região dos vales dos rios Timbó, Paciência e Canoinhas. Também tocante à região sul do rio Negro, encontramos referência na dissertação “Aconteceu nos ervais: A disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva- mate- Região sul do Vale do Rio Negro”, de Antonio Dias Mafra; e na tese de Alexandre Assis Tomporoski que nos fornece grande material relativo a presença e ação do capital estrangeiro na região e suas relações com a política e os trabalhadores locais. Do mesmo autor, juntamente com Soeli Regina Lima, surge um dos textos basilares à justificativa desta pesquisa chamado “Terra e resistência: as disputas fundiárias nos vales dos rios Negro e Iguaçu e sua influência na adesão ao movimento sertanejo do Contestado, (1889-1917)” os autores dão diversos apontamentos, baseados principalmente em Paulo Pinheiro Machado, no sentido da necessidade de estudos em níveis locais- regionais, as relações coronelísticas na região, assim como no recrudescimento do corpo de fontes disponível e sua análise. Como a terra e a violência (institucionalizada ou não) transpassam todos os níveis de sociabilidade local, fica latente a necessidade da ampliação dos estudos com esse foco.

São estudos que trazem à tona a conformação social dos agentes envolvidos na guerra principalmente os trabalhos de Maurício Vinhas de Queiroz e de Paulo Pinheiro Machado. No primeiro caso, Queiroz, que surge com um dos primeiros trabalhos acadêmicos sobre o Contestado “Messianismo e conflito social. A Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916)”, descreve e analisa as estruturas sociais enquanto correlaciona- as ao que chama de movimento messiânico; o texto é uma fonte de grande valia quando aborda diversos aspectos sociológicos locais, além do sentido cronológico do texto. Este trabalho é um repositório de informações fundamental para os estudos e a compreensão do Movimento Sertanejo do Contestado e da formação das sociedades e comunidades na região. Também indispensável para os estudos sobre o tema, é a obra do outro autor supracitado, derivada de sua tese de doutoramento, finalizada em 2001; em “Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas

(1912-1916), Paulo Pinheiro Machado faz um estudo sobre a formação e localização social das chefias rebeldes que atuaram no movimento durante e em todo Contestado. O autor percebe minúcias e ações que nos colaboram a pensar um número enorme de personagens envolvidos no mesmo “teatro”, como os casos dos líderes rebeldes que atacaram Canoinhas e toda a comunidade regional.

Tratando sobre documentos oficiais produzidos diretamente pela coluna militar estacionada em Canoinhas este trabalho utilizará de alguns inquéritos realizados por oficiais sobre redutários e civis durante a atuação de Setembrino de Carvalho sobre as operações de guerra; quando comerciantes e transeuntes eram vistos como grandes suspeitos de cooperação com os rebelados. Não existe vácuo de poder. Ora quando da interferência federal na região e da insuficiência ou até mesmo ausência do poder institucionalizado, é cedido poder ao Exército nacional, abrindo-se a brecha para que as ações de autoridade e forte arbítrio - quando não, abuso- dos representantes destes sobre os civis, trabalhadores, comerciantes, rebelados e até potentados militares, como no caso do comerciante e capitão da Guarda Nacional Roberto Ehlke e outros. Os inquéritos mostram tentativas forçadas de cerco aos rebeldes e civis não rebelados, assim como de extração de informações, colocando em xeque e em risco indivíduos que se mantiveram na vila ou em seus arredores durante o adensamento do conflito. Ademais, complementam a escrita deste trabalho a “Cronografia do Contestado” organizada por Fernando Tokarski, a qual registra diversos fatos e acontecimentos relacionados à região e ao movimento.

Variados textos, casos, episódios e personagens se encontram ou sobrepõem-se no Contestado. Nisso, os jornais constituem um dos grupos textuais que mais emergem na pesquisa, aparecem no Livro Tombo, em reedições, edições especiais, objetos de estudos acadêmicos etc, sendo relevantes neste trabalho no auxílio à localização social de indivíduos, registros de aparições, situações, contatos e contratos sociais, num campo onde encontramos discursos de classes e grupos sociais claramente delimitados. Com isso, notar e pensar o quê, quem e como se registrava nessas fontes (assim como o que e quem não se registrava) é de grande importância. Serão utilizados aqui diversos jornais de época, locais ou não, que nos dão registro das situações cotidianas e/ ou extraordinárias, associações, protestos e movimentações sociais e legais da comunidade às margens do rio Canoinhas tal como de regiões adjacentes. São de grandiosa relevância para este trabalho as transcrições encontradas no Livro Tombo e na “Gazeta do Commercio”, de Joinville, de “O Leme-órgão do Partido Republicano Catharinense”, fundado por major Manoel Thomaz Vieira e Adolpho Bading em janeiro de 1914. Deste restam conhecidas até o momento poucas transcrições. O Leme transforma-se em

1915, com a morte de seu gerente, Francisco Rosa, em “O Imparcial⁵- órgão dos interesses do Município”, tendo seu primeiro número em 1º de novembro de 1915, estendendo- se até fins de 1916, quando inaugura- se em 1917 “O Timoneiro do Norte- órgão do directorio político local”. Jornais posteriores, publicados especialmente após a morte daqueles envolvidos direta e ativamente nos conflitos, ou seja, a partir dos anos 1960 também serão utilizados e nos dão aspectos memorialísticos do movimento, trazendo informações variadas e complementares principalmente sobre as personagens. Para tal empreitada em casos como os jornais “Correio do Norte” e “O Melhor”, foram os exemplares consultados em via física. Em jornais de época, recorreu- se ao recurso de busca cedido pela Biblioteca Nacional em sua hemeroteca.⁶

Tendo em vista o contato entre as figuras militares e civis, sendo elas rebeldes ou não, no contexto de 1914- 1915 na Vila de Canoinhas, é impossível de se pensar a intervenção federal indissociadamente de interferências na política e comunidade locais. As movimentações dos rebeldes, como indicado no Livro Tombo, já dão registros da impossibilidade de manutenção do comércio e indústria na região, levando à uma estagnação econômica e política devido aos assédios à ferrovia e aos cidadãos que culminaram, hora no abandono de suas propriedades, hora na sua adesão ou aniquilamento próximo ao Movimento. Aqueles que optaram por resistir, tinham de lidar constantemente com os acessos rebeldes e com as desconfianças dos interventores federais, não ademais, com as próprias disputas faccionárias regionais. Assim, pensou- se em abordar no texto alguns momentos anteriores ao cerco e à própria guerra; como o surgimento e consolidação da vila desde fins do século XIX tal qual a formação social da comunidade pioneira, contextualizando algumas de suas personagens e locais sociais. Bem como também pensar com base na lógica de Duglas Teixeira Monteiro, as tensões endêmicas e extraordinárias, comumente encontradas antes, durante e mesmo posteriormente ao conflito e da resolução dos limites.

Com o crescimento do movimento, notadamente o seu direcionamento para o norte, adentrando a comarca e a paróquia de Canoinhas, busca- se compreender as operações de guerra no esquema montado pela autoridade federal naquela sede, assim como estruturar um cenário que se desenrola antes e durante o conflito, quando a vila passa a ser atacada constantemente pelos rebeldes, o que leva a seu esvaziamento e cerco. A “pacificação” de Setembrino no entanto não atende a muitos princípios de direitos humanos básicos, como a manutenção da vida e sanidade civis; sem deixar porém de atender aos anseios do grande Capital e de diversas

⁵ As edições deste jornal utilizadas neste trabalho foram pesquisadas junto à Hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina em via física.

⁶ Disponível em: <https://www.bn.gov.br/explore/acervos/hemeroteca-digital>

pretensões políticas de procedência questionável. As correlações encontradas nas pesquisas deste trabalho não vêm no intuito de estabelecer verdades rígidas, uma História local mas de ver na “cotidianidade de uma situação vivida por um grupo de pessoas envolvidas em acontecimentos locais mas, ao mesmo tempo, interligadas a fatos políticos e econômicos que fogem [ou não] a seu controle direto”⁷. Assim, buscamos no primeiro capítulo identificar como se deu a constituição social e política dos primórdios da cidadela de Canoinhas, com algumas relações e encontros entres indivíduos tidos como de relevância no tecido social local; assim como atestar a consolidação do Partido Republicano Catarinense neste lugar; fator garantista de Santa Catarina sobre a posse do território na contenda de limites. No segundo capítulo, abordaremos a primeira presença de tropas federais na região, quando dos atritos no Contestado do Contestado envolvendo o coronel da Guarda Nacional Demétrio Ramos entre outros casos que levam ao recrudescimento e manutenção das tensões e violências no território estudado. A partir do terceiro, adentramos aos primeiros casos de presença oficial do exército nacional nas localidades próximas e na vila de Canoinhas após os “eventos inaugurais” da guerra em 1912 no Irani. O encaminhamento das belicosidades para o norte, leva- nos à presença do general Mesquita e do capitão Mattos Costa. Nesse ponto, também começamos estudar as ocorrências após a ofensiva rebelde sobre a cidade, levando- na ao cerco de 15 julho de 1914 e os intensos combates até o findar desse ano; o que implica numa expansão do uso da força pelo poder federal. Personificando- se no comando do general Setembrino de Carvalho, cujas ações foram de demasiada supressão dos indivíduos envolvidos no teatro de guerra, abordamos também o uso de civis junto às tropas. Posteriormente, no quarto capítulo, abordam- se as rendições ocorridas na cidade e suas condições, tanto para as lideranças quanto para os combatentes e fiéis e o início da troca de modelo de operação imposto ao Contestado em 1915 e 1916; o que abre portas para o uma subdivisão do capítulo onde trazemos os alguns dos momentos mais difíceis da guerra, chamado por Queiroz de “O açougue” e por Rodrigues de “Os refrescamentos”⁸, onde refletimos acerca das relações estabelecidas entre o Estado brasileiro institucionalizado, a personificação de entes envolvidos bem como as discrepâncias de tratamento cedido aos indivíduos. Logo após, encaminhamos- nos para as reflexões finais, donde se registram algumas noções gerais extraídas da pesquisa.

⁷ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁸ Inspirados respectivamente no manuscrito de Alfredo Lemos e na obra de Demerval Peixoto.

1- A ocupação, a economia e a política:

A ocupação do território onde constituiria-se a então vila de Santa Cruz de Canoinhas inicia-se pela barranca esquerda da curva do rio Canoinhas próxima à foz do rio Água Verde, expandindo-se o arraial à sudoeste ainda no século XIX. As redondezas já eram habitadas desde tempos imemoriais, especialmente por grupos indígenas e mais recentemente caboclos, sendo que em meados do séc. XIX já encontram-se registro de posseiros, lavradores morando em regiões próximas, como Taunay, Papuã, Boa Vista, intensificando-se o povoamento e incrementando o corpo social com diversos imigrantes à medida que o século avançava (TOKARSKI, [s.d.]). A produção e exportação da erva-mate bruta ou semi-beneficiada fora fator preponderante na ocupação e desenvolvimento da vila, sendo ela a atração de diversos grupos de pessoas e capitais tal qual como para a abertura de picadas, caminhos e estações nos rincões por onde se transportavam os cargueiros de mate até os centros beneficiadores, comerciais e exportadores de serra abaixo, notadamente Joinville e São Francisco do Sul.

Consta que a vila teria sido fundada nos últimos dias do império, em 1889, por um grupo de pessoas lideradas pelo lavrador e comerciante Francisco de Paula Pereira, advindo de São Bento do Sul e que, com a sua e outras famílias, teria se transferido pouco tempo antes e assentado-se nas proximidades da foz do rio Água Verde. Integrante do Partido Republicano Catarinense em São Bento do Sul desde 26 de junho de 1887⁹, Pereira desloca-se devido à pressões políticas, tornando-se “Senhor absoluto das terras e tido como chefe local, Pereira foi desde logo tratando de localizar num morro perto de sua habitação e em terras de cultura todo aquele que fosse pedir terreno para edificar” (Jornal FC apud QUEIROZ, 1981, p. 41). Após a Revolução Federalista, a região torna-se destino de diversos ex-combatentes maragatos, assim como reais ou supostos criminosos que, para livrarem-se das perseguições políticas e judiciais, se estabelecem na área, tornando Canoinhas nas palavras de Queiroz uma “república livre” e nos discursos paranaenses, no intento de desqualificar Santa Catarina, “uma terra de bandidos e bandoleiros”. Com a passagem de João Maria pelo local, em meados da década de 1890, situação que mobilizara centenas de pessoas, Pereira ergueu próximo à paragem do monge no alto da colina uma grande cruz, que logo fora cerceada por uma capela construída por Joaquim Branco, “onde todos os domingos, auxiliados por um preto de nome Romão, ali íam cantar a ladainha”, passando o lugar a chamar-se Vila de Santa Cruz de Canoinhas. Com a ausência de lideranças eclesiásticas, Pereira torna-se além de chefe local, uma liderança religiosa, em

⁹MUCHALOVSKI, 2018, p.111.

consonância com a prestação de atendimento aos necessitados (QUEIROZ, 1981, p. 41; CABRAL, apud MUCHALOVSKI, 2018, p.108).

Pereira fez forte oposição aos interesses paranaenses¹⁰ na região. Incorporou Joaquim Branco¹¹ ao arraial e rechaçou a nomeação de um subdelegado de Rio Negro, que seria chefe de um posto policial em Canoinhas em 1899¹², o que quando aliado à sua condição de curandeiro e líder espiritual local, custa a Pereira - nas linhas de jornais e vozes dos paranistas- a alcunha de líder de um bando de fanáticos e criminosos. Com a imagem forjada na imprensa paranaense (e dali a replicada em escala nacional); surgem diversas acusações, desde supostos ataques que seriam chefiados por Pereira à comunidades e povoamentos na região, até a presunção de que o mesmo lideraria um movimento monarquista nos sertões, aproximando- o da imagem de Antônio Conselheiro, e dos eventos em Canudos- BA ocorridos pouco antes (MUCHALOVSKI, 2018, p. 118).

Chegando em 1898, quando do primeiro registro fotográfico do arraial, já possuir diversos casarios e um porto fluvial que ligava a vila ao rio Iguaçu e assim à cidade de Rio Negro¹³, além de certa condição econômica emergente, Canoinhas demonstra um desenvolver de seu quadro social. Muchalovski, (2018) enquanto transcreve trecho publicado pelo Reverendo Vicente Bronikowski, Vigário de Rio Negro, no jornal A República de 27 de março de 1897, que o povo de Canoinhas deveria ser de 500- 700 pessoas ou mais, tendo celebrado em 10 dias 70 batizados e 30 casamentos; sendo que no pouso eram 40- 50 pessoas, tendo realizado ali 17 batizados e 5 casamentos. “De resto, o povo esperava um outro Padre de Lages” (op.cit., p. 111).

¹⁰ Um dos intentos paranaenses mais próximos da vila é o registro de aquisição 800 alqueires de lotes em Campo de Trigo- Marcílio Dias, cujos tributos eram quitados em Rio Negro- PR. (TOKARSKI, s.d. p. 96)

¹¹ Fazendeiro apontado como co- autor no assassinio de João Pacheco, patriarca de latifundiários ligados ao Paraná, na cidade da Lapa, quando por disputas por terras na região do Arraial de São João, no vale do rio do Peixe. Abandona suas posses e refugia- se em Canoinhas após o fato.

¹² TOKARSKI, [s.d.], p.247.

¹³ Queiroz acusa que a praça mais perto era Rio Negro- PR e que essa era acessível em tempos de cheia, caso contrário, a mesma distância era percorrida em lombos de burros e mulas cargueiras de mate por 10- 12 dias (1981, p.42).

Imagem 1: O porto da Vila de Santa Cruz de Canoinhas em 1898.



Fonte: Acervo Pessoal

Após 1899, com a morte de Pereira, lideranças formam uma comissão e dirigem-se à Curitiba em busca de apoio junto ao coronel Francisco Ferreira de Albuquerque (QUEIROZ, p.42), iniciando as tratativas que elevariam o arraial à condição de distrito em 3 de julho de 1902, oficializando um filão de influência do Partido Republicano Catarinense e do coronelato serrano no território Contestado até quase as costas do rio Iguçu.

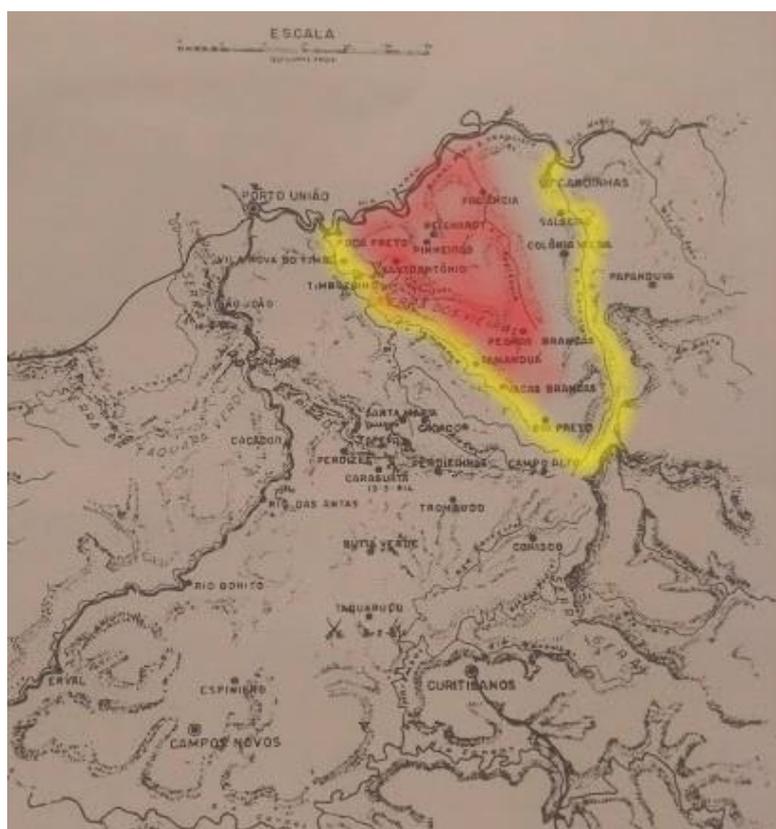
Ao passo do tempo, verifica-se no início do século XX o acirramento de tensões nas regiões limites entre Paraná e Santa Catarina, no que Muchalovski chama de “momentos dramáticos a partir de 1900” (op.cit., p. 105). A linha demarcatória entre os estados não era na prática motivo de contendas entre os estados litigantes, haja vista que ambos os estados disputavam isso em arenas discursivas, não havendo combates diretos entre forças policiais catarinenses e paranaenses. No entanto, a indefinição ocasionava diversas situações de sobreposição ou ausência de foros legais que não dificilmente acabavam tensas rugas e/ou disputas armadas pelas terras e seus ervais. A latente fragilidade institucional catarinense na região levava a constantes reclamações por parte dos paranaenses de que a *uti possidetis* do estado setentrional deveria ser a regra. O policiamento da região era parco, reproduzindo a fragilidade do Corpo de Segurança catarinense, encontramos por exemplo uma espécie de terceirização do policiamento da vila ainda enquanto distrito, quando o Tesouro do estado paga

à companhia Hoepcke por contratados para prestar tal serviço durante vários meses¹⁴. Tendo forças de segurança superiores, infra- estrutura melhor desenvolvida, povoamento e apoio do poderoso coronelato das margens do Iguaçu, O Paraná justificava como sendo um grande risco deixar toda a área entregue “à bandoleiros e bandidos financiados pelo próprio estado catarinense”. Serviria a título de exemplo do jogo de forças I) paranaenses já possuírem a concessão de navegação à vapor no grande rio [Iguaçu] em 1879; II) diversos registros de terras nas proximidades em cartórios paranaenses, com a criação do município de Itaiópolis em 1896 e a promoção do povoamento pela via da colônia Lucena assim como de Três Barras em 1910; III) tentativas, algumas exitosas, de criar postos policiais e fiscais [São Bento do Sul em 1897, Canoinhas e Papanduva em 1899], assim como da criação de distritos escolares, de juizados de paz e de polícia; IV) a proximidade de alguns defensores da causa paranista com o Capital, como o governador do Paraná Affonso Camargo etc. (DIACON, 1991, p.54; TOKARSKI, [s.d.]; STULZER, 1982).

Quase todo território segue sendo expressivamente disputado por diversos grupos de fazendeiros e posseiros, servindo de tensionado cenário bélico o “Contestado do Contestado” nos vales dos rios Timbó, Tamanduá, Timbozinho e Paciência; onde jurisdição alguma possuía direito de fato ou condições de operar, isso mesmo após a decisão judicial favorável a Santa Catarina pelo Supremo Tribunal Federal em 1904, embargada pelo Paraná. Segundo o Decreto Legislativo nº 22 de 9 setembro de 1911; e a Lei nº 907 de 12 setembro de 1911, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o novo município estendia- se “pelo Timbó acima até a barra do Tamanduá e sua cabeceira e deste reto sentido as cabeceiras do rio Canoinhas”, pertencendo sua jurisdição originalmente à Comarca de Curitiba. Não encontra- se na lei originária as exatas definições de fronteiras de parte do oeste e do norte do município. Logo após, em 12 de janeiro de 1912, Vidal Ramos cria pelo decreto nº 645 o distrito de Vila Nova do Timbó.

¹⁴ Jornal O Dia, 23 dez 1910, nº 4.713, p. 1

Imagem 2: Excerto de mapa do palco da guerra, dando destaque para os limites colocados pela Lei nº 907 de 11/09/1911 em amarelo, e para o Contestado do Contestado em vermelho. [grifo nosso]



Fonte: QUEIROZ, 1981, p. 313

Várias pessoas que compõem os núcleos sociais e políticos local cruzam-se por laços de compadrio, camaradagem, cumplicidade e disputas próprios daquele local e momento. Em determinada consonância com os movimentos supralocais, como os arranjos e debates políticos estaduais, a inserção na economia e sociedade nacionais, cultura etc surge com o raiar do século XX uma presença institucional mais cristalizada na cidadela. Paralela tanto ao desenrolar das disputas fundiárias e pela terra, quanto à natureza típica do coronelismo [de interligação das personagens políticas aos cargos ocupados na oficialidade e na sociedade em que coadunavam], o fato é que após a instalação do distrito, sob a intendência de Eugênio de Souza, começam a ser identificadas mais facilmente algumas personagens de estreita relação com a história da localidade.

Em 1915, no jornal O Imparcial, encontramos diversos anúncios da Casa Roberto Ehlke e Cia., anunciando-se, entre outras coisas, como “O estabelecimento mais antigo desta Vila”. Capitão da Guarda Nacional, comerciante e industrial, Ehlke é um dos pioneiros locais instalando-se em Canoinhas em 03 de agosto 1896. Filho de Ferdinand Ehlke e de Carolina

Gauger Ehlke, natural de Joinville- SC; por ocasião da Revolução Federalista em 1893, fora defensor dos republicanos no cerco da Lapa durante a Revolta Federalista¹⁵. Em 1902, quando da instalação do distrito, torna- se seu primeiro sub- delegado de polícia, “levando 15 dias de viagem, de Canoinhas à Curitiba para tomar posse”¹⁶. Em março de 1904, quando da instalação da agência postal, assume como agente do serviço postal¹⁷ da vila, com vencimentos de 30\$000¹⁸. Ehlke fora um dos mais ativos membros da sociedade local; de religião protestante, cedeu o barracão à beira do rio que abrigara a primeira casa paroquial da vila¹⁹; participou da fundação de clubes e da política, como conselheiro municipal e superintendente. Na posição de Juiz de Paz, realiza o primeiro casamento registrado de Canoinhas em 1912. Casado com Amélia Wendt em 3 de setembro de 1902²⁰; mulher que fora uma das principais mobilizadoras acerca da construção de um hospital que atendesse a população local, e que, ao lado de outras mulheres organizava encontros e sociais no intuito de arrecadar dinheiro para tal empreitada (fato esse que só realizou- se em 1939, 7 anos após sua morte²¹), Ehlke destaca- se socialmente antes e depois da guerra, sendo um dos moradores que pouco ausentou- se da localidade, sofrendo por isso diversos incômodos. Recebe o título de cidadão honorário canoinhense²² pouco antes de sua morte em 10 de dezembro de 1946.

¹⁵ Jornal Correio do Norte, 12 set 1961

¹⁶ Esta referência é encontrada em jornais que falam da vida Ehlke, muito provavelmente baseada na informação encontrada escrita atrás de uma foto sua com sua esposa, localizada no Arquivo Histórico de Canoinhas.

¹⁷ O serviço postal só cria uma linha fixa com “a praça mais próxima”- Rio Negro em agosto de 1910 (Jornal Commercio de Joinville, 13 ago 1910, p.2) e em março de 1913 a agência de Joinville já expedia todos os dias para Canoinhas. Idem, 19 abr 1913, n° 416, p. 2.

¹⁸ Jornal Correio do Norte, 7 mai 1955.

¹⁹ STULZER, 1981, p. 115.

²⁰ Jornal O Dia, 04 set 1927

²¹ Jornal O Dia, 29 mar 1932.

²² CANOINHAS, Decreto Municipal n° 89 de 3 ago 1946.

Imagem 3: “Roberto Ehlke e seu inseparável companheiro, Canoinhas, julho de 1905”.



Fonte: Jornal Correio do Norte, 12set 1961

Imagem 4: Amélia e Roberto.



Fonte: Arquivo Histórico de Canoinhas

Amélia originalmente pertencia à família Wendt, irmã de Emílio Gothard Wendt, um comerciante provindo da Lapa, cuja alcunha de influenciador cultural lhe consta. Situada sua morada à rua Coronel Albuquerque, logo na entrada da cidade, Emílio funda o jornal “O Canoinhas” em 1909, folha essa que teria editado aproximadamente 5 números; também cria “em um comprido casarão, coberto de tabuinhas” o cinema Fênix, no ano de 1909, o primeiro da cidade, quando nem energia eletrificada havia na vila; inaugura em seu comércio, além do jogo de bilhar, projeções de áudios por meio de discos em gramofone, dos quais a audição de uma hora custava \$200; constitui a banda musical Lyra Catarinense em 1911, juntamente com Salustiano Trancoso, Nestor Wendt, Guilherme Weber, Manoel Quadros, Julio Budant Sênior, Miguel Arnold e João Ferreira; no mesmo ano, Wendt assume como subdelegado do distrito, em 08 de agosto. A cooperação de Wendt na fundação e atividades da Sociedade Escolar, juntamente com Roberto Ehlke, Adelino Magno de Oliveira Jorge, Vitorino Bacelar Jr., Miguel Arnold, João Sotter Mattoso, André Cornelsen, João Vicente Ferreira e Gustavo Schade, leva à criação das Escolas Reunidas de Canoinhas, primeira escola de Canoinhas, em 1906 e 1907

respectivamente. Situada à rua Cel. Albuquerque esquina com rua 7 de setembro, as Escolas Reunidas seguem atuantes até o ano de 1916, quando é desconstituída e o prédio passa a servir de comércio e moradia de Ehlke.

Imagem 5:Escolas Reunidas de Canoinhas, 1911.



Fonte: Arquivo Histórico de Canoinhas

Na mesma vizinhança, quase em frente a casa de Emílio Wendt, fazia morada o agrimensor Rodolfo Wolff Filho. Alemão, nascido em 1º de setembro de 1863, filho de Rodolfo Wolff e Bertha Wolff, imigrou para o Brasil ainda criança de colo aos dois anos de idade; chegara em Canoinhas em 1900 vindo de São Matheus do Sul- PR. Capitão da Guarda Nacional desde 1906, torna- se engenheiro geógrafo formado pela Escola Livre de Engenharia do Rio de Janeiro em 5 de abril de 1911; ocupando o cargo comissionado de agrimensor do Estado de Santa Catarina desde 14 de junho de 1910, atuando sobre os distritos de Canoinhas e Timbó; tornando- se preposto da Agência do 5º Distrito do Comissariado geral de Joinville, na Comarca de Canoinhas em 18 de março de 1916²³. Sendo conselheiro municipal diversas vezes, além do primeiro secretário do 1º Conselho Municipal da cidade de Canoinhas, fora seu presidente. Ativo membro do Partido Republicano Catarinense local; encontramos reclamações por parte

²³ Capitão da 3ª Companhia do 17º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Curitiba- SC. MACHADO, Orty M. In: Jornal O Melhor, 22 mai 1992.

do comissário de polícia do Termo de União da Vitória- PR, informando ao chefe de polícia, desembargador Costa Carvalho, em 24 de setembro de 1908 a presença de Wolff Filho atuando como juiz de terras em medições “contra a vontade dos posseiros” na localidade denominada Barreiros, dentro do Contestado do Contestado, atuando sob requerimento do 1º suplente do juiz distrital de Canoinhas Miguel Pereira dos Santos²⁴. Wolff Filho supostamente prometeu oferecer resistência em caso de intervenção das forças armadas²⁵. Teria sido também o referido quem traçara o quadro urbano da vila.

Outro alemão influente na localidade era Adolfo Bading; comerciante, editor dos jornais O Leme, O Imparcial e O Timoneiro do Norte, chegara ao porto de Santos- SP em 1909 vindo de Bremen no vapor Crefeld²⁶. Casado com Martha R. Bading, tomou posto em cargos públicos durante o conflito, servindo de juiz de paz e conselheiro municipal.

Adolfo era sócio do major da Guarda Nacional Manoel Thomaz Vieira. Comerciante, natural das cercanias de Curitiba, filho de João Thomaz Vieira e Ana Vieira Matoso, acompanhado de seus pais passa a residir em Rio Preto -SC em 1883, onde fica aproximadamente 20 anos; após sofrer perseguições políticas pela sua adesão à causa catarinense muda-se para a área de influência do coronel Francisco de Albuquerque, onde funda a Colônia Vieira, seu local de residência. Vieira ocupou diversos cargos públicos, 3º Juiz de Paz da sua Colônia, era superintendente quando da erupção do movimento rebelde em Canoinhas, acumulando com o cargo deputado do Congresso Representativo do Estado de SC a partir de 14 outubro de 1915. Quando da comunicação ao governador Vidal Ramos, sobre as eleições de 12 de novembro de 1911, fora o único indicado pelo diretório do Partido Republicano Catarinense do município para o cargo de superintendente do recém criado município de Santa Cruz de Canoinhas²⁷, assumindo em 6 de dezembro de 1911 quando instala a administração municipal em sua residência, na esquina da praça Lauro Müller. Foram indicados para conselheiros municipais para a mesma eleição: major Eugênio Manoel de Souza²⁸, capitães Miguel Pereira dos Santos, José Sabatke, Antero Alves e Rodolpho Wolff

²⁴ Miguel Pereira dos Santos era agricultor e também capitão da Guarda Nacional, primeiro juiz de paz do distrito; fora delegado de polícia de Canoinhas à partir de 7 de outubro de 1913; sucede Eugênio de Souza na presidência do Conselho Municipal a partir de 1º jan de 1914, rege a última sessão do órgão em 2 de março de 1914, e, logo após, adere aos rebeldes junto à Bonifácio José dos Santos. (TOKARSKI, s.d.)

²⁵ Jornal A Republica, 28 set 1908, p. 2; Jornal Folha da Tarde, 29 set 1908, nº 2913.

²⁶ Jornal Correio Paulistano, 20 abr 1909, nº 16.414.

²⁷ SANTA CATARINA. Decreto Legislativo nº 22 de 9 set 1911; Idem. Lei nº 907 de 12 set 1911.

²⁸ Eugênio fora o primeiro intendente do distrito, a partir de 1902; também nomeado agente fiscal do Estado de Santa Catarina pelo Decreto 666 de 23 març 1912. (TOKARSKI, s.d. p. 136; Jornal O Dia 11 mai 1912)

Filho²⁹; que avisam ao governador que já encontravam- se juramentados [conselheiros e superintendente] em 15 de dezembro de 1911³⁰. Durante a administração de Vieira, além de inaugurar a prefeitura nas esquinas entre a rua Wolff Filho e Cel. Albuquerque em 6 de setembro de 1913; é instalada a Comarca de Canoinhas, desmembrada da primordial em 15 de novembro de 1913, assumindo o juiz de direito Mileto Tavares da Cunha Barreto e o promotor público Hortêncio Baptista dos Santos. Negociante de erva- mate, chamando de “chimpanzé” pelos seus desafetos políticos, Vieira não se furtava de usar de sua posição política quando necessário arregimentar forças. No entanto acumulara demasiados desgastes políticos e sociais acarretando em uma catalisação do movimento rebelde na cidade, o que a partir de meados de 1914, passaria a pautar a sua destituição. (MACHADO, 2004, p. 252)

Dentre as figuras que acompanhavam Vieira na institucionalidade da vila, destacamos a presença de Bonifácio José dos Santos e a de Antônio Tavares. Bonifácio José dos Santos era antigo morador do Contestado, segundo Todd Diacon, já fazia morada na região desde os anos 1890, e foi apoiado pelo governo de Santa Catarina para colaborar na ocupação de Canoinhas no início dos anos 1900. Apelidado de “Papudo” por ser portador de bócio, Bonifácio “recebeu terras férteis, onde desenvolvera agricultura e coleta de erva- mate comandando numerosos camponeses” (1991, p. 126). Atuante na municipalidade de Canoinhas, Bonifácio era homem de confiança de Vieira, conseguindo reunir cerca de 200 homens armados nas proximidades do rio Paciência; nomeado suplente de delegado de polícia em janeiro de 1914, é exonerado dias após tornar- se atacante da cidade. (MACHADO, 2004, p. 253). Antônio Tavares de Souza Jr. Não era tão próximo de Vieira, pelo contrário. Nascido em São Francisco do Sul, em 1881, Tavares era membro do Partido Republicano; rábula e professor, foi um dos fundadores do município. Alçando a suplência da promotoria pública, bem como de responsável pelo policiamento local em 1912³¹ e o cargo de chefe escolar de Canoinhas em 1913, por nomeação do governo do estado, Tavares convivia em desacordo com o mandonismo de Thomaz Vieira, “a quem acusava de falta de firmeza na defesa do município diante das frequentes investidas de autoridades paranaenses” (Ibid., p. 254). O chefe escolar mantinha- se em desalinho com o situacionismo político local, mas não o estadual, de quem gozou de privilégios perante outras lideranças (Idem, 2001, p. 284); entretanto, não foi poupado de críticas por agentes locais quando do envio de um comissário do governo estadual em suas observações na região, mesmo

²⁹ Assinam, Eugenio Manoel de Souza- Presidente, Miguel Pereira de Souza- Vice-presidente, Victorino Bacellar Junior- Secretario, José Sabatke, Antero Alves, João Vicente Ferreira, Roberto Ehlke, Rodolfo Wolff Filho, Estanslau Schumann, Manoel Thomaz Vieira. Vide Jornal O Dia, 11 nov 1911, nº 4.965.

³⁰ Jornal O Dia, 16 dez 1911.

³¹ STULZER, 1982, p. 114.

assim, Tavares mantém seu cargo até 02 de julho de 1914, poucos dias de juntar-se a Bonifácio e outros no primeiro ataque à vila.

Imagem 6: Vieira ao centro, em pé e de paletó claro, à sua direita, vê-se Adolpho Bading.



Fonte: Arquivo Histórico de Canoinhas

Em outra esfera, a Igreja Católica Apostólica Romana também marca sua presença na localidade. Com grande dificuldade, religiosos de serra acima eventualmente transitavam pela região, inaugurando capelas ou prestando serviços e assistência, a comparência dessas figuras acabava por favorecer também os interesses dos entes do Estado e do mercado, haja vista que se facilitava a obtenção de dados demográficos assim como estabeleciam-se pontos na cartografia. Quando visita a região em novembro de 1909, o Bispo de Florianópolis, Dom João Becker toma posse da capela de Canoinhas, momento este que encerram-se as vindas do bispo de Rio Negro para a margem esquerda do Canoinhas. Em janeiro de 1911, fora recebido com grandes festividades, assim como banda de música e diversas autoridades Frei Menandro Kamps O.F.M. O alemão natural de Oeding, Diocese de Muenster, filho de João Bernardo Kamps e Cristina Kluemper, nascido em 22 de abril de 1874, chega ao Brasil em 4 de agosto de 1900 e é ordenado sacerdote em 30 de novembro de 1901. Designado à visitar as capelas distantes em 1911, encontra em Canoinhas 14 capelas espalhadas e “10 a 12 mil almas”, sendo as condições do oratório e do cemitério da vila estavam muito precárias, coisa que Kamps altera intercedendo junto a municipalidade e integrantes da sociedade local. Criada a Paróquia de Santa Cruz de

Canoinhas em 14 de junho de 1912 e provisionado Kamps o seu pároco em 24 de dezembro do ano seguinte, não tarda o início da ação do religioso nas proximidades e interiores do município, atendendo até as localidades mais distantes como Vila Nova do Timbó e região. Kamps atuara como professor em diversas situações, conseguindo abrir sua própria escola apenas após o findar dos conflitos, situação que também atrapalhara seus trabalhos religiosos. (STULZER, 1981, pp. 102-115)

Imagem 7: Frei Menandro Kamps O.F.M.



Fonte: STULZER, A. 1981, p. 21.

2- A presença de tropas oficiais na região

2.1- As rusgas pré- Caraguatá

A presença de tropas federais em território Contestado, remonta à questão das rusgas referentes aos vales dos rios Timbó e Paciência. Em fins do século XIX e no início dos anos 1900, “atingir o Timbó ou o Tamanduá estava excluído” das possibilidades da igreja sediada em Santa Catarina; o vigário de Rio Negro, dificilmente atravessava para a margem esquerda do Canoinhas e os caminhos e conexões da Vila de Canoinhas até essas regiões eram parcos. A região chamada de “Contestado do Contestado” era disputada por dois pólos de influência política conflitantes na questão de limites, Porto União da Vitória requerendo-a ao Paraná, e Canoinhas como sede dos interesses catarinenses; constituindo esta área de fronteira, rica em ervais nativos de altíssima qualidade, em um dos quadros excepcionais, um recorte específico na grande questão chamada Contestado. (STULZER, op.cit., p.98; MUCHALOVSKI, op.cit., p.15)

As glebas de terras localizadas ao sul dos rios Negro e Iguazu, até a fronteira com a Argentina já pertenciam à Santa Catarina por decisão do Supremo Tribunal Federal em 1904³², não fosse o Paraná ter entrado com recursos de embargo a decisão, o que levava a agonia da questão até 1916. Assim, com a indefinição sobre a jurisdição local, abriu-se margem para a tentativa de atuação por parte dos dois estados litigantes, bem como por interesses e necessidades próprias daqueles que ali habitavam. Canoinhas fica quase cercada política e jurisdicionalmente em todo o cenário, haja vista os avanços, força e intentos paraenses em toda a região circundante à vila, salvo determinados pontos onde se conseguia articular e fazer valer ou prevalecer o poder dos catarinistas, os paranistas agiam por suas vontades. Vale ressaltar, que fontes indicam a presença de imigrantes e “catarinenses” na região, diversas famílias³³, o que garantiria à Santa Catarina, além do direito positivado sobre a questão, a posse por ocupação e uso.

Após o ano de 1900, intensificam-se ações violentas, constituídas em ataques ou defesas, por diversos agentes atuante no Contestado do Contestado. Muchalovski cita em sua tese “uma série de homicídios na região, a mando de autoridades estaduais contra habitantes contrários ao discurso de cada lado na Questão de Limites, ou por mera disputa pelo domínio

³² Acórdão da Ação Originária nº 7 (MUCHALOVSKI, 2018, p.14)

³³ MUCHALOVSKI, op.cit., p.113; STULZER, op.cit., p.102; Jornal O Dia 14 nov 1911, nº 4.967.

dos abundantes ervais” a partir de 18 de setembro daquele ano (2018, p.19). Peixoto registrou que

As scenas que se reproduziam, [...], ora mais interessantes, ora mal encobrendo rixas individuaes entre donatarios hervateiros ou cabos eleitoraes, vieram augmentando desde que um dos contendores resolvera appellar para o Poder Judiciario, até que se tornou necessaria a acção definitiva das tropas federaes para a manutenção da ordem (1920, p. 118)

mas não correlaciona diretamente a disputa nos tribunais com os eventos. Peixoto acusa que os catarinenses foram bem sucedidos na ocupação de Canoinhas, e assim objetivavam ocupar a faixa de terras que estendia-se à oeste, até o vale do rio Timbó, em direção à Vila Nova do Timbó, onde autoridades catarinenses situadas em Canoinhas tentaram emplacar, sem sucesso, sua jurisdição; coisas “a que o Paraná sempre oppoz toda a sorte de embaraços e, por isso, aquelles arredores passou a ser o theatro de quasi todas as tropelias” (ibid., p. 117). O mesmo autor assevera que aí “começaram a apparecer, pelas cercanias, os bandos armados e ameaçadores” (ibid., p. 110); entretanto, já é notória a presença de grupos ou bandos armados na órbita de influência dos integrantes da Guarda Nacional na região, após a revolta federalista (1893-1895). Ali pousaram em busca de subsistência, esconderijo ou abrigo diversos combatentes do movimento, o que nos possibilita pensar que essa população já possuía certo manejo com armas, além de noções de combate³⁴; estes, eram utilizados pelos gestores da estrutura social local para manter a ordem civil, assim como interesses eleitoreiros e econômicos.

Enquanto isso, forças atuantes no *staff* seguiam seu jogo de forças, tendo o Paraná criado o distrito policial de Timbó em 24 de agosto de 1901, o Termo de Porto União da Vitória no mesmo ano; Canoinhas e os catarinistas, consideravam sua jurisdição toda a extensão à margem direita do rio Timbó, vide sentença do Supremo Tribunal Federal de 1904, e aproveitam-se da presença federal na Vila Nova do Timbó para criar uma escola mista no lugar³⁵.

No ano de 1905, “A agitação, consequente desse período agudo da questão, trouxe um cortejo de intranquillidade não só para os arredores de Canoinhas, de Timbó e de União da Victoria como para as duas capitaes onde a imprensa se degladiava (sic)”, sendo objeto de debate e disputa discursiva pública nas páginas de diversos jornais ligados às estruturas de poder dentro dos estados litigantes, assim como em outros estados da federação. Alguns casos ou até mesmo factóides continuaram tensionando o caso, gerando novas discussões entre as mais altas figuras de ambos os estados, assim como reclamações às autoridades federais, ministros,

³⁴ QUEIROZ, apud MUCHALOVSKI, p.118.

³⁵ TOKARSKI, [s.d.], p.53.

deputados, senadores... principalmente por parte dos catarinenses. Muchalovski aponta que o principal temor das autoridades catarinenses era que o Paraná intentasse forças sobre a vila de Canoinhas, questão que parece ser de difícil probabilidade quando se trata do campo político, haja vista as reações e ações dos locais desde fins do XIX³⁶, no entanto, os flertes do governo paranaense com o uso da força preocupavam os catarinistas; o mesmo autor considera este momento “um ápice da tensão gerada pela Questão de Limites” (op. cit., p.123).

Queiroz classifica esse momento e locais como de disputados violentamente por uns e por outros. Simbolismos e pragmatismo atuavam em concomitância. Chicanas rabulísticas tentavam justificar e/ ou legitimar as ações de ambos os estados na região, tendendo o poder catarinense a não investida física direta de combate, haja vista além de seu receio com a discrepância de forças, na tentativa de afirmar-se “perante a lei e a política”, buscando findar a questão pelo discurso da lei; enquanto o Paraná pela *uti possidetis* de infraestrutura disponível. Machado (2004, p. 139) defende que os catarinenses evitavam o atrito, em uma espécie de “tática de contemporização”, pois além de uma polícia mais numerosa e atuante, o Paraná também contava com fortes quadros de coronéis da Guarda Nacional na região, capazes de mobilizar grandes contingentes de homens armados a qualquer momento, coisas que pelo perfil social da região, inviabilizavam as ações do lado catarinense. Quadro que levemente altera-se após o reingresso dos federalistas no cenário político após 1902, com seu ingresso no Partido Republicano Catarinense. No entanto, as autoridades instituídas não necessariamente correspondiam à autoridade socialmente outorgada a diversos agentes locais, o que complexificava as divisões de forças e poderes em toda a região (PEIXOTO, op.cit., p.111; QUEIROZ, op.cit, p. 67³⁷).

No início de 1905 recomeçam os atritos no campo físico ou da materialidade,

na região de Vila Nova do Timbó, as autoridades catarinenses, Laurindo Cordeiro Bello e João da Cruz Krailinchen, juiz de paz e escrivão do distrito de Canoinhas, foram surpreendidas por força policial paranaense enquanto realizavam um casamento. De forma coercitiva, tiveram o livro de registro civil apreendido e sofreram sérias agressões físicas [...]. Em seguida foram remetidos presos à Porto União da Vitória e de lá para Curitiba (MUCHALOVSKI, op.cit., p. 117)

³⁶ Muchalovski cita o caso da tentativa de criação do posto policial em Canoinhas pelo Estado do Paraná, op. cit. p. 118

³⁷ Há de se notar a influência do texto de Demerval Peixoto na obra de Vinhas de Queiroz, questão levantada por MACHADO, op.cit.,p.155 e asseverada por MUCHALOVSKI, op.cit, p. 135

Em julho de 1905 ambos os estados relatam invasões ou movimentações de forças repressivas ao que consideravam ser seus territórios, especialmente nas terras de Vila Nova do Timbó. O governo paranaense, depois de tentar se passar por desentendido e ser pressionado, assume ter deslocado praças para agirem em consonância com as investidas dos agentes judiciários na região com intuito de ali representar sua força no aprisionamento de procurados pela justiça; o subcomissário de Vila Nova do Timbó foge ao ser avisado de que um grupo partira de Canoinhas para tomar a vila; em agosto surgem denúncias nos jornais de medições de terras na região sendo praticadas por catarinenses; em setembro o assassinato de Nico Fragoso nas proximidades de Canoinhas retomam acusações entre os litigantes, denunciando suposto envolvimento das autoridades (leia-se aqui representantes do poder público institucionalizado) em assassinatos co-relacionados à questão fundiária ou de limites; em outubro um telegrama partindo do superintendente de Curitiba escandaliza que o Paraná teria 400 homens para invadir o território e que Canoinhas resistiria. Fatos que nos permitem pensar que a disputa dos limites neste contexto, já envolvia a luta direta pelo domínio das terras por diferentes particulares. (MUCHALOVSKI, op.cit., pp. 116-125; MACHADO, op.cit., pp. 127-133)

O caso que toma maior proporção, é o do coronel e ex-maragato Demétrio José Ramos³⁸. O gaúcho, primo em primeiro grau de Vidal Ramos: assentara-se à margem direita do rio Timbó, onde fizera casa e fazenda. Chamado de “célebre caudilho do Timbó” por Peixoto, teria o ex-combatente da revolta de 1893, reunido entorno de si “sertanejos assalariados com o fim de convulcionar a região litigada”. Acusado “em 1905, pelo juiz de Porto União da Vitória, [João de] Moraes Machado, de ser autor de vários crimes nas cercanias da vila [Nova do Timbó], incluindo o assassinato dos sertanejos Caetano Baptista Vallões, João Fernandes e Manoel Vieira, além de causar ferimentos em outros tantos e praticar depredações na região”. Os governadores de ambos os estados, em fins de dezembro de 1905, conversam via telegramas sobre os modos de levaram a cabo a empreitada, querendo o Paraná adentrar com suas forças em território contestado e Santa Catarina advertindo- o que não deveria de utilizar sua força policial ali. No dia 24 de dezembro de 1905, Demétrio coordena um ataque à Vila Nova do Timbó; insurgindo-se contra as intenções mandonistas dos paranaenses sobre as terras ao ocidente de Canoinhas, matando três homens e uma mulher (TOKARSKI, op.cit. p.264). Em janeiro, chega à Vicente Machado, governador do Paraná, a informação que

³⁸ MACHADO, faz referência à Venuto Baiano e Chiquinho Alonso lutando juntamente com Demétrio em 1904 (2001, p. 238- 248)

Demétrio estaria mancomunado em Canoinhas e sob proteção das autoridades catarinenses. Vicente Machado vai pessoalmente à Porto União da Vitória tratar da questão com o juiz de direito supracitado. Pereira e Oliveira, governador de Santa Catarina, insiste na retirada das forças policiais Paraná na região, dizendo que resolveria a questão com a aplicação da lei. O juiz Moraes Machado persiste, e no dia 11 de janeiro de 1906, com um grupo talvez de 50 praças reunidos, cerca e invade sob intenso fogo a propriedade de Demétrio, de onde sequestram violentamente a esposa do coronel, Eulália Ramos, e seus 8 filhos, queimam a propriedade e levam- os presos no outro dia à Porto União da Vitória. No trajeto, Eulália e os filhos teriam ido em pé à bombordo para evitar que o bando de Demétrio atacasse o vapor. As vítimas ficaram hospedadas na casa do coronel Amazonas Marcondes e posteriormente foram remetidas à Lapa, para a casa do irmão de Eulália. (PEIXOTO, op. cit., p.111; MUCHALOVSKI, op. cit., pp 126-133). Sobre o mesmo episódio, Peixoto diz que

[civis vindo de Porto União da Vitória] Conseguindo cercar, inesperadamente a fazenda de Demétrio. nas margens do Timbó, a belicosa comitiva não pode impedir se escapasse o perigoso caudilho que fugiu com a aproximação da força. Os seus filhos e a esposa, aprisionados, foram transportados para o ponto de partida da expedição e daí para Curitiba. (op.cit., p. 119)

Demétrio refugia- se na região de Canoinhas, pernoitando na residência do comissário de polícia Antero Alves, enquanto tentava reunir um grupo armado para resistir³⁹. Há grande confusão nas informações (devido até à batalha discursiva) a respeito das medidas tomadas após esses atos, tendo Peixoto asseverado⁴⁰ que casas comerciais de Canoinhas⁴⁰, assim como o governo estadual catarinense uniram- se para armar de Comblains o pessoal de Demétrio. Circulam também boatos sobre o incremento de forças do lado paranaense. O fato é que as movimentações levam ao superintendente de Curitiba, cel. Francisco Ferreira de Albuquerque a telegrafar para o governador solicitando intervenção superiora na localidade, pedido atendido.

Contrariando qualquer objeção paranaense, em 1º de fevereiro Vicente Machado foi comunicado pelo General Comandante do 5º Distrito Militar de que o Ministro da Guerra, por intermédio do Chefe de Estado Maior do Exército, ordenou fazer seguir força federal para a zona do Timbó e Canoinhas na intenção de estabelecer a ordem alterada. [...] Apesar dos protestos na imprensa e das manifestações nas ruas de Curitiba, como também em outros municípios do Paraná, no dia 05 de fevereiro, às 8 horas da manhã, embarcou em trem- com destino a Ponta Grossa para depois dirigir- se a porto União da Vitória e em seguida até Vila Nova do Timbó- um contingente de 100 soldados do 39º Batalhão de Infantaria, comandados pelo capitão Ignácio Gomes da Costa, levando às suas ordens os 2º tenentes José Soares Souto, Antonio

³⁹ A discussão bibliográfica sobre o tamanho deste grupo pode ser encontrada em MUCHALOVSKI, op.cit., p.135 e MACHADO, 2004, p.131

⁴⁰ Brazilio Celestino, Tobias de Souza e Eugênio Manoel de Souza.

Pereira Campos e Francisco Lino Barboza. Acompanhavam ainda a expedição o capitão engenheiro Abeylard de Queiroz, o capitão médico Pedro Wenceslaud' Omena e o cabo do hospital militar Joaquim de Faria" (MUCHALOVSKI, op.cit., pp. 140; ibid., p.144)

O envio de tropas agradou os catarinistas, no entanto as personagens enviadas pelo Governo Federal não ficaram com o mesmo sentimento. O capitão Ignácio da Costa era deputado estadual no Paraná e acusado pelos catarinenses de parcialidade (MACHADO, 2004, p. 132); a presença do civil Álvaro Magdalena, entre as 50 praças enviadas à Canoinhas também desagradou. Magdalena era foragido da cadeia de Florianópolis, acusado de homicídio em um barco e no homicídio de Luiz Davet na Vila de Vallões, pouco tempo antes, sob os auspícios do subcomissário de Porto União da Vitória Francisco Bittencourt, ou seja, componentes das tropas enviadas à Canoinhas e ao Timbó poderiam estar alinhadas aos interesses paranaenses na região. Após uma pressão política catarinense, os comandos são trocados, assumindo em 28 de fevereiro o gal. Caetano de Faria como chefe do 5º Distrito e o comando das forças atuantes no Timbó ficando para o catarinense Capitão Duarte de Aleluia Pires⁴¹, do 37º Batalhão sediado em Florianópolis. O próprio governador de Santa Catarina fora assistir o embarque das tropas na capital, que chegam à Curitiba em 13 de março, 50 praças; dia 16 vão à Rio Negro e após para Canoinhas. O trajeto fora ridicularizado na imprensa paraense, pois não haviam caminhos em terras catarinenses que levassem à localidade.⁴² (MUCHALOVSKI, op.cit., pp. 145-148).

A expedição durou até o início do ano de 1907, quando do fim do mandato de Rodrigues Alves na presidência da república, entretanto, indica-se que após parlamentar com Demétrio, Aleluia Pires esvazia suas tropas, retornando à capital catarinense; ficam em Canoinhas 37 soldados do Exército, mais 20 em Vila Nova do Timbó, juntamente com 20 praças Do regimento de Segurança do Paraná ⁴³. As tensões reduzem mas não cessam. Canoinhas tentam instalar uma escola, não consegue; tentam substituir o agente postal, igualmente fracassam. As instituições continuavam a manter-se em dissonância, o posto policial paraense, "subordinado 'apenas no papel' ao município de União da Vitória" inibia as ações dos representantes legais catarinenses na localidade. (PEIXOTO, op.cit., p. 113; MACHADO, 2004, p.132)

⁴¹ Aleluia era ex- maragato, assim como Demétrio, entrara no Partido Republicano e agora comandava a tropa cuja qual majoritariamente lutara contra em 1893. Diz Muchalovski, op.cit., p. 148.

⁴² A questão também é apontada em uma representação ao governo do estado, assinada pelos industriais catarinenses, em artigo publicado na primeira página do jornal Comercio de Joinville, de 3 de agosto de 1912, cuja qual ocupa a íntegra do espaço citado. Assinam A. Baptista e Cia; Jordan Gerhen e Cia; Alexandre Schlemm e H. A. Lepper.

⁴³ Machado diz que o destacamento policial paraense ficou no local para dar guarida ao cel Arthur de Paula e Souza em seu intento de criar o município de Vila Nova do Timbó (2004, p.132)

Entretanto, mesmo com forte repulsa da imprensa da capital catarinense, os moradores de Canoinhas parecem não ter se incomodado com a presença da tropa federal ali, pois geram e assinam documento⁴⁴ em favor de Ignácio em 20 de março de 1906. Esta foi a única manifestação ou reverberação dos atos oficiais encontrada em registros, parecendo não ter havido grandes destaques da atuação da tropa na vila de Canoinhas. (A REPÚBLICA, 26 mar 1906, p. 2; O DIA, 16 jun 1906, p.2 *apud* MUCHALOVSKI, *op.cit.*, p. 146)

2.2- Outros casos, outras tropas, outros locais.

Outros acontecimentos violentos contribuíram para a constante tensão na vida social na região. O cap. da Guarda Nacional Aleixo Gonçalves de Lima, um dos futuros líderes rebeldes do norte do conflito, incluía-se na definição dada por Machado (2004, p. 130) de “antigos oficiais da Guarda Nacional de origem federalista, que tinha terras que estavam sendo açambarcadas por proprietários paranaenses e viviam às turras com a Polícia e as autoridades tributárias do Paraná”. O capitão, já era morador das cercanias desde 1873⁴⁵ e fora envolvido nas acusações sobre o assassinato do cel. da mesma instituição João Pacheco dos Santos Lima em 10 de julho de 1905, supostamente por questões envolvendo a posse e legitimação de terras na região de Três Barras; contenda que a empresa Lumber and Company herda após adquirir terras da família Pacheco em Três Barras. Mais tarde, em 1909, Aleixo lidera um grupo de caboclos atacantes a um posto fiscal paranaense que visava o empecilho do tráfego de erva-mate entre Canoinhas e São Bento do Sul, pois seguiria posteriormente para exportação via Joinville- São Francisco do Sul, gerando assim impostos e tributação ao estado meridional. Parece ter razão o líder rebelde Antônio Tavares ao afirmar que a única oposição real e pragmática aos mandonismos paranaenses na região cabia à lideranças “extra- oficiais”, ou não institucionalizadas oficialmente no sistema de poder político- estatal do estado de Santa Catarina em Canoinhas, deve-se citar o único caso em contrafluxo à essa proposição que fora o armamento de um grupo em 1912, por parte do maj. Vieira visando a interrupção de uma intentada paranaense sobre a região, que já vinha de 1911; conforme os jornais⁴⁶, quando o

⁴⁴ A saber, assinam o manifesto [mantida a grafia original, de acordo com o jornal Diário da Tarde]: Eugênio Manoel de Souza- intendente, Rodolpho Wolff Filho- juiz de paz, Eduardo Matzer, Emílio Gothardo Wendt, João Da Cruz Krailink, José Puly, Guilherme Francisco Krong, Sebastião Tacito Correia, Roberto Ehlke, João Soter Mattozo, Victorino Bacellar Junior, Jose Elias, Apolo Silveira De Loyola, Eustachio Affonso Moreira, Affonso Wendt, Bernardo Wendt, Pedro Lui Pereira, Tiburcio Bueno, Generoso Dias de Souza e Miguel Arnaldo.

⁴⁵ DIACON, 1991, p. 87.

⁴⁶ Commercio De Joinville, 16 Dez 1911, Nº 346.

Estado de Santa Catarina, na figura de Vidal Ramos, cria o Distrito de Vila Nova do Timbó, como segundo componente do município de Canoinhas, através do Decreto nº 645 de 12 de janeiro de 1912 mantém-se a efervescência. Realizam-se eleições para 4 juizes de Paz, sendo eleitos José Manoel de Castilho, Pedro Pereira Ramos, Tomás Alves da Rocha e Antônio Vitor Fidélis, fatos dos quais o Conselho Municipal dá fé em 30 de janeiro, tomando posse os referidos em 25 de fevereiro. (MACHADO, 2004, pp 130-132; TOKARSKI, s.d.)

Dentre os mais diversos casos de violências ou de rinhãs possíveis na história do Contestado nesse período, e de como isso afetava toda a região, Stulzer, citando o Livro Tombo de Canoinhas nos dá um exemplo de como um atrito fora a causa da estação ferroviária de Canoinhas ter sido situada a mais de 6 km da sede da localidade; segundo o autor:

“os vagões atingiam Canoinhas, não porém a vila; pois corriam a uma distância de 6 kms. A causa disto tudo foi obra duma miserável e mesquinha vingança.[...]A estrada [de ferro] já estava medida, a estação na cidade era negócio fechado, o local só esperava a edificação. Em outubro ou novembro de 1912 um empreiteiro, por uma dívida de 500\$000, é assassinado pelo alferes Mustapha, da Polícia. O criminoso foi processado, os demais soldados recolhidos a Florianópolis. Mais do que isso o governo não podia fazer. E aí vieram os tucos na noite de Natal, até a Igreja, os fiéis aguardavam a entrada da missa do galo. Depois desceram. Eram 13, soltavam fogos, discursavam diante das casas dos funcionários do governo e voltavam ao pé da colina da matriz. Numa bodega tomaram uns goles de muita virtuosa coragem [...]. Nesse interim aproximam-se os civis, incumbidos, pela Superintendência, de zelar pela ordem e tranquilidade. Um deles já foi esfaqueado. A seguir dirigiram-se à cadeia para libertar os presos. Mas os homens da lei aí os presentes, e juntamente uma cartomante.

O engenheiro- chefe procurou de toda a forma soltar seus homens. Antonio Tavares, encarregado do policiamento não amolecia. O engenheiro passou a macriações. “O senhor diz mais uma palavra e vai para a cadeia também”. Ai parou. O valente americano pegou o chapéu e saiu: “Vou embora! Canoinhas vai se arrepender!”.

E assim aconteceu que a estrada de ferro não passasse por terrenos firmes, mas por banhados a seis quilômetros da vila⁴⁷. O americano não pode colocar a estação mais longe. Isto lhe doia” (STULZER, 1981, p. 114)

Todd Diacon também aborda o “tumultuado evento de Natal em Canoinhas”, diz o autor, explicando os impactos sociais da implementação da Brazil Railway Company e suas subsidiárias na região que durante as celebrações natalinas, 40 trabalhadores da estrada de ferro adentraram a cidade e seguiram perambulando pelas ruas enquanto danificavam construções,

⁴⁷ A Estação de Canoinhas ficou instalada no atual distrito de Marcílio Dias, e encontramos o anúncio de sua inauguração em fins de agosto de 1913, sendo que em outubro, trens provisórios já circulavam sentido Rio Negro nas terças- feiras, quintas e sábado; e vinham de Rio Negro quartas, sextas e domingos. Jornal Commercio de Joinville, 30 ago 1913, nº 435, p.1; Idem, 11 out 1913, nº 441, p.2.

tendo matado um policial quando este tentara intervir. O grupo só foi detido horas depois quando um grupo de civis armados consegue levar presos os trabalhadores. O referido chefe de polícia também fora superintendente na ausência de Vieira em abril de 1912, nomeado chefe escolar do município em 16 de março do mesmo ano. (DIACON, 1991, p. 98)

Nessa época, segundo um correspondente do jornal *Commercio de Joinville*, de 15 de junho de 1912:

A sede do município de Canoinhas compõem- se [...] de 60 casas de madeira, alguns ranchos e contém: 20 casas de negócios (!), 2 açougues, 2 fábricas de cerveja, 2 fábricas de aguas gazozas, 2 sapatarias, 2 salas de dança e bilhar, 1 padaria, 1 seleiro, 1 oleiro, 1 hospedaria, 1 hotel, 1 barbeiro, 1 latoeiro e 1 banda de música. Há uma casa da Camara Municipal, 2 escolas, sendo uma pública e a outra particular⁴⁸, agencia do Correio, colectoria estadual, capazia do Porto, cadea publica e autoridades (federaes, estaduaes e municipaes). tem tudo, menos colonias...

Entretanto, essas ações, excetuando- se o caso Demétrio, não implicaram na interferência federal na região, coisa que só volta a acontecer no Contestado com a entrada em cena de um destacamento de socorro enviado ao Herval, sob comando do Ten. Cel. Pedreira Franco em 1912. Daí em diante, registram- se mais 7 expedições militares federais ou mistas - entre componentes federais e das forças estaduais ou civis até que coroe- se o processo de “nortização” do conflito em 1914, com pouca reverberação na institucionalidade municipal, registra- se por exemplo a presença do 54º Batalhão de Caçadores, partindo dia 6 de janeiro de 1914 de Canoinhas para combater em Taquaruçu até dia 8 de fevereiro. (RODRIGUES, op.cit., p.52; TOKARSKI, s.d.)

Perceber essas movimentações ao entorno do fator violência, bem como a situação de algumas personagens envolvidas nos possibilita situar tanto a questão política da atuação das forças repressivas como as alterações dos tipos de violências aplicadas.

⁴⁸ Encontra- se uma referência à uma escola particular em STULZER, 1981, p. 117, que pertenceria ao Sr. Miguel Bento, 4 km da sede do município.

3- O deslocamento do conflito ao norte

3.1- O peculiar primeiro semestre

Segundo o Livro Tombo da Paróquia de Canoinhas, o ano de 1914 não iniciou de maneira pacata e ordeira na região. Ao dar nota sobre a visita que realizara entre os dias 1º de janeiro e 12 de fevereiro, Frei Menandro Kamps relata que a incursão a todas capelas⁴⁹ e estações da paróquia fora “cheia de dificuldades e desgostos e de pouco proveito de parte dos fiéis” devido ao movimento sertanejo que havia se desenvolvido em regiões meridionalmente próximas, Taquaruçu e Caraguatá⁵⁰, quando o religioso narra que

Peiorou- se a situação nesta parochia no fim de Janeiro, apparecendo um tal Venuto Bahiano na costa do Paciencia buscando em nome do monje a criança de legario [?] genro de Eusebio. O povo d’ahi mostrou agora abertamente o seu apoio aos fanaticos, arranjando- se armas e munição acompanharam o piquete ar[ilegível]s e guiado por Venuto para Gragoatá, onde estava um segundo accampamento. [...] Até este dia⁵¹ os fanaticos eram atacados nunca atacaram.[...]Depois desta lucta perto de Gragoatá os fanaticos mudaram o seu acampamento mór deste logar para Tamanduá. d’onde se espalharam para todos os lugares desta Comarca de Canoinhas tornando impossivel toda a vida comercial e industrial, ameaçando a vida dos moradores e obrigando os accompanhal- os. por isso alguns destes moradores fugiram procurando segurança de vida nesta villa de Canoinhas e perdendo deste modo todos os seus bens. (LIVRO TOMBO, 1914, p.12-a)

Venuto fora uma destacada liderança rebelde, morador da região próxima aos vales dos rios Timbó e Tamanduá, em sua perambulação pela região norte de Canoinhas, na costa do rio Paciência, em janeiro de 1914 estabeleceu diversos contatos, o que nos leva a crer que teria atuado como um articulador de destaque na adesão das lideranças do norte após meados do mesmo ano⁵². Consta, segundo o Livro Tombo, que o povo dali mostrou- se aberto à causa guerreira- religiosa e que colaboraram com armas e munições.

Por princípio, após as vitórias rebeldes em Taquaruçu contra as forças do governo, antes da aniquilação do reduto em 08 de fevereiro de 1914, “desta parochia de Canoinhas muitos homens deixaram a sua família para tomar parte desta guerra santa; os outros que ficaram, estavam com grande medo da força do Governo estacionada em todos os pontos estrategicos

⁴⁹ A saber: Capela do Espírito Santo, na Colônia Vieira; N. S. do Salto de Canoinhas; Santo Antônio de Lageadinho, Santo Antonio da Costa de Paciência; de São José, de Timbozinho; de São Paulo de Timbozinho; Coração de Jesus da Villa Nova; da N. S. da Conceição da cabeceira do Timbozinho; de S. Sebastião da Serra da Lagoa; de N. S. do Socorro, de Rio Bonito; de N. S. das Dores, perto de Vila Nova e de S. Sebastião de Taquaricá [Taquarizal].

⁵⁰ No livro toambo o nome do reduto de Caraguatá aparece grafado como “Gragoatá”.

⁵¹ Referindo- se a março de 1914.

⁵² RODRIGUES, op.cit. p. 29; LIVRO TOMBO, 1914, p.12; MACHADO, 2004, p. 245.

tambem nesta villa de Canoinhas.” (LIVRO TOMBO, p.12). Após a destruição do reduto de Taquaruçu, os sertanejos reorganizam- se em diversos grupos e redutos menores, tornando o grande epicentro fanático agora então Caraguatá;

até este dia [10 de março de 1914] os fanáticos eram atacados nunca atacaram. [...] Depois desta lucta perto de Gragoatá os fanaticos mudaram o seu acampamento mór deste logar para Tamanduá. d’onde se espalharam para todos os lugares desta Comarca de Canoinhas tornando impossivel toda a vida comercial e industrial, ameaçando a vida dos moradores e obrigando os accompanhal- os. por isso alguns destes moradores fugiram procurando segurança de vida nesta villa de Canoinhas e perdendo deste modo todos os seus bens. (LIVRO TOMBO, p.12a).

Muito próxima à essa opinião era a de Adolpho Bading, que dizia que

é verdade que no início não molestavam ninguém, mas agora começavam a invadir fazendas próximas, matando gado, saqueando vendas e assassinando pessoas que não lhes dessem apoio. [...] todos os acontecimentos tinham se voltando profundamente para dentro dos sertões, no Município de Canoinhas. Os jagunços ainda não tinham confiança para aproximarem- se das maiores localidades, mas a partir daí as coisas começaram a mudar. (1916, p.2)

Em “fins de março já havia ajuntamentos em Timbozinho e Tamanduá” (PEIXOTO, op.cit. p. 187), além de que, segundo Machado, o tifo já dizimava a população do reduto (2004, p. 224). Dia 11 do mesmo mês, o juiz de direito e o superintendente telegrafam ao governador avisando de um reduto na divisa com Curitiba, em Vaca Branca, e também dão notícias de Venuto por perto.⁵³

Vale notar aqui que os enquanto dessas tensões, a institucionalidade em Canoinhas, ao menos na vila, seguia com certos ares de normalidade. Em 13 de janeiro, Adolpho Bading e outros fundam o jornal “O Leme”; o Conselho Municipal, recém instalado em janeiro tem sua última sessão em 02 de março de 1914 (só retornando as atividades em 1915); em 07 de março, as eleições presidenciais rendem 453 votos para Wenceslau Brás⁵⁴; em 12 de março, realiza- se sob a condução do juiz Miletto Tavares da Cunha Barreto a 1ª sessão de júri da Comarca de Canoinhas, instalada festivamente no ano anterior. Frei Menandro Kamps, que fora provisionado em 24 de dezembro de 1913 é nomeado Vigário da paróquia em 23 de abril, quando também funda a residência definitiva dos franciscanos na vila, instalando- a 3 dias mais tarde no barracão de Roberto Ehlke à beira do rio. Em abril, esperava- se que o trecho entre Canoinhas e Porto União da Vitória fosse inaugurado dentro de poucos meses⁵⁵. De 19 de junho

⁵³ Jornal Gazeta do Commercio, 11 mar 1914, nº 20, p.1.

⁵⁴ Jornal Gazeta do Commercio, 7 mar.1914, nº 19, p.1.

⁵⁵ Idem, 18 abr 1914, nº 30, p.1.

até 9 de julho prega uma missão aos polacos o franciscano Frei Francisco Tenschert, realizada nas colônias Vieira e Rio Novo, que apesar dos pesares rendeu 200 confissões e comunhões, 5 neocomungantes e uma visita a enfermo. Nesse período, encontramos apenas uma escaramuça envolvendo uma comemoração quanto à questão de limites, entre o promotor público Hortêncio Baptista dos Santos e o comerciante Antônio Tavares de Souza Junior, ocorrida em 10 de maio. (TOKARSKI, s.d.; LIVRO TOMBO, p.14a)

3.1.1- Mesquita (16-4-1914 a 29-5-1914)

Os ataques se sucedem e o governo brasileiro coloca o comando das ações bélicas nas mãos do gal. Carlos Frederico de Mesquita em 16 de abril de 1914. Mesquita “não fez grandes Áfricas”⁵⁶, assim como não operou diretamente na vila de Canoinhas. No entanto, cabe aqui notar que mesmo com as tentativas de ação técnica por parte do exército, o contato ombro-a-ombro com membros da sociedade local era quase inevitável. Mesquita dispensou formalmente o uso de forças estaduais em suas linhas, receando a interferência dos poderes políticos locais; entretanto, autoridades canoinhenses esbarraram-se com as forças oficiais do exército. Diz Peixoto, citando o próprio Mesquita, que autoridades de Canoinhas dirigiram-se para Poço Preto, onde ficava o quartel-general de Mesquita, no Contestado do Contestado, e área dominada por paranistas, talvez no intento de seguirem até Vila Nova do Timbó; sendo elas:

o intendente de Canoinhas , o juiz de direito, o capitão commandante do destacamento policial , mais dois officiaes do mesmo destacamento, o escrivão com os respectivos livros e mais outras autoridades, além de uns trinta civis armados de Winchester. Nessa base de operações foram todos elles photographados pela commissão photographica da expedição em seguida foram convidados pelo official commandante de um destacamento federal, que se achava em Poço Preto, a não proseguir a sua rota para o Timbó”, onde provavelmente encontrariam atritos com os paranenses. (PEIXOTO, 1920, p. 193)

O mesmo autor registra que em Canoinhas um contingente do 8º regimento ficara designado para guarnecer a vila. Mesquita ataca a Guarda de Santo Antônio no início de maio, têm outras escaramuças, desloca suas tropas para o acampamento em Poço Preto. Dá por concluída sua missão quando dissolve seu “destacamento misto”⁵⁷ e pede sua exoneração em 29 de maio de 1914. O general analisa a situação e detecta a ação e influência dos poderes políticos estaduais nas *causa-gensis* e no ônus pelo movimento na região, julga que o caso

⁵⁶ Jornal Gazeta do Commercio 29-07-1914, n 58.

⁵⁷ PEIXOTO, op.cit., p. 219

deveria ser resolvido pelo dirigentes dos entes federados envolvidos, dizendo então “não caber-lhe andar embrenhado nos sertões a procura de caboclos nacionais como se fosse um capitão do mato”⁵⁸ (PEIXOTO, op.cit., p. 192-194; RODRIGUES, 2008a, p.53).

Enquanto isso, segundo Peixoto, com a continuação da insurgência rebelde,

Lages, Curitybanos, Canoinhas e outras cidades [...], foram amaldiçoadas [pelos rebeldes e] deviam ser arrazadas para bem da ‘santa religião’. E assim, os centros populosos soffreram uma série de incursões passando por uma época agitada de escaramuças a que os policiaes não logravam attenuar.” (op.cit., p. 453).

A situação era qual, que⁵⁹

Cidades, como Rio Negro, União da Victoria e Lages, villas, taes como Canoinhas, Curitybanos , Campos Novos, Itayópolis' e Papanduva ficaram, nos fins de Agosto de 1 9 1 4, entregues á defesa daquelles que, por falta de recursos para a fuga ou por mancomunarem com os assaltantes, se entregariam ao primeiro embate. (PEIXOTO, op. cit. p. 40)⁶⁰

“Precisamente no inicio de Setembro, os jagunços romperam as hostilidades. [...] quando avisavam, raro deixavam de cumprir as vizitas diabolicas.[...] Começam a atacar Canoinhas continuamente”. (idem, p. 232) Queimam a grande serraria em Calmon em uma grande ofensiva sobre as estações de Calmon e São João, num terrível rastro de sangue que tolhe até a vida de Mattos Costa, assassinado em uma emboscada com mais dez⁶¹ soldados, na primeira semana de setembro de 1914. “O ceu côr de braza annunciou a calamidade. Estava começada a guerra!”⁶². O governo, a União e o Estado não poderiam perder.

3.2- O segundo semestre: O caos instaurado

Em junho,

o movimento se espalhava rapidamente, de modo que no final do mês, quase todos os moradores entre a vila de Canoinhas e a de Timbozinho, se juntaram com os jagunços e com suas famílias iam para o acampamento, com exceção de alguns, os quais tinham como pretensão a fuga, deixando bens, na medida em que não os poderiam levar juntos. Mesmo pessoas que até então fizeram parte do crescimento de Canoinhas, iam com os jagunços. (BADING, 1916, p.3)

⁵⁸ RODRIGUES, 2008a, p.53

⁵⁹ Paulo Pinheiro Machado traz que “Entre agosto e setembro de 1914, os rebeldes ocuparam as localidades paranaenses de Vila Nova do Timbó, Papanduva e Itaiópolis, ameaçaram Porto União da Vitória, Rio Negro e Três Barras” mobilizando até atenções da Brigada Militar gaúcha que deslocou soldados para guardar os passos fronteiriços com os barriga- verde (2004, p.247).

⁶⁰ O mesmo autor dá ideia de que os rebeldes do município de Canoinhas estavam mancomunados com os dos "chapadões catharinenses”, mais ao alto da serra, sentido sul. (idem, p. 447).

⁶¹ Bading (op.cit., p.4) diz terem sido 20 mortos de 50 enviados.

⁶² PEIXOTO, op.cit. p. 232.

Já se tinham notícias n'O Leme sobre ataques em fazendas próximas à Canoinhas, assim como promessas de que os fanáticos tomariam a vila de assalto até a festa da Santíssima Trindade. Assentaram-se alguns rebeldes no Paciência a 4 léguas da cidade, e também na Colônia Vieira, onde subtraíram só do superintendente 200 cabeças de gado, forçando a migração dos moradores dessas localidades⁶³. Levantava-se o alerta sobre as ânsias dos rebeldes e sobre a seriedade de seus questionamentos. Canoinhas já parecia “no mês de junho uma cidade sem moradores”. Fora tentado um assalto à vila às 22:00 do dia 16, do que Kamps constata não ter sido obra de fanáticos, mas sim de bandidos de primeira ordem (LIVRO TOMBO, p.13a). Uma companhia do 16º Batalhão de Infantaria, chega logo após à Vila, sob comando do ten. Nelson Ferreira Mello para reforçar o apoio à vila. Diz Bading, que quase ninguém cria que se efetivasse realmente um ataque à vila, mesmo com os rumores trazidos pelas informações que circulavam entre os redutos e a vila. Patrulhas começam a circular pela região, constantemente dando disparos em diferentes postos da vila. (op. cit., 1916, p.3). A boataria parecia ser intensa assim como suas consequências também. Não é raro encontrarmos nas fontes comentários sobre migrações ocorrendo, do interior para a vila e da vila para os mais diversos locais: Porto União, São Mateus do Sul, Ponta Grossa, Lapa, Rio Negro, Joinville, Lages, São Bento do Sul, Florianópolis.... são alguns dos destinos encontrados pelos amedrontados moradores. O governo do estado manda para Canoinhas o comandante do Regimento de Segurança, o ten. cel. Gustavo Schmidt para averiguação dos fatos.⁶⁴

3.2.1- Mattos Costa (maio 1914, a 7-9-1914)

Com a continuação das tensões, e a intensificação do movimento a sudoeste do município, o Capitão João Teixeira de Mattos Costa, que havia ficado na região após a dissolução das tropas de Mesquita, assume o comando do destacamento do Exército que ficou na região. Aproximadamente 200 homens “com o fim especial de proteger os serviços finais da ferrovia São Francisco, á esquerda do Iguassú, entre Canoinhas e União da Victoria, guarnecendo também a Villa Nova do Timbó” (PEIXOTO, op.cit., p. 219; RODRIGUES, 2008a, p.33).

Peixoto, embora diga que a chefatura de Mattos Costa não foi propriamente uma expedição⁶⁵, acusa essa ser essa uma das fases mais importantes da Campanha do Contestado

⁶³ Jornal Gazeta do Commercio , 13 jun 1914, nº 45, p. 1.

⁶⁴ Jornal O Dia, 30 jun 1914, nº 7.550, p. 1. Na mesma página, Wolff Filho congratula Vidal Ramos em sua renúncia ao cargo de governador.

⁶⁵ Opinião que alinha-se à de Setembrino de Carvalho em suas memórias. (1950, p. 135)

devido ao recrudescimento do movimento. Também qualifica de graves proporções os acontecimentos ao entorno de Mattos Costa e escabrosas as suas revelações. (op.cit., p. 219).

Em busca de respostas que explicassem as causas daquele conflito, Mattos Costa identifica diversas questões políticas e sociais ligadas diretamente às causas que ocasionavam as tensões; o mandonismo local certamente figurava como um dos principais agentes causadores do conflito, intimamente ligada também estava a questão da parca distribuição e da posses das terras⁶⁶. Várias fontes apontam que os fiéis engrossavam as hostes rebeldes, justamente por se sentirem insatisfeitos com os mandonismos e ações arbitrárias dos entes federados e do coronelato local, havendo aí uma chance de realizarem pessoalmente seus objetivos contra os opressores. Mattos Costa envia dois emissários a redutos querendo saber o que era preciso para acordar um fim ao movimento; como resposta, os fiéis acusam querer além das mortes de diversos chefes locais e seus capangas⁶⁷, a restituição das vidas de mulheres e crianças chacinadas em Taquaruçú. (PEIXOTO, op.cit., p.229; QUEIROZ, op.cit., p.161; MACHADO, 2004, p. 247). A presença e ações de Mattos Costa deu voz aos caboclos e inferiu no poder de figuras do coronelato local⁶⁸, especialmente incomodou o primo do major Manoel Thomaz Vieira, o cel. Fabrício Vieira, quando investiga diversos atos delituosos praticados à órbita de Fabrício Vieira. Fabrício, situado nas costas do Iguaçu, era tenaz cobiçador de terras por toda a região.

Mattos Costa parece ter gozado de pleno prestígio dentre a sociedade canoinhense durante sua estadia. Diversas fotos do capitão, assim como relatos dão conta de que ele parlamentou com populares, rebeldes, futuros rebeldes, integrantes da Guarda Nacional etc, aprofundando- se na pesquisa social da região enquanto de sua estadia. Uma das fontes mais interessantes sobre a estância de Mattos Costa ao sul do Iguaçu e do desenvolvimento dos acontecimentos naquele ano, é uma fotografia encontrada no Arquivo Histórico de Canoinhas, na qual constam os dois renomados capitães, Mattos Costa, e o futuro rebelde Aleixo Gonçalves de Lima. No mesmo arquivo encontram- se imagens do capitão em dois pontos de referência da cidade, em frente o edifício Stoerbel e na ponte do rio Canoinhas.⁶⁹ O capitão do exército trafegava constantemente, foi ao Rio de Janeiro em agosto de 1914, sendo registrado uma passagem sua por Canoinhas ao 1º dia de setembro de 1914, poucos dias antes de sua morte.

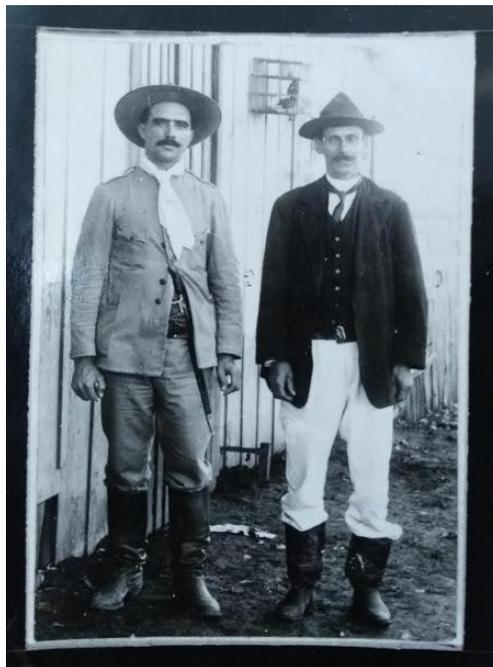
⁶⁶ PEIXOTO, op. cit. p.94.

⁶⁷ A saber, Arthur de Paula, Fabrício Vieira, Chiquinho Albuquerque, Amazonas Marcondes, Affonso Camargo, Pedro Vieira, Pedro Ruivo, irmãos Michiniovski e outros. PEIXOTO In: QUEIROZ, op.cit., p. 161.

⁶⁸ RODRIGUES, op. cit., p. 356.

⁶⁹ Conforme imagens 27 e 28 em anexo.

Imagem 8: O capitão do Exército Mattos Costa à esquerda e o capitão da Guarda Nacional Aleixo Gonçalves de Lima em Canoinhas, 1914



Fonte: Arquivo Histórico de Canoinhas

Julho fora *sui generis*.

Desde o domingo dia 12 pela manhã, havia chovido sem parar e apenas na terça, ao anoitecer, a chuva parou. [...] Lá pelas duas da manhã começaram, de repente, alguns tiros e que se intensificaram, a partir da posição do posto na saída sul da vila. (BADING, 1916, p.3)

Em 15 de julho Canoinhas sofre seu primeiro ataque- cerco. Disso, o Livro Tombo registra uma transcrição do “O Leme”, em seu número 21, de 23 de julho de 1914⁷⁰, narrando:

Na madrugada de quinze do corrente a nossa Villa fora atacada pelos fanaticos que felizmente foram derrotados. As duas horas da manhã chegaram os bandidos, intrincheirando- se por todos os pontos da Villa, principalmente d’ahi ha pouco a fuzilaria. As trincheiras ocupadas do Exercito e Policia responderam as descargas dos fanaticos, que cada vez se aproximavam mais para o interior da Villa, n’ uma vozeria desenfreada. Ouviu- se perfeitamente as vivas á S. João Maria, s. Sebastião e á Monarchia, acompanhados de descargas. (tambem vivas ao Capitão, como ouviu bem o Vigario, cuja residencia estava rodeada dos fanaticos). As nossas forças foram de uma bravura sem nome, pois animadissimos estiveram em seus postos de honra, fazendo fogo contra os bandidos até as seis horas da manhã. Enfraquecidos

⁷⁰ Há uma discrepância de informação contida no Livro Tombo e no registro feito pelo Frei Aurélio Stulzer, onde indica ser o segundo número do período, ao invés de vigésimo primeiro.

naturalmente, os jagunços pozeram- se em debandada. Os grupos foram distribuidos por todos os pontos nos arredores da Villa, com o intuito de facilmente tomarem a mesma, o que não poderam conseguir. Estavam elles assim commandados: Ao norte por Bonifacio dos Santos, vulgo Papudo e Ignacio de Lima; Ao sul por Tobias Lourenço de Souza e Antonio Tavares Junior, vulgo D. Juan da mão queimada; Ao oeste por Joaquim Gonçalves de Lima vulgo Joaquinzinho. Calcula- se que numero de fanaticos, commandados pelos bandidos acima citados, era de 500. Usavam facões e armas diversas. O tiroteio cerrado durou tres horas, sendo que ás demais descargas eram feitas com pequeno espaço de tempo. As trincheiras mais perseguidas foram a que fica perto da pharmacia do Sr. G. [uilherme] Hasse, 9 de perto da residencia do Vigario) guarnecida pelo Exercito e a da Agua Verde, guarnecida pela Policia. As demais trincheiras tambem pretendiam os fanaticos tomarem, o que não conseguiram. As forças quer do Exercito, quer da Policia, bem como os civis estavam dispostos á lucta de qualquer forma e com prazer podemos dizer, não registramos uma só morte nem ferimento da parte dos nossos defensores. Os fanaticos tiveram algumas baixas e muitos feridos. Duas carretas, de propriedade do capitão Bonifacio vieram para carregarem a munição do Exercito e da Policia que elles estavam convencidos que tomariam. Entretanto foram encontradas as mesmas proximas ao casebre de Papudo, varadas por balas e coplamente ensaguentadas, concluindo- se que em lugar da munição conduziram mortos e feridos. Apos o combate tambem foram encontradas ao alto da Igreja uma carabina comblain, manchada de sangue, munição (não foi no alto da Igreja mas sim na frente e lado da residencia do Vigario) e muitos palas e capas deixados pelos terriveis bandidos, quando em debandada completa.

Na noite de dezessete e manhã de dezoito, os bandidos vieram novamente experimentar as trincheiras do exercito e Policia, sendo novamente repellidos com fortes descargas de Mauser e Comblain. Os fanaticos segundo informações e rastos verificados tem seus espiões nos arredores da Villa. Na noite de dezanove, do alto do morro da Igreja foram feitos alguns disparos contra o Exercito, que immediatamente respondeu com uma descarga. O mesmo deu- se com a trincheira da “Agua Verde”, guarnecida pela Policia, que por sua vez se manteve como devia. Continuam as provocações ás trincheiras por parte dos fanaticos e as forças dispostas á rechaçal- os.

Bading (1916, p. 3) ressalta que as guardas de Canoinhas haviam recebido ordem de defesa, e por isso não seguiram os revoltosos, o mesmo numera em 34 o número de palas recolhidos pela manhã por um destacamento de soldados, algumas pistolas, facões e várias Comblain. Paulo Pinheiro Machado narra que o líder político local, o major Manoel Thomaz Vieira, serviu- se de um pequeno contingente do Regimento de Segurança de Santa Catarina e uma unidade de soldados do já referido 16º Batalhão de Infantaria do Exército, além de grande número de civis, nenhum dos defensores se feriu, muito embora uma chuva de balas tivesse caído sobre Canoinhas. Apenas algumas casas ficaram cravadas com balas, que não causaram estragos.

Dias após, em 24 de julho, o 1º ten. e médico Antonio Baptista da Luz, escreve de Canoinhas ao Diário da Tarde, em Curitiba, defendendo- se da acusação encontrada por ele na

mesma gazeta vespertina, do dia 17 de julho, a qual dizia ter sido o ataque à vila um simulacro. Baptista da Luz faz um relato de próprio punho sobre as condições vivenciadas aquela noite, assim como também transcreve o relato publicado n'O Leme do dia 23; assevera o militar que “os soldados Amaral e Gaudencio foram de uma calma extraordinária, em vez de fazerem fogo ao avisar o primeiro grupo de ‘fanáticos’” Tal qual o ten. Nelson e o cap. Paulo do mesmo regimento. Aos 8 de agosto, o 2º ten. Henrique Nelson Ferreira de Mello, que assina como comandante da força federal em Canoinhas, telegrafa também acusando o referido jornal paranaense de inverdades quanto a notícia de que o ataque à vila fora uma simulação. Segundo ele, “o cap. Mattos Costa verificou ser de 600 o número de homens atacantes na noite de 15 de julho, sendo que 250 delles estavam munidos de arma de fogo e o restante de facão, promptos para o ‘entrevero’”

No primeiro dia após o ataque, o juiz Mileto Tavares da Cunha Barreto deixa a vila, sendo substituído por Adolpho Bading. No dia seguinte, o recém empossado no cargo, promotor público Augusto Lustosa Ferreira de Freitas, assim como o superintendente maj, Manoel Thomaz Vieira abandonam a vila; indo Vieira estabelecer-se no interior do município de São Bento do Sul⁷¹, entre idas e vindas à Florianópolis e Joinville. Tal fuga fora relatada pelo cap. Mattos Costa ao governador Vidal Ramos no dia 18 de julho. O Leme, em seu nº 23, sob a epígrafe “Repartições abandonadas” dá a notícia que as autoridades responsáveis mandaram lacrar o Cartório do Tabelionato desta Comarca, devido ao abandono dos responsáveis quando do ataque de 15 passado. Defende-se disso o tabelião Domingos Rocha, dizendo que pediu ao juiz férias em 17 de julho, colocando em substituição o escrivão de paz Bento de Oliveira Sobrinho⁷², “pois já encontrava-se em Canoinhas trabalhando a 9 meses ininterruptos”. Dia 21 de Julho, quando Mileto já encontrava-se em Joinville⁷³, Vieira o repassa informações que recebera por Três Barras: “Canoinhas está sitiada pelos fanáticos. Abraços”⁷⁴.

Ao iniciar-se agosto há a troca do coletor de rendas estaduais em Canoinhas, transitando entre a vila e Joinville o antigo coletor, João Silveira e o novo Themoteo Alves⁷⁵. Duas companhias do 16º batalhão encontravam-se em Vila Nova do Timbó e uma na vila de Canoinhas. Com a declinação do frio e aproximação do gado das mangueiras, intensificam-se

⁷¹ Jornal Commercio de Joinville. 23 set 1914, nº 74, p.1

⁷² Jornal Commercio de Joinville 15 ago 1914, n. 63, p. 2.

⁷³ Posteriormente Mileto desloca-se para Florianópolis, de onde após breve retorno à Canoinhas, parte trabalhar na comarca de Lages.

⁷⁴ Jornal Gazeta do Commercio, 22 jul 1914, nº 56, p.1.

⁷⁵ Gazeta do Commercio, nº 64 e 66.

os saques nas fazendas por toda a região⁷⁶. Segundo Frei Menandro, após a retomada dos ataques em 15 de agosto, a administração da paróquia tornou-se insustentável, tendo em vista que “todos” os paroquianos já haviam se retirado para lugares mais seguros, Kamps deslocou-se para União da Vitória e depois Curitiba. “Assim, no final de agosto, pouca população civil se encontrava aí”⁷⁷.

Mais ataques ocorrem nos dias 17, 18 e 19, principalmente durante a noite, quando era mais fácil aproximar-se da cidadela pela mata. Aproveitando-se da escuridão, alguns rebeldes que circundavam a vila carregavam consigo um cinerco, no intento de fazer se passar por algum gado que ali perambulava; da mesma forma, com apitos e berrantes feitos de chifre ou outros materiais, imitavam aves como o inambu e o uru. “Às vezes no silêncio da noite, ouvem-se falar essas aves, em diversos lugares, o que não costumam fazer, ou uma vaca berrar na mata macabramente” (RODRIGUES, 2008a, p. 392). A vila seguia defendida, à base de Mauser e Comblain tanto por civis como por militares distribuídos ao seu entorno; registram-se aqui ao menos duas trincheiras: 1) uma do exército, que os atacantes fizeram fogo a partir do alto do morro da igreja na noite de 19; 2) uma guarnecida pela polícia, a trincheira da Água Verde. Distribuídos ao entorno da vila também trafegavam espões dos atacantes, podiam ser de grande significância para o exército, como dito por Peixoto

[O] serviço de inteligencia intercepta olheiros. O tenente Octaviano Pinto Soares, que se encontrava em Canoinhas, em missão reservada de Mattos Costa, para se encarregar não só da defesa da povoação como para a vigilancia e fiscalização do transito e do abastecimento dos jagunços por ali, praticando ardilosos engenhos, passando noites inteiras, emboscado com soldados de sua confiança, pela orla das estradas que demandavam Serra dos Vieiras e Paciencia, conseguira em noites geralmente tempestuosas, aprisionar "bombeiros"⁷⁸ dos jagunços, dos quaes obteve excellentes informações por meio de interrogatorios astutos e intelligentemente praticados (op. cit., p. 227).

A 22 de agosto, o governador de Santa Catarina Vidal Ramos solicita a intervenção federal com base no artigo 6º da Constituição Federal, uma semana depois, o presidente do estado do Paraná segue o mesmo caminho. A empresa Lumber também exige uma guarda federal na região, sob pena de recair o ônus por eventuais prejuízos sobre as costas do governo (ibid., p.215).

⁷⁶ PEIXOTO, op.cit., p. 231

⁷⁷ BADING, op. cit., p.3

⁷⁸ Os citados “bombeiros” eram sertanejos que espionavam para os rebeldes.

3.3- Setembrino

Morto o comandante do 16º Batalhão de Infantaria, cap. Mattos Costa, na mesma semana⁷⁹ em que o cel. Albuquerque, enquanto presidia uma sessão no Congresso Representativo de Santa Catarina, dá Canoinhas, Campos Novos e Curitibanos como destruídos⁸⁰; assume o comando das ações em forma de intervenção o general Fernando Setembrino de Carvalho. Setembrino assume o posto de comandante da 11ª região militar situada em Curitiba, em 11 de setembro, e dispunha agora de quase 5.000 homens.⁸¹ Ao iniciar as atividades logo após os primeiros 10 dias de setembro, o general arma um esquema de cerco da região em quatro grandes linhas que seguiriam os pontos cardeais, e dentro das quais as tropas deveriam, além de manter suas posições, trabalhar para sufocar o movimentos e destruir, esmagar, aniquilar quaisquer resistências. No entanto, antes mesmo de iniciar as ações bélicas efetivamente, Setembrino tenta de maneira sutil negociar uma solução para a questão de limites entre os dois estados, inclinando- se aos paranistas e deslocando- se de sua posição técnica e legal. A tentativa foi renegada pelo poder público catarinense.

Tropas foram distribuídas para que se formassem colunas que operariam contra os rebeldes; assim, em 25 de setembro chegam à Canoinhas integrantes do 56º Batalhão de Caçadores do Rio de Janeiro, comandados pelo tenente cel. Manoel Onofre Muniz Ribeiro, com 447 e 17 oficiais. Dois dias depois, adentram a vila comandados pelo maj. Nestor Sezefredo dos Passos componentes do 57º Batalhão de Caçadores. Em 26 de setembro, o general lança a partir de Curitiba- PR um manifesto em forma de apelo para que os combatentes, mesmo armados, entreguem- se às autoridades situadas nos quadros urbanos. Não sendo atendido, continuam as ações estruturantes de sua “pacificação”. Canoinhas seria um ponto de reabastecimento e remuniciamento, via sua estação ferroviária

sendo os transportes efetuados dora em diante, para a linha do Norte até a estação de Canoinhas, pela via-férrea que percorre o rio Negro, e que se podia considerar um caminho de ferro de campanha, porque até então o seu tráfego era provisório, adquirindo aquela estação os fóros de frente de etapas, pois nela foi montado um armazem de víveres, depósitos de munição e materiais diversos. (CARVALHO, 1950, p. 142)

Cria- se o armazém de Campanha na Estação Canoinhas em 14 de outubro, dois dias depois, cria- se o serviço médico militar de Canoinhas. Uma semana antes do armazém, eram

⁷⁹ Sobre a primeira semana de setembro, encontra- se curiosamente uma nomeação de Victor Konder como juiz de direito da Comarca de Canoinhas. Posto que Victor nega logo após. *Jornal Gazeta do Commercio*, 9/ 12 set 1914, nº 70 e 71

⁸⁰ *Jornal Gazeta do Commercio*, 02 set 1914, nº 68, p2.

⁸¹ RODRIGUES, 2008^a, p.57.

delimitadas as áreas e cidades que sediariam a repressão; num total de aproximadamente 26.000 km² que iam de Lages a Rio Negro, dali via rio Iguazu até Porto União da Vitória e dali seguindo hora o rio do Peixe, hora a ferrovia até a fronteira com o Rio Grande do Sul. Caberia à Canoinhas o acantonamento da Coluna Norte, sob comando do já referido ten. cel. Onofre. Segundo Bading “Essa coluna era formada pelo 56º Batalhão de Caçadores, 1 esquadrão de cavalaria, 1 seção de metralhadoras, 1 esquadrão ferroviário e 4 grupos de soldados especializados em regiões de montanha” que incorporaram-se ao 16º Batalhão que ali já se encontrava. (BADING, op cit, p. 4)

Imagem 9: Coronel Onofre Muniz Ribeiro, comandante da Coluna Norte.



Fonte: CONTESTADO, 1987, p.111

O quadro urbano, girava entorno da praça principal, medindo aproximadamente uma quadra de igual tamanho para cada lado, além de algumas saídas na forma de estradas troncais, como a Estrada da Piedade, a Estrada da Estação [que bifurcava-se logo após o arroio monjolo], duas para Três Barras, e a Estrada para Curitibaanos. Rodrigues, citando Peixoto, acusa que a Coluna Norte recebeu até 1.700 homens, sendo que em novembro, o número total, de forças legais na coluna, era de 42 oficiais mais 1.447 praças. (op cit, p. 57)

Não tardaram a começar os empecilhos. Nesta época, os moradores que permaneceram na cidadela, depararam-se veementemente com a interferência, mandos e desmandos, e os possíveis abusos advindos das forças legais e auxiliares⁸². Logo de início, como nos indicam suas memórias e o texto de Bading, o comandante-em-chefe já autorizou que os militares realizassem ações violentas nas proximidades de onde encontravam-se reunidas suas tropas.

⁸² Já podem ser registrado já em outubro, distribuídos pelas colunas, casos de embriaguez, confusões, jogos de cartas em bares e ao menos um caso de estupro, este último na cidade de Porto União. As penas, quando delitos praticados pela soldadesca ou pela oficialidade do exército davam-se dentro da própria estrutura militar, como bem demonstra Rodrigues (2008b) e Poyer (2018).

Setembrino dá o aval para que os chefes das colunas coibissem ações rebeldes nas cercanias⁸³, assim

Após 16 dias de presença, as primeiras marchas ocorreram perto da vila com o objetivo de reconhecimento, e com isso todas as casas dos jagunços ou que pertenciam a outras pessoas que se encontravam no reduto foram queimadas. [...] Assim, não havia dia em que não se observava fumaças de casas queimadas. (BADING, 1916, p.4)

Em 13 de outubro, o reduto localizado na localidade de Salto da Água Verde fora atacado; casas de imigrantes poloneses situados na região foram incineradas e 26 cabeças de gado foram recolhidas ao potreiro municipal para serem utilizadas pelas tropas ali estacionadas⁸⁴. Em 17, o comando da coluna baixara uma ordem dizendo que as correspondências deveriam ser retiradas na agência postal por um único encarregado e posteriormente distribuídas à tropa para que não ocorressem tumultos ali (RODRIGUES, 2008b, p. 19). A 19 de outubro, juntam-se a tropa em Canoinhas mais uma sessão de artilharia, contendo 93 soldados e 4 oficiais. Ao findar do mesmo mês, o Exército queima, entre outras, as casas dos líderes Bonifácio dos Santos e Antônio Tavares nas redondezas de Canoinhas⁸⁵. Nas palavras de Peixoto, até fins de 1914 “Impossível, pois, seria effectuar uma rapida e definitiva penetração de fôrças, collimando um energico plano offensivo de execução immediata no rigorismo da estrategia. Tudo falhava.” (op. cit., p. 323).

Boa parte da justificativa desses insucessos, se davam -para o alto comando- devido a presença de indesejados entre e próximo as tropas. Colaboradores dos rebeldes, agentes duplos, que poderiam realizar além do tráfico de alimentos, bebidas, utensílios e armas, principalmente o de informação. A boataria levava a que a tropa tivesse medo ou até mesmo pavor daqueles com quem combateriam, ademais, ao encontrarem-se com diversas pessoas desconhecidas nas casas comerciais por onde perambulavam os soldados, esses poderiam se deixar levar pelas conversas e assim ceder informações a respeito das movimentações de tropas e ações bélicas, adiantando partes dos combates ou das defesas para os inimigos. As bebidas alcoólicas também eram motivo de grandes desavenças dentro e fora da tropa, pois inclinavam os soldados às más condutas, não sendo difícil encontrar a soldadesca embriagada cometendo ilícitos, impropérios, agressões etc. Um exemplo é o caso do tiroteio gerado na noite de 13 de outubro; quando amedrontados por um possível ataque rebelde, associado à escuridão da noturna, componentes

⁸³ CARVALHO, 1950, p.148.

⁸⁴ TOKARSKI, 2008, p. 268.

⁸⁵ Jornal Gazeta do Commercio, 28 out 1914, n° 84, p. 1.

do 56º Batalhão de Caçadores realizam uma salva de tiros desmedida sobre um animal que passara além da trincheiras, sobressaltando toda a vila e desperdiçando munição. Atos que um dos comandantes acusava serem gerados por incúria da soldadesca ou talvez pelo consumo de álcool. Tentando evitar ações como a tal, “o coronel Onofre Ribeiro baixou a seguinte ordem: ‘sendo constante o aparecimento de boatos alarmantes e convindo evitá- los, recomendo aos senhores oficiais envidarem esforços para que não tenham curso tais notícias perturbadoras da ordem’. Ordem insuficiente, haja vista que em 11 e 12 de novembro ocorre novo episódio similar, quando então o ten. Leopoldo Itacoatiara reclama de que soldados que guarneciam a trincheira da estrada de Curitiba, ao realizarem disparos desleixadamente, chegaram muitas vezes a colocar em risco outra trincheira do exército. Envolvido no episódio do dia 11, o segundo- sargento Francisco Santiago da Costa Vasco, em sua defesa no inquérito dirigido pelo primeiro- tenente Guilherme Barboza Fontenelli Bezerril e escrito pelo segundo sargento João Azevedo, esquivando- se da acusação do segundo- tenente Antonio Bastos Reis, diz:

Que acha não haver culpabilidade nenhuma das praças de sua trincheira, não só devido a escuridão da noite não permitir distinguir mesmo à pequena distância as coisas, como porque havia ordens de atirar em qualquer vulto que se aproximasse pelo lado de fora da trincheira depois de seis horas da tarde. (RODRIGUES, 2008^a, p. 390)

Isto é, qualquer indivíduo que ousasse perambular a noite, corria tal risco; nesse caso, haviam fuzilado apenas uma vaca branca.⁸⁶

Percebe- se facilmente que o alto comando não encontrava problemas advindos apenas de fora das fronteiras das trincheiras, mas também de seus pares. Rodrigues, em novembro, encontra em um inquérito envolvendo o cabo- de- esquadra José Cosme dos Santos na acusação de arrombamento, por volta das 19:00 em 15, de uma casa comercial repleta de gêneros, fazendas e grãos, que há muito estava fechada. Seguiu o inquérito o segundo- tenente Hermínio Ascendino de Mattos, inspetor policial; sendo escrivão o terceiro- sargento Anísio Ferreira Sampaio. Santos, natural da Bahia e contando com 27 anos de idade, não atuava pela primeira vez no exército, já era uma praça reengajada; e, como foi encontrado numa fenda do assoalho da casa, mesmo sem ter em sua posse nenhum produto da mesma, fora considerado culpado e tentativa de furto e condenado a 30 dias de prisão e redução da sua ração diária. Registra- se ainda mais um caso de agressão verbal a uma família, quando o anspeçada João Evangelista dos Santos entra em na casa de uma civil e profere indecorosidades em frente a todos, além de resistir quando lhe fora auferida a voz de prisão. (RODRIGUES, *ibid.*, p. 373)

⁸⁶RODRIGUES, *ibid.* pp. 387-389

A cidade encontrava-se em uma condição nunca antes presenciada, o terror pairava sobre as praças, e não injustificadamente. “O número de mortos, os combates e ataques, convivência com feridos e mutilados mudavam a rotina” e marcavam não apenas moradores como o próprio exército”. Muito provavelmente, boa parte dos combatentes contavam com pouca idade e experiência militar reduzida. Como dito por Peixoto, “nas trincheiras de Canoinhas estiveram soldados que contavam dias de vida militar; o próprio 56º [B.C.] tinha incorporado recrutas, durante a marcha para aquela localidade”⁸⁷. Argui no mesmo sentido Rodrigues, quando diz que

Se Francisco Vasco estava no Exército há pelo menos seis anos o mesmo não se pode afirmar dos inferiores do 16º Batalhão de Infantaria. Foram interrogadas cinco testemunhas, todas participaram da descarga de tiros ordenada pelo sargento. Por meio das suas respectivas idades podemos demonstrar que eram jovens, e talvez, inexperientes no Exército, com grande possibilidade de ser essa uma primeira ação ofensiva em que tomaram parte (RODRIGUES, *ibid*, p. 378)

Foram registrados nesse período também a abertura de ao menos dois inquéritos sobre casas incendiadas em Canoinhas. Em 16 de novembro queimam-se duas casas de autoridades, acusando-se o primeiro-tenente Antônio Cândido de Viveiros, do 56º B.C. pelo delito. Uma casa comercial também queima por esses dias, sendo responsabilizado aí a praça Manuel Lúcio, que ademais, teria “tratado desrespeitosamente autoridades civis que lhe chamaram atenção”. O mesmo tipo de violação ocorre em meados de dezembro, quando Emílio Schultz reclama à oficialidade que sua olaria fora queimada por forças militares legais. “Embora tenha sido verificado que o incêndio foi proposital, não se conseguiu identificar os autores do crime, alegando-se que a olaria estava situada fora das trincheiras da guerra”. Antes disso, em agosto, queimou-se a propriedade do súdito austríaco Johann Tomaschitz, uma casa de 3.000\$000 (três contos de réis), móveis e objetos estimados em 800\$00 e madeiras de 1.200\$000, conforme foi queixado ao Ministro Plenipotenciário da Áustria-Hungria junto ao governo brasileiro, através do Cônsul da Áustria no Brasil. O carpinteiro e construtor acusou o exército de ser o criminoso; o qual defendeu-se na pessoa do comandante do 6º regimento de infantaria, com a resposta: “só dos fanáticos pode ter partido tal ato de desumanidade”⁸⁸. Todos os atos, praças e oficiais supracitados contrariavam direta e descaradamente a ordem do dia nº 282, de 13 de outubro de 1914, publicada pelo comandante Onofre Muniz Ribeiro, que proibia determinantemente, sob a responsabilidade de rigorosos castigos, que as praças sob seu comando praticassem

⁸⁷ PEIXOTO, *op. cit.* p.35

⁸⁸ O Imparcial 12 marc 1916, nº13, p.2

depredações, ameaças e incêndios contra os habitantes da vila. Como muito bem afirma Rodrigues,

a ordem, por si própria, nos revela o clima de tensão vivenciado pelos habitantes de Canoinhas e redondezas, afinal o coronel não baixaria tal norma se tais crimes fossem casos episódicos [...]. Somente a frequência dessas ações é que justificaria tal resolução. (2008a, pp. 372- 373)

Aquela comunidade podia ser muito próxima do ponto de vista das dinâmicas sociais desenvolvidas regionalmente (chegando a guerra a adquirir caráter fratricida), aliando a incapacidade do exército de lidar com a situação de maneira decente; a construção do inimigo não fora apenas complexa como também certamente muito confusa, fluída, ambígua e volátil para as forças oficiais. Pelas teias e conexões sociais predispostas aos trabalhos do exército, praticamente todos se tornaram suspeitos, cabendo muitas vezes à sorte ditar os rumos de muitas vidas. Desde que iniciara o movimento social e especialmente a intervenção militar no Contestado, o jogo de forças políticas e públicas oscilava demasiadamente. Antes mesmo da guerra, pelas interferências externas e por um esgotamento dos sistemas sociais vigentes ligados ao coronelismo típico da primeira República, romperam-se tradicionais vínculos, elos sociais que antes ditavam as normas e as regras daquelas comunidades naquela sociedade. (MACHADO, 2004; DIACON, 1991). Diversas intervenções diretas foram realizadas na vida dos indivíduos, percebendo um dos aprofundamentos da crise quando da aplicação dos ritos processuais militares do próprio Exército sobre toda a população da área conflagrada. Num edital publicado por Setembrino em 27 de outubro, lê-se que seriam aplicadas as penas do código penal do Exército aqueles que:

- a) Cometer crimes em território militarmente ocupado;
- b) Servir como espião ou der asilo a espiões e emissários inimigos, conhecidos como tais;
- c) Seduzir, em tempo de guerra, as praças para desertarem ou dar asilo ou transporte a desertores ou insubmissos; ou
- d) Seduzi-las para se levantarem, contra o governo ou seus superiores; atacar sentinelas ou penetrar em acampamento por lugares defesos;
- e) Comprar, em tempo de guerra, às praças ou receber delas, em penhor peças de seu equipamento, armamento e fardamento ou coisas pertencentes á Fazenda Nacional, ficarão sujeitos á aplicação e aos efeitos do código penal militar.⁸⁹

⁸⁹ Jornal Gazeta do Commercio, 28 out 1914, nº 84, p.1.

Com os civis tendo suas margens de manobra reduzidas em detrimento da participação do exército, facilitar-se-iam os intentos de Setembrino. Outro exemplo da assunção de Setembrino a senhor daquela região, fora com o ten. Castelo Branco, seu subordinado direto, assumindo o serviço de polícia na vila de Canoinhas.

Operando na administração policial da Coluna, Castello Branco ocupara a Chefatura da Polícia Militar, que então ficava instalada na casa de Major Vieira, respectivo local que servira de superintendência provisória quando da instalação do município e que abrigara um curioso encontro, em janeiro do mesmo ano, entre o próprio maj. Vieira com o capitão, e agora atacante-sitiantes de Canoinhas Aleixo Gonçalves de Lima. Vieira e Aleixo, “conhecidíssimos, pois mesmo sendo paranaenses colocaram-se sempre ao lado dos catarinenses”, encontraram-se na casa do superintendente, “um elegante e confortável chalet, situado á praça Lauro Müller” no centro da vila. Na entrevista cedida gentilmente ao Diário da Tarde, Aleixo queixa-se que seu maior desgosto era de ser nascido no Paraná, estado pelo qual sofreu inúmeras perseguições: sentia-se muito bem com o governo de Santa Catarina. Vieira, nascido no Bariguy de Cima, distrito de Curitiba; fora caracterizado como um homem de físico avantajado, aparentando ter quarenta e tantos anos, de maneiras delicadas, entretanto de temperamento irascível. Temia o arbitramento na questão de limites, pois esse poderia ser favorável ao Paraná. Quando questionado sobre se dispunha de prestígio por “entre esse povo”, Aleixo, enquanto esboçava um descarado sorriso preditório à sua resposta, foi interrompido por Vieira, que afirmou: “Muito! E em diversos pontos do Contestado!”⁹⁰

No contexto de fins de outubro de 1914, agora enquanto Aleixo e outros sitiavam a cidade, sob as vistas de Onofre Ribeiro, produz-se o inquérito policial-militar que indicia os comerciantes e capitães da Guarda Nacional Roberto Ehlke e Affonso de Sá Gamma. Um bilhete atribuído a “Ville” [Guilherme⁹¹] Rommais, para sua mãe, Emma Rommais fora interceptado na Estação de Canoinhas por volta das 11:30 do dia 21 de outubro de 1914, em meio a vários telegramas pelo 2º sargento José Francisco da Silva, da 2ª companhia do 16º Batalhão de Infantaria. Intrigara a oficialidade o fato de Ville encontrar-se entre os rebeldes de Bonifácio José dos Santos, nas costas do rio Paciência quando do trânsito do bilhete, e de solicitar auxílio de seu tio, irmão de Emma, Roberto Ehlke. Suspeitando então, de que Ville seria um elo entre os comerciantes e os “fanáticos”.

⁹⁰ Jornal Gazeta do Commercio, 10 jan. 1914, nº 3 p. 2.

⁹¹ Provavelmente o apelido Ville se desse por uma adaptação do nome de Guilherme em alemão, que registra-se como Wilhelm, haja vista a ascendência da família.

Robertão -como era conhecido devido a sua grande estatura- já encontrava- se sob suspeita de que tivesse comprado “armamento e munições de guerra ‘Mauser’ afim de fornecer aos bandidos que infestam os sertões do Contestado”, quando o 2º ten. José Octaviano Pinto Soares⁹² registra na Guarnição Militar da Praça de Canoinhas, em 18 de outubro, que os soldados Alcides Cypriano Cordeiro da Fonseca e A. Paula Ribeiro, lhe informam de que o comerciante praticara tal ato. Além de que, também pesaria sobre os negociadores, a suspeita de que armazenassem esses produtos em sua casa comercial juntamente com bombas de dinamite.

No mesmo dia da interceptação do bilhete, por ordem do comandante da Coluna Norte, juntamente com o sr. delegado de Polícia Civil, o 1º tenente assistente C. Cardoso assina e encaminha ao chefe da Polícia Militar, 1º ten Hermínio Castello Branco, uma portaria solicitando uma vistoria minuciosa na casa comercial de Roberto Ehlke. O comandante da coluna também nomeia em paralelo o 1º tenente Galdino Luis Esteves, do 12º Batalhão de Infantaria, delegando- o as atribuições policiais para que o mesmo procedesse um inquérito sobre os sócios, buscando saber se os mesmo haviam estabelecido negociações com os soldados do 16º Batalhão de Infantaria para adquirir armamento e sobre suas possíveis relações com os rebeldes.

As buscas na casa comercial Ehlke & Gamma procederam- se sob as vistas de Castello Branco e do alferes de polícia Antonio Marques de Souza, delegado de polícia desta vila, acompanhados de um filho do sr. Gamma e de um empregado da casa comercial; quando foram encontrados: 1 espingarda de caça, uma carabina Winchester, uma clavina Comblain, uma Mauser inutilizável, uma clavina Remington, munições, uma pistola de dois canos, três revólveres Smith, sendo dois de calibre 38 e um calibre 32, cartucheiras e cinturões, 64 caixas de munições para revólver, um saco cheio de caixas de balas para Winchester e um pequeno saco de munição para Comblain. Apenas as balas de Winchester e as de Comblain com as respectivas armas, bem como a clavina Remington ficaram apreendidas na Chefatura de Polícia. Os interrogatórios procedem- se ao dia 22 na casa onde encontrava- se acantonado o 56º Batalhão de Caçadores, e foram realizados pelo 1º ten. Galdino Luiz Esteves e pelo escrivão 2º sarg. Manoel Ferreira de Barros. Ao ser questionado, Ehlke responde positivamente que possui armas de guerra em sua casa comercial e que essas não foram adquiridas dos soldados do 16º Batalhão, mas sim de diversas casas comerciais de Florianópolis, São Paulo, Joinville e Curitiba

⁹² Peixoto cita que Octaviano teria descoberto ações de negociantes da vila e conluio com os fanáticos, entretanto não especifica- os. (1920, p. 383)

que chegavam até a vila pela estação de Canoinhas; assevera que não comercializou- as desde que começara o “fanatismo”; assim como, que também não possui quaisquer relação com os rebeldes, e que para isso poderiam testemunhar em seu favor João Ruivo, Juvenal Ruivo, Florêncio de Campos, José Cunha e outros. Ehlke receava o aumento da violência na região, tanto que no mês de março retirou a sua família para a cidade de Rio Negro, convidando seu sócio para fazer o mesmo em junho; tendo encaixotado diversas mercadorias, algumas que, inclusive ainda mantinham- se como tal, e que permaneceram na vila após receberem garantias por parte do Exército. Diz ter sabido pela esposa de seu capataz, que agora encontrava- se na vila em casa de Antero Nagib ao lado do cinema, que seu sobrinho e seu capataz, de nome Francisco Artner, foram capturado pelos fanáticos. Ambos teriam sido sequestrados pelos rebeldes em terras de Ehlke, aproximadamente 2 km a noroeste da vila enquanto carneavam para as tropas do exército. Ehlke disse saber do tal bilhete interceptado, mas negava conhecer seu conteúdo, assim como qualquer possível participação com o caso ou com quaisquer fanáticos dessa vila. Desperta a curiosidade o fato de os oficiais terem questionado à Ehlke se ele conhecia algum caminho que não a estrada de rodagem que levava ao Paciência, e este confirma que sim, havia uma outra estrada. Isso provavelmente pode ter induzido a ideia de que entre o reduto de Bonifácio e as terras de Ehlke poderiam transitar bens, víveres e informações, tal como os próprios rebeldes.⁹³

O mesmo cuidado ao repassar informações, teve o sócio de Ehlke, o pernambucano Affonso de Sá Gamma, que sustentou a ideia de que após a revolta não mais vendeu armamento aos rebeldes, hora pois, não faria sentido, visto que a revolta destruiu uma casa comercial sua em Timbó; no entanto, encontrava- se a venda na sua casa comercial armas e munições, assim como em todas as casas comerciais da vila. Também diz ter prestados serviços à oficialidade, como a abertura de uma trincheira, por ele chamada de Trincheira do Fornecedor. Gamma confessa armazenarem dinamite em um armário, e assim como Ehlke julgava o local de carnear propício para que os rebeldes não lhes incomodassem.

Doze testemunhas , entre civis e militares, são ouvidas no dia 23, incluindo a própria Emma Rommais e Francisco Artner [que disse ter fugido do reduto dois dias antes]; chegando uma delas a dizer que Gamma “tinha paixão” pelos fanáticos e que sabiam da comercialização de armas além da dinamite. Também indicam localizações de rebeldes nas cabeceiras do

⁹³ Há de se notar, que em outubro de 1914 possuía livre trânsito pelas margens do rio Paciência e até as do rio Iguaçu um grande número de rebeldes. O próprio Bonifácio dos Santos perambulava pela região, onde visitava uma família polonesa, cuja moça, Ana Júlia Kopecki, lhe escrevia décimas e rezas. (TOKARSKI, 2008, p. 226)

Paciência, assim como sendo eles entorno de 200 homens, além do posto avançado do combatente Aleixo em Salseiro, ao sul da vila.

Aos 25 dias de outubro, o inquérito é concluído com a seguinte decisão: Gamma & Ehlke tinham armamentos em depósito; não souberam explicar a origem da dinamite nem de diversas munições e armas Comblain encontrados em sua casa comercial; que Roberto tem um cunhado de nome Affonso W. entre os fanáticos; que várias testemunhas disseram que ambos tem ligações com os fanáticos desta vila; o relatório também aponta que Gamma evitou fazer disparos contra os fanáticos quando um dos ataques sofridos pela vila; não explica-se a distância porque carnear tão longe da vila; que Ville fazia o trânsito de informações entre a vila e o reduto de Bonifácio.

Ville é preso e dia 31 de outubro interrogado pelo 1º ten. Castello Branco na Chefatura de Polícia. Ville nega ter escrito tal bilhete e diz ter sido levado a força ao reduto de Bonifácio, ficando lá 8 dias, e que após conseguir fugir, dormiu no mato e escondeu-se até alcançar a cidadela. Quando feita uma acareação, conclui-se que Ville era sim autor do bilhete, além de que nele constava um pedido para o que o tio, Roberto, avisasse sobre as marchas das forças contra os rebeldes. O bilhete, que encontrava-se anexado ao processo de Ehlke & Gamma aparece transcrito ao final do inquérito de Ville, e consta: “Minha Mãe, Estou bem de saúde, Não tenho [ilegível] commigo. Guilherme Rommais. Minha Mãe diga ao tio Roberto para avizar a [ilegível] das forças para aqui. Guilherme Rommais”.

Encontramos no jornal Correio Paulistano, na segunda página da segunda-feira 2 de novembro de 1914⁹⁴, várias notas dando publicidade à diversas ações das tropas no Contestado, por consequência, de vários civis. Nas notícias que partiram de Rio Negro, a segunda consistia no seguinte:

OS COMMERCiantES AFFONSO GAMA E ROBERTO EHLKE SERÃO APRESENTADOS HOJE AO GENERAL SETEMBRINO DE CARVALHO RIO NEGRO, 1- Vindos de Canoinhas, acompanhados por um 2.º tenente do exercito, chegaram hoje aqui os commerciantes Affonso Gama e Roberto Ehlke, que foram presos por suspeitos de negociarem e manterem relações com os fanaticos.

Esses commerciantes, que se acham incommunicaveis, seguirão amanhã para Curytiba, afim de ser apresentado ao general Setembrino de Carvalho.

Das poucas informações encontradas referentes a esse caso e que relatem sua continuação, existe uma nota publicada no jornal O Estado, de Florianópolis em 28 de maio do ano seguinte.

⁹⁴ n.º 18.425

Em nome de sua empresa Ehlke e Gamma, requerem ao juiz federal, dr. Henrique Lessa, uma vistoria com arbitramento em sua casa comercial, haja vista que os comerciantes foram obrigados a fechá-la por ordem das forças legais em operação na vila pelo período de seis meses, durante o qual estiveram presos⁹⁵. Outra nota, no mesmo jornal, intitulada “Echos da revolta dos fanáticos”, entretanto uma década depois do ocorrido, diz que fora julgada procedente em juízo federal, a ação de indenização proposta pelo advogado dr. Rupp Junior em favor dos comerciantes e contra a Fazenda Nacional. Alegavam os promotores da ação terem sido grandemente prejudicados quando ficaram retidos à prisão por seis meses sem culpa formada.⁹⁶

Simultaneamente ao inquérito Ehlke & Gamma, ocorre a ocupação do que o Exército consideraria um posto avançado, o Salseiro. Dia 26 de outubro, o ten.- cel. Onofre desloca-se com 1.663 homens para tomar a posição que encontrava-se nas mãos dos rebeldes distante 6,25 km da vila⁹⁷. Em paralelo, circula novamente pela região, a pedido de Setembrino, e de acordo com o bispo de Curitiba, o vigário de União de Vitória Padre Rogerio Neuhauss. Dessa perambulação, onde buscava uma pacificação com os rebeldes, encontramos no Livro Tombo uma transcrição de um artigo publicado pelo mesmo na revista Vozes em 1915. O texto indica que [além de diversos locais às margens do Iguazu e afluentes estarem abandonados ou sendo esvaziados] Neuhauss chegara à Canoinhas, vindo de S. Mateus do Sul, deslocou-se aos Ribeiros de 29 a 31, quando vai à Três Barras, onde hospeda-se na casa de Frederico Straube; volta à Canoinhas de carroça dia 1º, e celebra três missas no dia de Finados “sendo a cerimonia religiosa assistida por muitos civis e militares”. No dia 3, Neuhauss decide visitar o acampamento no Salseiro. Benze ali o túmulo de dois civis e um soldado mortos em combates dias antes. Mesmo com a chuva do dia 4, armam ali um altar, “sendo a Santa Missa devotamente assistida pelos oficiais e muitos soldados”. Dia 5 faz nova missa em Canoinhas, devotada à Sagrada Família. Decidido a ir até a localidade da Piedade, onde encontrava-se um reduto; com cavalos emprestados de Pedro Nicolau Werner e Leopoldo Steffen, acompanhado de Andres Guileron, partem às 11:30, iniciando o rosário logo ao passarem a primeira ponte sentido sudoeste. Chegando à ponte do rio Piedade, encontraram-na desmantelada na outra margem, entretanto, não conseguiram refletir por muito tempo sobre como atravessariam, pois uma bala acerta a testa do cavalo de Guileron, assim como diversos disparos são feitos na direção do

⁹⁵ Acusam os comerciantes que a referida casa comercial conteria 80:000\$000. Jornal O Estado, 28 de maio de 1915, nº 13, p.1.

⁹⁶ Jornal O Estado, 28 mai 1924.

⁹⁷ O mesmo jornal que traz notícias de Rio Negro sobre Ehlke & Gamma, acusa grande tiroteio no Salseiro e recuo de diversas tropas em diversos pontos do Contestado.

religioso e de seu sacristão, obrigando- os a retornarem às pressas para a vila (LIVRO TOMBO, 16a). Frei Rogério retorna ao Salseiro dia 6, donde dois dias antes, os militares conectaram uma linha telefônica e telegráfica até Canoinhas. Dia 7, uma companhia de metralhadoras deslocou-se para o mencionado posto

A villa. que tinha ficado á retaguarda, sob a vigilia de duas companhias do 16, mantinha -se em comunicação telephonica, installada até Salseiro, e a estação, mais para traz, ficou guardada por pequeno destacamento de infantaria encarregado da defesa do armazem de viveres e do farto deposito de munição. (PEIXOTO, op.cit. p. 346)

No outro dia os rebeldes cortam as linhas de comunicação. Queimam- se várias casas em pleno dia; e “na madrugada tempestuosa de 8 de Novembro, a escuridão do ceu mal deixava a luz do crescente bruxulear através das nuvens pesadas, que o vendaval trazia das serra”, quando a cidade e o acampamento são simultânea e vorazmente atacados sob um vozerio desenfreado. Tokarski acusa que 300 revoltosos agiram sobre Canoinhas, que encontrava- se defendida por 126 homens do 56º Batalhão de Caçadores em 15 trincheiras, das quais não se enxergavam 5 metros adiante⁹⁸. Narra- nos sobre este episódio Aloysio Soares de Carvalho, filho de Victor Soares de Carvalho.

Natural de Araquari, Victor era contabilista e comerciante em Joinville/ São Francisco do Sul, homem ilustrado, chegara em Canoinhas entre 1905 e 1908, onde adquire uma casa já montada à rua Paula Pereira a 600 metros da futura praça Lauro Müller⁹⁹. Soares de Carvalho teria permanecido em sua residência durante o conflito, tendo que para isso, dormir em meio a sacarias de areia dentro de sua própria cozinha nos fundos da casa.

⁹⁸ PEIXOTO, 1920, p. 350.

⁹⁹ A praça só é formalmente criada em 4 de setembro de 1912.

Imagem 10: A casa de Victor Soares de Carvalho em 2013.



Fonte: Acervo pessoal

Victor comprava erva dos colonos locais, beneficiava-a com a ajuda de um sobrinho, Trajano Soares de Carvalho Borges, em um galpão ao lado da casa, ensacava-a e revendia para exportação, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai eram alguns dos destinos; importava bens de Joinville, de serra abaixo, e trocava ou negociava com os moradores do interior que ali vinham ofertar os produtos fruto de sua agricultura. Segundo Aloysio, o pai chegara a fornecer víveres aos combatentes revoltosos durante a noite e durante o dia, atendia ao Exército¹⁰⁰. Victor não se conformava com as barbáries praticadas por ambos os lados, mas considerava justa a contestação por parte dos colonos. Nas palavras de seu filho:

O Exército Federal veio junto, mandado a se unir aos batalhões do Paraná e de Santa Catarina para esmagar os colonos brasileiros, nativos daqui e que estavam reclamando contra a roubalheira cometida pelos ingleses da Lumber, e então houve a Guerra do Contestado. Eles chamavam de Guerra do Contestado, mas na verdade, a contestação era dos colonos que moravam aqui em Canoinhas e que foram esmagados pelas forças militares do Paraná e Santa Catarina reunidos por indicação do exército do Rio de Janeiro que veio aí, tomou posse e veio esmagar os colonos que acabavam morrendo de fome ali [...] na beira do rio Piedade¹⁰¹

¹⁰⁰ Jornal Correio do Norte, 14 de outubro de 2006.

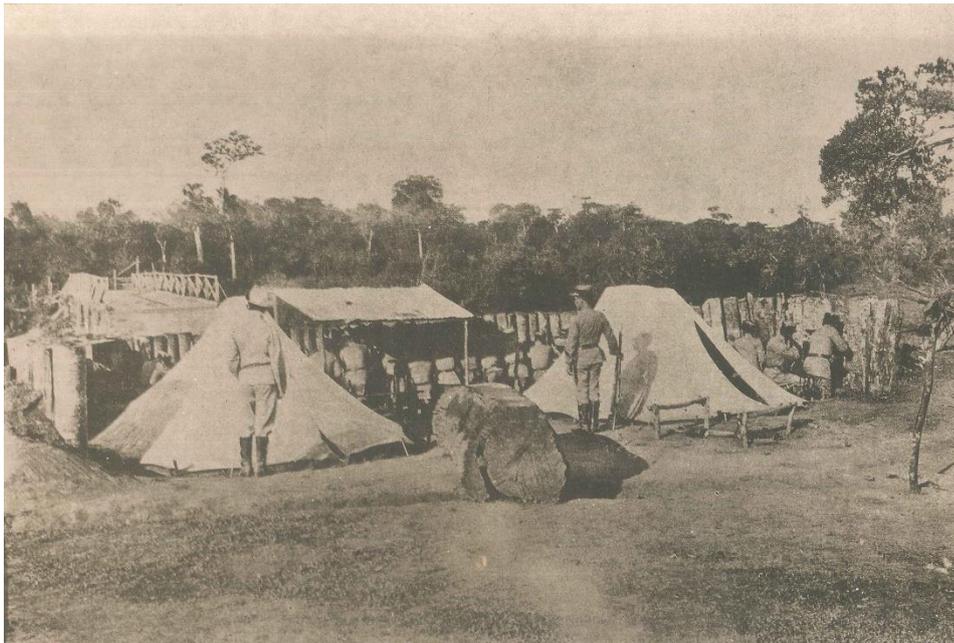
¹⁰¹ Entrevista com Aloysio Soares de Carvalho, 2018, 90 anos, Canoinhas- SC.

Segundo o mesmo interlocutor, Victor abrigara em um galpão em seu terreno guerrilheiros, o mesmo galpão que mais tarde sediaria tropas getulistas durante a revolução de 1930. Victor tinha simpatia por ambos os grupos de combatentes que operaram no Contestado, pois afinal “tanto um como o outro, era tudo gente brasileira, eram todos brasileiros nacionais”, tanto que o próprio Bonifácio José dos Santos lhe era tido como um “camarada, praticamente um amigo”¹⁰².

Complementa- nos o quadro de defesa da vila nestes episódios uma das mais elucidativas fontes sobre as condições da vila de Canoinhas nesse momento. Há no livro Contestado (1987) dois mapas dando nota das trincheiras e da localização dos postos militares na vila em 8 de novembro de 1914 e em março de 1915. Aloysio descreve uma grande vala que teria sido aberta na atual rua Felipe Schmidt, em toda sua extensão à época, ficando de frente da fuzilaria a casa de Victor, “de onde então o Exército atirava para oeste e os rebeldes revidavam para leste”. O que Aloysio relata, aparece registrado no mapa do combate de 8 de novembro como sendo 4 trincheiras, situadas cada qual a desembocadura de uma rua, voltadas para oeste, tal fronteira só fora atingida após março de 1915, pois no combate de 8 de novembro fossas aparecem cavadas na metade das quadras ocidentais da vila, demonstrando uma situação de grande sufocamento. O mapa, produzido em escala 1: 5.000 nos dá indicativos sobre as operações do 16º Batalhão. Percebemos atuando nelas pelo menos 9 soldados em cada trincheira, e 5 na da rua cel. Albuquerque. Como são largas as ruas de Canoinhas e o perfil das tropas comandadas por Setembrino, mesclava civis e militares, podemos crer que, se necessário, operariam na fuzilaria mais homens. Faziam parte deste mesmo esquema de entrincheiramento pelo menos mais 11 postos distribuídos por todos os pontos cardeais em redor da vila. Ao todo, nesse dia- apenas do 16º Batalhão- 211 praças atuaram na defesa. Sobre esses eventos, Bading nos traz que as casas pouco sofreram com os projéteis, não especificando se dentro ou fora das trincheiras; o mesmo autor diz terem sido gastos em apenas em uma noite 60.000 projéteis, sem que se encontrasse no outro dia apenas um morto (1916, p. 4).

¹⁰² Idem.

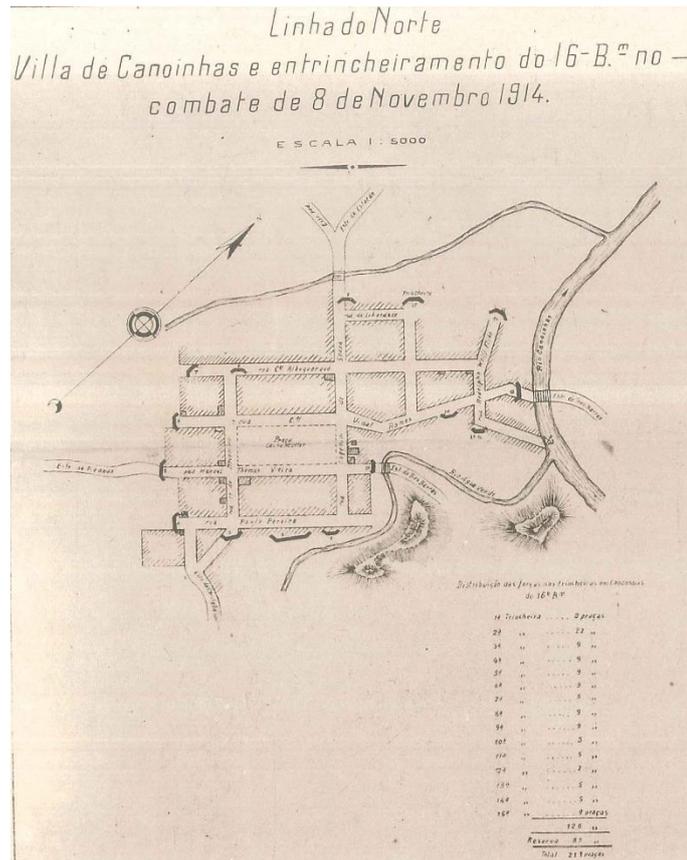
Imagem 11: A trincheira do 16º batalhão na ponte do rio Canoinhas.



Fonte: CONTESTADO, 1987, p. 99

Encontram-se nos mapas a discriminação de 14 ou 15 edifícios utilizados pelas forças militares, sendo que o Quartel General das forças em operações ficou na esquina da rua Vidal Ramos e 15 de Novembro, assim como ao lado do quartel e cadeia, o Edifício Stoerbel; o Quartel General da Coluna Norte, mais à sul; na Casa de Câmara, sito esquina da rua cel. Albuquerque com Wolff Filho ficara o acantonamento do 16º Batalhão de Infantaria; o 56º ficara situado na esquina da rua 15 de Novembro, em frente a casa de major Vieira e noutra que se avizinhava na mesma rua; a Chefatura da Polícia fez morada na casa do próprio maj. Vieira; e a Ambulância e Enfermaria pousaram no cinema e na rua Eugênio de Souza esquina com cel. Albuquerque. Também é descrito no mesmo documento a localização exata do porto na desembocadura do rio Água Verde, três pontes (uma sobre o Canoinhas, ao final da rua Vidal Ramos, uma sobre o Água Verde ao final da rua Major Vieira e uma ao final da rua Eugênio de Souza, sobre o arroio Monjolo); a hidrografia parece ser bem representada, demonstrando além dos caminhos fluviais duas lagoas do lado direito do rio Água Verde.

Imagem 12: Vila de Canoinhas e o entrincheiramento do 16º B. no combate de 8 de novembro 1914.



Fonte: CONTESTADO, 1987, p 149.

Durante o dia 9 e 10 de novembro, novos ataques acontecem, deixando vários feridos no Salseiro, que são remetidos via fluvial à estação de Canoinhas e posteriormente à Curitiba. Com a violência dos combates associado ao risco de isolamento da tropa e da vila pelos rebeldes, além de reivindicações dos próprios soldados o comandante ordena que contramarchem à Canoinhas. A vila fica agora com quase [senão mais] 2.000 homens aquartelados. Neuhaus também permanece na vila, realiza diversas cerimônias e toma nota do telhado da igreja danificado. Mais um ataque se segue dia 12. O frei realiza uma missa campal na praça dia 15 de novembro, às 10:00, na qual, diz Peixoto, terem participado majoritariamente os militares, sendo assistida por “dois ou três caboclos civis e alguns polacos”.

Após, o frei deposita os ítems religiosos que ainda permaneciam na igreja em mãos do sr. Pedro Nicolau Werner e retira-se da vila antes dos ataques dos dias 18, 19, 20, 21, 22 e 24 de novembro. Provavelmente advém de um desses ataques novembrinos, o relato de Aloysio, dano nota que a casa de Victor ficou entre duas trincheiras, uma rebelde e outra do Exército, “até que em certa noite escura os soldados foram afastando os colonos, que se entrincheiraram

no arroio monjolo à fronteira oeste da vila, sendo depois atropelados morro acima”. A posição dos rebeldes na costa do rio Piedade só foi tomada em 20 de dezembro.

Durante meados de novembro, a vila permaneceu inquieta, segundo Peixoto, dormia-se dia para vigiar a noite, pois os ataques se davam principalmente no decorrer da escuridão.

Tinham voltado para Canoinhas todas as fôrças do norte e, foi dissolvida a columna moveI [que agia no Salseiro], com menos de quinze dias de existencia. Ahi, como melhor local para recepção dos noctívagos vizitantes, a tropa alentou. Comtudo, o moral dos jagunços se elevou, uma vez que a tropa voltava a só se defender de seus ataques. Retornaram então os matutos a hostilizar o terreno entrincheirado. O 12 de infantaria contramarchou para guardar a estação; o 16 continuou incumbido de defender um dos flancos mais vulneraveis, o sector oeste” (PEIXOTO, op.cit. p. 358)

Ainda no texto do Livro Tombo, de Bading, assim como no relato de Demerval Peixoto, encontramos referência a um deslocamento de tropas para a estrada da Paciência no dia 17 de outubro. Cel. Onofre envia pela estrada da Piedade, às 8:00, uma seção de 250 homens comandada pelo major Gameiro; 2 km da vila, no mesmo local onde haviam atacado Neuhaus, as forças legais encontram resistência por parte do bando do antigo anspeçada do Exército, Carneirinho, ficando o sargento Aprigio Ortencio da Silva Barbosa morto e seu cadáver em posse dos rebeldes¹⁰³; durante 1 hora e meia de tiroteio, mais 3 soldados morrem na hora e 2 posteriormente, em Rio Negro, saindo 18 feridos. (LIVRO TOMBO, p.18; BADING, 1916, p.5)

Quando os ataques de 20 e 21 de novembro, que caíram sobre Canoinhas com os redutários de Bonifácio, vindos do Paciência e os de Aleixo vindo do sul.

O serviço de segurança da praça de guerra se restringia á guarnecer as trincheiras cavadas nas embocaduras das estradas do viliejo. Por fóra da localidade, os sectores eram de dia mal batidos pelas patrulhas, enquanto as fôrças se acotovelavam nos casebres da villa amaldiçoada. Parecerá inacreditavel que um destacamento misto, com tres corpos de infantaria, esquadrão de cavallaria, companhia de engenharia, secção de montanha, companhia de metralhadoras, etc., guarnecendo uma pequena localidade se deixasse tirotear por contingentes de matutos que aproximavam até poucos metros das fortificações! (PEIXOTO, 1920, p. 356)

Encontramos uma referência a esses eventos no livro tomo, dizendo que:

Mais forte era o ataque na olaria do sr. Scholz, onde os jagunços tinham se entrincheirados. Com o dia conheceu o exército a trincheira boa dos inimigos e os canhões entraram em acção. Os fanaticos diviam fugir, mas na fuga,

¹⁰³ PEIXOTO apud QUEIROZ, diz terem sido “dois cadáveres [que] ficaram nas mãos dos jagunços para serem certamente trucidados” (op. cit. 1981, p.207). O corpo do sarg.. Aprigio fora encontrado dias mais tarde “fígado tetricamente em uma estaca, posto de pé, apodrecendo ao sol” (op. cit, 1920, p.370)

subindo o morro além da ponte, entravam no fogo da metralhadora e tinham muitíssimas baixas (op.cit., p. 16)

Imagem 13: Seção da 4ª Companhia de Metralhadoras¹⁰⁴, vendo- se Canoinhas ao fundo



Fonte: CONTESTADO, 1987, p.110.

Até aí, rebeldes chegaram inclusive a ocupar residências 2 km aquém da vila, tal proximidade, aliada com o temor da soldadesca quanto aos ataques, levavam a muitas fugas. Os ataques à vila, mesmo desproporcionais em números e competência bélica, seguiram- se firmes até quase final de dezembro, quando algumas lideranças rebeldes começam a titubear quanto a práxis de suas ações.

Pelos arredores, no raio de alcance dos reconhecimentos das fôrças, tudo era êrmo. As moradas, outr'ora ricas e alegres, se apresentavam sombrias e tristes; a criação estava em abandono; as, aves, os animaes e as vaccas de leite, abeirando- se as vivendas esperavam inutilmente a distribuição das rações. (PEIXOTO, op. cit. p. 419)

Realizam- se ainda algumas incursões rebeldes na região, todas mal sucedidas, sendo registrado mais um ataque na véspera do Natal de 1914. “Na outra manhã, quase todas as casas da rua da Igreja foram queimadas pelo Exército, aparentemente sem motivação, simples barracos não serviriam de trincheiras para os jagunços, pois os tiros as atravessavam”¹⁰⁵.

Com o aproximar- se do fim de 1914, aumentava cada vez mais o poder de influência do Exército na região; “se reanimam as tropas com a chegada do cap. Potyguara”¹⁰⁶ à Canoinhas em 9 de dezembro; a determinação para que se ocupassem estações ao norte de Canoinhas, em

¹⁰⁴ Analisando a fotografia acima apresentada, Rodrigues indica- a como uma foto montada com, com intuito e finalidade definidas, na produção ou fabricação de imagem do exército onde vê- se em primeiro plano duas metralhadoras alemãs; ao centro o oficial com os binóculos e os cavalos treinados para a guerra, agachados junto aos soldados no fundo. (RODRIGUES, 2008a, p. 256)

¹⁰⁵ BADING, 1916, p. 5.

¹⁰⁶ PEIXOTO, 1920, p.382.

Taunay e Lagoa; o início das tratativas de rendição de Tavares e o acirramento das condições de vida nos redutos certamente são alguns fatores que levam a virada do jogo. Os redutários passam de atacantes ao cerco da vila para cerceados. Em 23 de dezembro, ocorre mais um violento ataque à vila.

A fuzilaria foi tremenda, pondo em pânico a diminuta população [...] Rechados, fugiram, deixando algumas armas e munições e também embornais brancos contendo toucinho misturado com farinha de milho ou taboca[...] Os fanáticos tiveram seis mortos saindo gravemente ferido o chefe de bandidos Ignácio de Lima e levemente o conhecido Bonifácio [...] As casas desta vila estão estragadíssimas das balas inimigas (Jornal Folha do Commercio, 7 jan 1915 apud QUEIROZ, 1981, p. 208)

Setembrino lança, de Rio Negro, durante uma inspeção às Colunas Leste e Norte antes de seguir para Papanduva e Iracema, seu segundo apelo para que os rebeldes se dispersem e entreguem- se nas vilas e cidades; dizendo não trazer- lhes morte ou presídio, e agora diferindo do primeiro apelo, também não lhes trazia terras na promessa. (QUEIROZ, op.cit., p. 213).

Afinal, as tropas que tanto haviam permanecido encuraladas em Canoinhas, puderam sair. Planejaram- se então reides em torno da vila para limpar o terreno. Dos mais perigosos e distantes se encarregou o cap. Tertuliano Potyguara, que ficou famoso entre os militares e a população da área pela sua coragem e truculência. (idem, p. 219)

3.3.1- As ações com civis: os vaqueanos

Além das colunas e das ocupações realizadas, Setembrino lança mão, de maneira a decidir a guerra, de civis atuantes paralela e concomitantemente as tropas. Em Canoinhas, por exemplo, o agrimensor Rodolfo Wolff Filho

possuía e cedeu á Columna do Norte, um croqui irregularmente organizado da Comarca de Santa Cruz das Canoinhas e que alguns jovens officiaes ampliaram no correr das operações daquelle sector, vindo o referido trabalho constituir um dos melhores informes para o estudo da região que coube ser percorrida pelas fôrças do commando do coronel Onofre Ribeiro (PEIXOTO, op. cit., p. 46)

Armados e juntamente com as polícias estaduais e o Exército, incontáveis tropas, com os nomes de “piquetes civis” ou também chamados “vaqueanos”, já eram utilizados pelo Exército desde as primeiras expedições no Contestado; pois, como o poder público desconhecia os caminhos, a geografia e a topografia da região, as “tropas eram guiadas por conhecedores das veredas e dos atalhos bons”¹⁰⁷. Compunham- se de grupos de homens armados, com

¹⁰⁷ PEIXOTO, op. cit. p. 44.

estrutura determinada pela sua sagacidade em combate, além de suas relações históricas adquiridas junto do coronelato local. Os comandantes eram homens, médios ou grandes proprietários de terra na região, que intentavam o crescimento de seu patrimônio fundiário, o que significaria além de dinheiro, poder. Na prática, eram mercenários contratados pelo Exército em uma espécie de terceirização dos serviços. Recebiam, quando era o caso, uma diária de 5\$000 através do chefe do bando. Como a distribuição do dinheiro era feita pelos chefes dos piquetes, de maneira até informal, supõem-se que em muitos casos essa verba não era repassada aos combatentes.

Setembrino utiliza-se de vaqueanos logo após sua assunção ao cargo de comandante da 11ª Região Militar, chamado-os de “civis patrióticos”, segue com eles até os “refrescamentos” finais.

Sabe-se contudo, que, no Contestado, muitos foram os grupos de vaqueanos, não se restringindo a um ou outro, e nem a pequenas intrigas e façanhas atribuídas aos mesmos. Cometiam crimes os mais diversos, mas, geralmente com uma certa semelhança de natureza: roubos, incêndios criminosos, saques, espoliações, estupros e mortes compunham o rol de ações delituosas praticadas por esses mercenários (POYER, 2018, p. 179)

Estima-se que talvez mais 1.500 homens tenham participado voluntária ou obrigatoriamente nesse tipo de ação no Contestado. Setembrino confessa reiteradamente ter se utilizado dessa modalidade de combate. “Ao que tudo indica, [Fabrício] Vieira foi o mais poderoso e influente chefe de vaqueanos que prestou serviço ao Exército brasileiro durante o movimento do Contestado”, sendo também um dos mais bem recompensados tanto por seus interesses particulares quanto pecuniariamente, com ônus ao tesouro público. “Sendo apelidado de 59º Batalhão de Caçadores, já que o Exército só contava com 58”, historiadores apontam que “é bem provável que seu Batalhão tenha sido incluído como pertencente ao Exército, uma vez que entre os integrantes encontravam-se dois oficiais militares cedidos pelo próprio comandante-em-chefe”. Os “fabricianos”, como eram conhecidos os homens de Vieira, assim como os diversos outros grupos de civis sob liderança e/ou liderando componentes do Exército nacional e das polícias locais, apropriavam-se de parte do monopólio da violência cedido às forças republicanas, para então, sob a égide do combate aos “fanáticos” e rebeldes, praticarem ações de elevada truculência, não dificilmente visando interesses próprios. Possuindo determinada autonomia em relação ao Exército, além do incremento de poder cedido em uma cumplicidade unificadora e criminosa, baseada na resolução da questão dos inimigos e na reposição da ordem preposta, gozavam os vaqueanos de diversos meios e cenários nos quais aplicariam seus trabalhos (POYER, 2018, p. 186; RODRIGUES, 2008a, p.357).

A descoberta de perfis sociais e as formas como práticas eram gestadas e operadas por homens coligados a esses grupos, assim como as acusações que lhes recaem dão o tom. Poyer propõem em sua tese a resolução de um crime já apontado na obra de Peixoto e, até então, mantido “nas dobras dos manto das coisas inexplicáveis”¹⁰⁸.

Às margens do rio Iguaçu, em fins de novembro de 1914, aproximadamente 30 homens do cel. Fabrício Vieira, na presença do oficial do Exército sarg. Saturnino e utilizando- se da missão de patrulhamento do rio, lhes cedida por Setembrino; prendem 19 homens do lado direito do rio, amarram- nos dois a dois pelo pescoço com uma corda, embarcam- lhes em uma lancha e carregam- lhes 3 km rio abaixo, onde desembarcam todos na margem esquerda em um porto improvisado em meio a mata, próximo a desembocadura de uma sanga, onde antes havia uma lagoa que então encontrava- se já seca e assassinam- os sumariamente por degolamento sob os olhos horrorizados do referido oficial e do piloto da lancha¹⁰⁹.

Os motivos que os levaram à morte seguem como incógnitas, mas há fortes evidências de que foram mortos por portarem bens em espécie, ferramentas, alimentos e animais, e, sobretudo, por terem valores a receber de dívidas contraídas pelos subordinados imediatos do Coronel Fabrício Vieira e que estiveram à frente da chacina- Dente de Ouro, Isaías Daniel e João Ruas (POYER, 2018, p. 230)

Os degoladores deixaram os corpos insepultos, roubaram as vítimas e dirigiram- se para a Barra Feia, atual distrito de Fluviópolis, onde desembarcaram ensanguentados sob as vistas de diversas pessoas. Também intentaram matar posteriormente um dos sobreviventes, além de manterem presos o irmão de um dos assassinados quando este fora reclamar dos fatos às autoridades. O crime chega à imprensa paranaense menos de uma semana após o morticínio. Buscando dar justificativa, os sicários se defendem dizendo que aquele grupo praticava o tráfico e comércio com os rebeldes na região. Um inquérito civil é aberto em 22 de dezembro de 1914 e outro militar posteriormente. Nenhum dos dois fora localizado pela autora, entretanto uma cópia dos autos encontrada nos arquivo do Itamaraty, dando nota do inquérito civil, indica que os peritos encontraram diversos corpos espalhados, alguns ainda com carne nos ossos, juntamente com roupas no local e que enterraram tudo em uma cova ali mesmo. (POYER, op. cit. p.192)

Segundo Poyer e Rodrigues as ações criminosas praticadas pelos piquetes civis sob liderança de indivíduos de índole no mínimo duvidosa, demonstram a fraqueza bélica e moral

¹⁰⁸ PEIXOTO, op. cit, p. 503

¹⁰⁹ Dois fogem, um anteriormente, por seu bom relacionamento com um dos “policiais” e outro jogando- se no rio logo após o início da ação homicida.

do Exército brasileiro à época. Sem os vaqueanos seria improvável a “vitória” do Exército sobre os rebelados, assim como certamente seria muito mais penosa a campanha de Setembrino.

O questionável na colaboração dos vaqueanos não é o fato de serem civis, mas a conhecida má fama que muitos deles gozavam na região. Alguns se aliaram ao exército para resolver querelas ligadas à honra e a vingança, geralmente motivada por crimes cometidos contra parentes ou destruição de propriedade, mas havia também os aventureiros sequiosos da pilhagem e do banditismo, atraídos pelo protetorado do exército. A incorporação a um bando civil acenava, à época, como um bom negócio, além dos butins os bandos civis poderiam se beneficiar dos recursos liberados pelo ministro da Guerra para a grande expedição comandada por Setembrino (RODRIGUES, 2008a, p.319)

A presença dos vaqueanos, nesse caso, atendeu perfeitamente a manutenção e aos interesses da estrutura de poder arranjada na primeira república. Ao organizar grupos violentos de maneira hierárquica, garantia-se o poder do acordo político nacional da república dos coronéis. O coronelismo dispndia o Estado brasileiro para afirmar-se sertões adentro assim como para manter o acordo até as mais altas câmaras estaduais e federais bem como no executivo. Segundo Rodrigues, baseando-se na obra de Monteiro, a presença de diversos pequenos posseiros na região tendeu a diminuir o poder do coronelato local, fazendo-os dispender mais força do que o necessário para afirmarem seus poderes¹¹⁰. Remover posseiros e trabalhadores tidos como indesejados das terras intentadas, muitas vezes deixando os corpos jazarem ao relento, era uma maneira eficaz de aumentar suas propriedades além de reduzir em muito a potencialidade que estes lhes questionassem.

Tais homens sempre desfrutaram da aliança consorciada com o Exército assim como de sua benevolência com relação aos crimes praticados em campo de guerra, tanto sobre civis rebelados, como com civis não rebelados. A licenciosidade que lhes era repassada, permitia até mesmo enaltecimentos. Elogiados e vangloriados por Setembrino, encontramos um exemplo dessa proteção dentro da vila de Canoinhas.

Em 17 de fevereiro de 1915, o governador de Sta. Catarina, cel. Felipe Schmidt, questionava diretamente Setembrino pelas ações e condutas imputadas e praticadas por piquetes comandados por civis em Canoinhas. Levava ao conhecimento do general comandante-em-chefe da intervenção, questionava-o sobre, pedia cúria e cobrava medidas sobre os atos praticados quanto a supostas ações delituosas dentro e nos arredores da vila de Canoinhas. Schmidt dizia estar “contristado” com as notícias, e acusa Pedro Ruivo de praticar “destruição

¹¹⁰ Ibid, p. 321

sistemática de propriedades, arrebanhamento gado e cavalos, assim como depredações e assassinatos indistintivamente contra fanáticos ou não”.

Pedro Leão de Carvalho, vulgo Pedro Ruivo, fora comandante de duas turmas de trabalhadores na construção estrada de ferro próximo a Caçador. Filho de Joaquim Carvalho¹¹¹ e pai de João, era correligionário do cel. Albuquerque; já prestando seus serviços na primeira década do século, atuando politicamente em prol dos interesses da facção de Albuquerque, como por exemplo na eleição para superintendente que dera o posto à maj. Vieira em Canoinhas. Fora um dos presentes no rol de *personae non gratae* entregue a Mattos Costa. Ruivo aparece nas listas de pagamentos do Exército em outubro de 1914; compondo seu próprio grupo e atuando também sob chefia de Manoel Elias de Souza. Era o único de suas fileiras que recebia, sem justificativa documental, uma remuneração superior aos demais, 10\$000, e coordenou grupos que incluíam o agrimensor e chefe político republicano Rodolfo Wolff Filho, Rodolfo Wolff pai, assim como indivíduos que durante os 8 meses de existência da Coluna Norte operaram regularmente, como Arthur Offeling e Nicolau Fernandes. Pedro Ruivo tinha “carta branca” do Exército para atuar na repressão. (DIACON, 1991, p. 107; MACHADO, 2001, p. 432; MACHADO, 2004, apud RODRIGUES, 2008, p. 331)

Imagem 14: Pedro Leão de Carvalho.



Fonte: Arquivo Histórico de Canoinhas.

¹¹¹ Joaquim Carvalho (Juca Ruivo), curandeiro- capelão e tabelião em Curitiba (QUEIROZ, 1981,p.194)

Segundo o governador de Santa Catarina, “há poucos dias, Pedro Ruivo assassinou nove indivíduos eleitores Canoinhas contra os quais não havia menor acusação”¹¹². No mesmo telegrama, Schmidt diz terem chegado à Canoinhas em meados de fevereiro, cavalos ainda arreitados de pessoas que foram assassinadas nas proximidades; também, teria Ruivo assassinado pessoas portadoras de salvo- condutos fornecidos pelo próprio Exército, sobrepondo- se assim a todas as autoridades ali presentes. Ademais, adverte ao general que “Ruivo e Dente de Ouro são indivíduos sem escrúpulos e ciosos de exercer vingança contra a população de toda a região”. Por fim, pede que seja instaurado um inquérito militar para que o Exército não figure como co- partícipe dessas ações.

Setembrino mostra- se quase ofendido pelos apontamentos do governador de Sta. Catarina, saindo em defesa dos vaqueanos, assim como o fizera no caso relacionado à Chacina dos 17 no Iguaçu e outros¹¹³. Em sua resposta à Schmidt, diz que esse estaria sendo induzido por falsas alegações e que, nas tropas sob seu comando, isso não acontecia. A troca de correspondências continuou, mantendo- se acusação e defesa em seus respectivos postos. Ruivo seguiu atuando nas fileiras oficiais. (RODRIGUES, 2008a, p. 353)

Ainda sobre vaqueanos, recaem diversas denúncias similares, como por exemplo, até mesmo uma chacina de 57 crianças¹¹⁴, tal qual diversos justiçamentos à revelia da lei, normalmente pela degola; ademais, suas ações em combates nos redutos, resultaram na desestruturação do movimento, e quando não, na aniquilação completa daqueles rebelados. Esses, foram fundamentais no sucesso da campanha do Exército, principalmente na queda dos últimos redutos em 1915- 1916, assim como na caça aos civis durante a “pacificação”. Vários, anos após os combates, seguiram sendo homenageados, defendidos e/ ou tidos como heróis de guerra.

¹¹² Executam aqui também o pai da menina “raptada” por Venuto Baiano na casa do comissário de polícia quando de sua passagem por Canoinhas em janeiro de 1914.

¹¹³ Como o caso de queixa do governador sobre ações exercidas na coluna do cel Sócrates.

¹¹⁴ POYER, op.cit., p.201.

Imagem 15: Grupo de vaqueanos homenageados anos após os combates.



Fonte: Arquivo Histórico de Canoinhas

4- 1915

Inicia-se 1915 marcando a virada do jogo no tabuleiro da guerra no Contestado. “Este anno novo principia com a continuação da operação contra os jagunços. A villa de Canoinhas está fortificada e bem guardada pela força do Exército Brasileiro”. “Estava firmemente estabelecido o cerco entorno da vasta área dos redutos”, e com o comandante-em-chefe pisando no terreno Contestado e situando seu quartel general às margens do Iguaçu, em Porto União da Vitória, demonstrava-se que agora esta era uma área onde já se encontrava resultados. De relativa segurança para a presença de tal autoridade; logo, desenvolvem-se os planejamentos de ataques mais incisivos sobre os rebeldes assim como a interiorização das ações e do controle do Exército sobre o teatro de operações das forças federais no Contestado. O jornal *Gazeta do Commercio*, registra a presença de Setembrino de Carvalho na vila de Canoinhas já em 2 de janeiro¹¹⁵, entre idas e vindas, aparece em Canoinhas novamente dez dias depois, ficando pousado ali algum tempo, quando então revista as tropas, levando-o a realizar uma grande parada militar em plena Praça Lauro Müller na manhã de 15 de janeiro.

Imagem 16: General Setembrino de Carvalho no acampamento das forças federais em Canoinhas.



Fonte: RODRIGUES, 2008a, p. 241.

É dessa época que podem ser encontrados a maioria dos registros fotográficos na cidade durante a campanha. Como demonstrado por Rodrigues (2008a, p. 248), em tentativa de criar

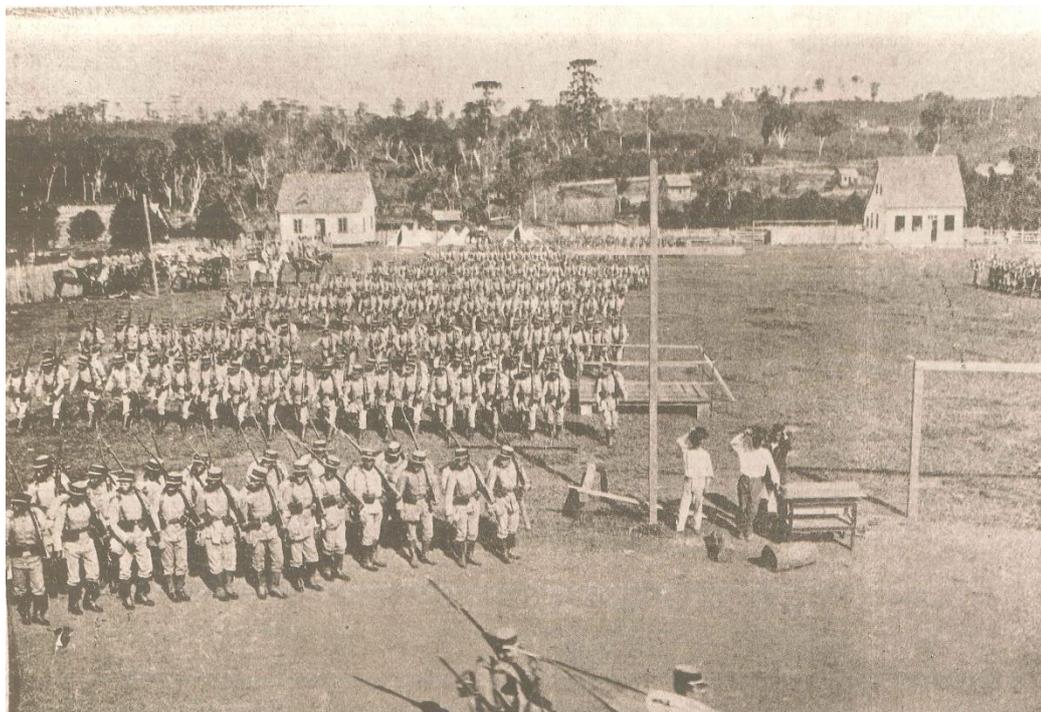
¹¹⁵ *Jornal Gazeta do Commercio*, 2 jan 1915, nº 1, p. 2.

narrativas sobre a atuação, modernização e aperfeiçoamento do exército brasileiro, a fotografia muitas vezes fora utilizada como prova das boas práticas daqueles agentes do Estado. Utilizando-se de um método então já consolidado na mesma instituição, e servindo nesse caso para além de tentar contraprovar as críticas endereçadas ao comandante e ao órgão nas suas práticas e condutas, advindas da imprensa, do parlamento e da opinião pública; colaborar com a construção do discurso de um exército técnico, moderno e forte. De maneira a mostrar hermeticidade e capacidade em sua empreitada, o exército fez registrar a oficialidade, a disciplina, o rigor, a indumentária, o maquinário etc reproduzindo atuações ideais. Como por exemplo em suas ações com os civis que começam a aparecer nas vilas, que são registrados sendo alimentados, assim como com os chefes rebeldes, que são fotografados como que sob as vistas da força pública, buscando em simultaneidade dar a impressão de bons tratamentos destinados a esses tanto como o controle do exército. Registram-se, especialmente na praça Lauro Müller e seus arredores, diversas fotografias que dão esse tom, principalmente envolvendo as lideranças que entregaram-se ali assim como alguns grupos de pessoas que tomaram a mesma medida. Com o aumento do território conquistado pelo exército, atingindo Santa Leocádia e Pinheiros em meados de janeiro, encontramos também registros fotográficos quando da manutenção da linha ferroviária e da recuperação linha telegráfica¹¹⁶. Estes, um pouco menos rebuscados em relação aos da vila. No álbum oficial da campanha do Contestado, do acervo do exército, Rodrigues dá nota de apenas nove fotografias, entre oitenta e sete, que mostram os habitantes do interior¹¹⁷. Assim, podemos pensar que, buscou-se propagandear, induzir na criação da memória imagética, através da tecnologia e da estética, que seria legada a Campanha do Contestado; criando, diversas vezes imagens de teor, forma, plástica e estética de origem e cunho militar em versões idealizadas; reproduzidas na imprensa. (QUEIROZ, 1981, p. 217; LIVRO TOMBO, p.19a; RODRIGUES, 2008a, p. 238)

¹¹⁶ Conforme as fotografias 29 e 30 em anexo.

¹¹⁷ op. cit. p. 249.

Imagem 17: Revista às tropas promovida pelo gal. Setembrino em Canoinhas.



Fonte: CONTESTADO, 1987, p.102.

Imagem 18: Revista às tropas promovida pelo gal. Setembrino, rua Vidal Ramos.



Fonte: Arquivo Histórico de Canoinhas

Imagem 19: Revista às tropas promovida pelo gal. Setembrino em Canoinhas, rua Vidal Ramos



Fonte: Arquivo Histórico de Canoinhas

Imagem 20: Revista às tropas promovida pelo gal. Setembrino em Canoinhas, rua Eugênio de Souza



Fonte: Arquivo Histórico de Canoinhas.

Estima-se que no raio de 1915 mais de 10.000 pessoas só no reduto de Santa Maria¹¹⁸; e, com o aumento das dificuldades no cotidiano dos redutos, como a fome, carestia e doenças, somadas as balas e as baionetas no encalço dos sertanejos, iniciam-se as rendições em todos os postos militares do Contestado. “Conhecendo a força do militar e a valentia dos bravos oficiais”¹¹⁹, em dezembro de 1914 um grupo de pessoas composto de 243 famílias já havia se apresentado às autoridades em Canoinhas¹²⁰, “chegaram esfarrapados e desleixados”¹²¹.

Henrique Wolland, vulgo Alemãozinho, se entrega em Papanduva com duzentos a trezentos homens aos 5 de janeiro; traidor da causa anterior, vai à Canoinhas e leva à oficialidade enorme gama de informações que enfraqueceria as posições das lideranças rebeldes e do próprio movimento. Depõem armas com seus homens também os comerciantes Tobias Lourenço de Souza e Cezário Batista. Dois dias mais tarde, rendem-se em Canoinhas o ex-chefe de polícia, lavrador local Bonifácio José dos Santos e Francisco José Carneiro, vulgo Carneirinho, desfazendo então os redutos de Piedade, na Paciência e a guarda no Palmital. Trazendo 300 homens¹²², “ambos foram pessoalmente interrogados pelo gal. Setembrino de Carvalho e declararam ‘não querer mais lutar com o governo’¹²³. Ao todo, calculou-se que no decorrer do mês, 3.000 ex rebeldes realizaram tal ação, entretanto, para Peixoto, os rebeldes buscaram se desvencilhar de uma “carga de gente inútil, crianças de rostos mumificados, de mulheres famintas e desgrenhadas, de homens inúteis, inválidos e velhos alquebrados, sobraçando inocentes esqueléticos, quase morrendo à míngua e semi- nus”, segundo o mesmo oficial, raros homens fortes chegaram as vilas, e os que o fizeram vieram desarmados. Por vários desses insurretos, ou supostos insurretos, com as apresentações ampliou-se o discurso de vitimização desses subjugados; no intento de escaparem de perseguições, “como diziam, a maioria foi obrigada a juntar-se com os jagunços. O porque fora feita a revolta, nenhum deles sabia precisamente explicar”, “tinham sido levados a força”¹²⁴. Provavelmente nas rendições do dia 8 de janeiro, das pessoas que compunham o reduto de Antônio Tavares, se entregaram

¹¹⁸ “João Paes de Faria (João Ventura) afirma que ajudou a contar a população de Santa Maria quando morou no reduto (precisava deste levantamento para distribuir alimentos e munição e que, só entre homens adultos “para a briga”, havia mais de 10 mil; se fossem contadas as mulheres e crianças, certamente teriam sido constatados 30 mil habitantes. só de casas, o capitão Potyguara afirma ter queimado mais de 5.000 em seu raid (MACHADO,2004, p.306; idem, p. 330)

¹¹⁹ LIVRO TOMBO, p. 19a

¹²⁰ PEIXOTO, 1916, p.476

¹²¹ BADING, 1920, p. 6

¹²² Jornal Gazeta do Commercio, 6-1-1915, n2, p.1

¹²³ Jornal Folha do Commercio, 21 jan 1915 apud QUEIROZ, 1981, p. 218.

¹²⁴ É vastamente historiografado o fato de que realmente confundiam-se com grande facilidade rebeldes de fiéis, civis ou qualquer outra categoria social que se possa ter havido naquela sociedade e naquele contexto; as condições que arrebanhavam pessoas e garantiam a manutenção da população redutária era das mais diversas, passando-se desde a fé, identificação, violência, coletividade, manutenção de si e outrem etc.

ao comando Leste e foram apresentadas ao comando da Coluna Norte, em Canoinhas; compilam- se pelo menos 275 homens, 175 mulheres e 638 crianças. Os flagelados só aumentavam, “presenciava- se diariamente a entrada de grupos que vinham entregar- se” (PEIXOTO, 1916., p. 470 apud QUEIROZ, op.cit., p. 218; PEIXOTO, 1920, p. 91; BADING, 1916, p. 5; RODRIGUES, 2008a, p. 343; CARVALHO, 19150, p. 154)

Imagem 21: Rendição de Henrique Wolland e Carneirinho, na Praça Lauro Müller, Canoinhas.



Fonte: CONTESTADO, 1987, p.124.

Imagem 22: A chegada de Bonifácio José dos Santos em sua rendição na Praça Lauro Müller, Canoinhas



Fonte: CONTESTADO, 1987, p. 121.

Imagem 23: Bonifácio José dos Santos parlamentando com o tenente Castelo Branco. Praça Lauro Müller, Canoinhas.



Fonte: CONTESTADO, 1987, p. 123.

Setembrino fez dar um passaporte a diversos rebeldes rendidos; um cartão de identificação pessoal, retirado juntamente com as autoridades policiais nas vilas, que permitia o “livre” trânsito na zona de atuação das tropas. Segundo Rodrigues (2008a, p. 58), esse documento era gerado a partir da verificação em interrogatório sobre as possíveis relações com os rebeldes, sob as vistas e o reconhecimento dos vaqueanos. Em tese, essa documentação garantiria aos transeuntes garantias de acesso aos redutos, vilas e localidades, rebeldes ou não; podendo então as pessoas e famílias buscarem sua subsistência como melhor lhes conviesse e fosse possível, assim como cooptar aqueles que ainda encontravam-se em condição de redutários para que abandonassem o movimento. Tais intentos nem sempre garantiram a salvaguarda das pessoas, pois, em diversos casos, como por exemplo no representado no telegrama de Felipe Schmidt questionando as ações dos bandoleiros de Pedro Ruivo sobre os 9 eleitores, assim como em outras saídas de tropas para o interior, em seus encontros com portadores dos passaportes que retornaram aos redutos, não lhes foram poupadas as carótidas.

Nas guardas e acampamentos dos fanáticos na Serra dos Pinheiros foram encontrados indivíduos, que se tinha apresentados e do chefe da polícia recebidos o seu Passa Porto. Este facto era fatal para muitos caboclos envolvidos nesta revolta (LIVRO TOMBO, p. 20a)

Nessa situação, Bonifácio dos Santos, conhecendo o perigo em que se achava fogue, no que é repetido por Wolland.

As rendições massificam-se no decorrer de 1915, e junto com as pessoas “que se apresentaram nesta villa, chegou também a terrível doença, o typho”. “Quase todas as crianças estavam doentes, sofriam de uma espécie de febre. Muitas pessoas morreram disso durante a sua estadia na vila”¹²⁵. Nestes dias miseráveis, Kamps narra ter se cansado em procurar e visitar os doentes e em dar sepultura aos mortos, “pois a pobreza da pobre gente era tão enorme, que muitos tem morrido de fome”. As tropas tampouco foram poupadas das condições de insalubridade encontradas na guerra. Em março de 1915, denunciava Peixoto, que o rigor do inverno daquelas altitudes associado a umidade, as intempéries e ao frio das madrugadas, quando o termômetro baixava a zero grau centígrado; assim como o despreparo das tropas, sem agasalhos, com rotos capotes, descalços e “sobretudo a imensidade de animais mortos pelos arredores, putrefazendo-se pelos raros veios de água potável” ameaçá-los-iam de epidemias. “O typho, o paludismo¹²⁶, a desinteria e a pneumonia projectavam fazer mais baixas que os combates”. Se assim o fosse, e dependessem das ajudas das bênçãos divinas para se curarem,

¹²⁵ BADING, op.cit., p.6

¹²⁶ Malária

estariam os soldados doentes em maus lençóis, “pois o médico Joaquim Rebello Pinto, na sua antipatia com a religião, sabia impedir o pároco de adentrar o hospital militar”. O mesmo médico¹²⁷, em meados de dezembro de 1914, temendo que uma epidemia que molestava o aparelho gastrointestinal, que já se alarmava nos redutos, impõem várias regras de higiene as tropas, e a todos que ali assentavam. Ciente da presença de diversos grupos rebeldes em suposto estado de alarme epidemiológico rio Canoinhas acima, “onde se sabe, tem havido grande número de mortos”; da condição úmida do terreno, com a presença de lagoas e águas estagnadas; tal qual a pouco presente [e no segundo semestre de 14 provavelmente inexistente] higiene na vila e seus arredores, acusa que os despejos de fezes sobre o solo infiltravam contaminações nos poços e no lençol freático, e poderiam representar riscos à tropa. Rebello indica na ordem do dia nº 64, de 20 de dezembro que a soldadesca se servisse apenas de água fervida, fosse para beber ou para lavar roupas, descartando- se completamente a água do rio. Os alimentos deveriam ser bem cozidos; estava vedada a pesca no rio Canoinhas; os banhos nos rios só poderiam se realizar até às 9:00. Deviam ser esgotadas todas as lagoas e poços com águas paradas; assim como construir- se- iam privadas e obrigadas seriam as praças a utilizá-las, tendo o cuidado diário de cobri- las com cal ou desinfetantes. O abate de animais para consumo se daria sob fiscalização e deveriam as rezes estar em boas condições fitosanitárias; intestinos e sangue dos animais deveriam ser enterrados; da mesma maneira que excluía- se o descarte de sobras de alimentos e águas de lavagem na superfície do solo. Em 23 de abril, próximo ao findar da campanha de Setembrino no Contestado, o médico militar Joaquim Pinto Rebello publica relatório dando nota das ocorrências baixadas à enfermaria na Coluna Norte entre 16 de outubro de 1914 e 22 de abril do ano seguinte; sendo 338 doentes, dos quais 176 tiveram alta médica, 112 acabaram seguindo para o hospital de Rio Negro e 26, provavelmente em estado mais grave, para Curitiba; Houve 4 mortes na enfermaria e ainda constavam 20 em tratamento. No período, foram servidas 2.285 refeições. (LIVRO TOMBO, p. 20a; PEIXOTO, op.cit. p. 634; RODRIGUES, 2008b, p. 14)

Kamps retorna à Canoinhas em 19 de janeiro de 1915, a pedido de Setembrino, para que o religioso rezasse a missa no dia de S. Sebastião, padroeiro da causa rebelde, em 20 do mês corrente. Menandro celebra uma missa campal, no mesmo lugar em que Frei Rogério a havia feito, “onde agora está levantada uma cruz” entre a face leste e o centro da Praça Lauro Müller; cerimônia na qual, segundo o frei, muitos militares e civis participaram, sendo poucos os “jagunços apresentados” que ali estiveram. Nela, o frei prega sobre “o exemplo de S. Sebastião,

¹²⁷ Há uma discrepância na ordem dos nomes grafados nas fontes, segundo RODRIGUES, 2008, p. 14 o médico chama- se Joaquim Pinto Rebello, enquanto o Livro Tombo refere- se ao médico Rebello Pinto.

que mesmo sendo guerreiro, soube a hora de baixar a sua espada e aceitar- lhe o sôfrego destino da verdade cristã”¹²⁸. No mesmo dia da chegada de Kamps, assume a Comarca de Canoinhas o juiz Antônio Selistre de Campos, que permanece na função até novembro de 1916¹²⁹; dez dias após, o 3º promotor público de Canoinhas, Mario Teixeira Carrilho substitui Augusto Lustosa Ferreira de Freitas¹³⁰. Ao fim do mês, Kamps diz que as missas já não comportavam tanta gente na matriz. (LIVRO TOMBO, p20)

Cinicamente, no dia seguinte a missa em louvor a S. Sebastião, Setembrino lança ordem de ataque aos redutos. “Assim, até o final de janeiro acabava o prazo concedido aos jagunços, daí adiante começavam de novo as operações militares”¹³¹. A primeira ação nesse sentido, fora a razia do Timbozinho. No dia 26 de janeiro, há a distribuição das movimentações na ordem do dia que organizava os ataques aos inimigos; segundo o artigo primeiro, nos redutos de Timbozinho, Santa Maria, Rio d’Areia e Tamanduá. O comandante Onofre com a maior parte de sua força, dividiu seu contingente em dois grandes grupos, e seguiu para a Serra dos Vieiras, Timbó e Timbozinho; sendo apoiado por grupos da coluna leste que atravessaram o Canoinhas em Colônia Vieira. Pela linha férrea, até Poço Preto partiu de Canoinhas no dia 27 o segundo agrupamento, Potyguara e 200 soldados seguiram acompanhados de 50 vaqueanos, dividiram-se, e uma coluna seguiu pela costa do Paciência e Reichardt sentido Pinheiros, enquanto outra vai por Vila Nova do Timbó. Um dos destacamentos levava o 12º batalhão de infantaria, a 4ª companhia de metralhadoras (exceto uma secção), o esquadrão de cavalaria (exceto um pelotão) e um bando civil de infantaria. 16º de infantaria ficou responsável pelo patrulhamento da vila até o regresso do segundo destacamento; que o serviço de saúde da Vila de Canoinhas ficou a cargo do capitão médico chefe da ambulância ; e que a companhia de engenharia guarneceu a Estação de Canoinhas . (PEIXOTO, op.cit., p. 529)

Pelo mesmo autor, sabe-se que ao norte os rebeldes haviam cedido enormemente após as rendições dos seus principais chefes. As arrojadas marchas “vinham dando resultados excelentes!”. Tendo a frente o merecedor de muitos elogios por parte de Peixoto: Potyguara. “Elle não poupava o adversario. Poucos prisioneiros eram feitos por seu destacamento; elle havia regressado do Timbósinho depois de destruir todos os elementos que pela zona percorrida pudessem vir favorecer aos recalcitrantes”. Bastante acompanhado de Ruivo e seus pares, Potyguara talvez se sentisse bem acompanhado. (ibid, p.556)

¹²⁸ Sebastião de Narbona, no século III d. C. fora duas vezes torturado e assassinado de maneira requintada pelas guardas do imperador que ele protegia. Fonte: <http://www.cnbb.org.br/sao-sebastiao/> . Acesso em: 10 out 2019

¹²⁹ Jornal gazeta do Commercio, 21 jan 1917, nº 49, p. 2

¹³⁰ Permanece no cargo até setembro (TOKARSKI, s.d., p. 38)

¹³¹ BADING, 1916 p.6

As tropas identificam, isolam e cercam Santa Maria, reduto que agora praticamente passara a ser o epicentro do movimento, em 30 de janeiro; assim como desmantelam e incendiam diversos outros redutos no circuito, como o de Thomazinho, Marcello e Josephino, e Pinheiros¹³². No caminho deixam um largo rastro de mortes e destruição: “Todas as pessoas que daquele dia foram ainda encontradas alem do rio Paciência, foram degoladas e mesmo dos que já estavam garantidos aqui em redor da villa, perderam a da mesma forma a sua vida. Os cadáveres destes desgrassados ficaram nos nossos mattos, sem receber sepultura” (LIVRO TOMBO, p. 20a). Durante o trajeto, Potyguara diz ter encontrado “casas ou ranchos que íamos logo incendiando”. No percurso de aproximadamente 114 km entre Santa Maria e Canoinhas, o bando composto por Pedro Ruivo, seu filho e outros, chacinam em 27 de janeiro os 9 eleitores que o governador de Sta. Catarina reclamou ao general; sendo eles Carneirinho, Tobias Lourenço de Souza, Cezário Batista, Alvim e pelo menos outros cinco homens desse grupo¹³³.

Os mesmos homicidas, em processo civil aberto para apurar suas ações durante os combates no município de Canoinhas, são acusados de assassinatos de diversos indivíduos que não eram “fanáticos”, de roubarem centenas de cabeça de gado, cavalos e mulas, incêndios de casas e estupros. Major Vieira, em depoimento durante o processo, diz ele mesmo ter visto Ruivo “passando diversas vezes defronte a sua casa conduzindo tropas; que ele se recusava a entregar os animais mesmo quando eram reconhecidos pelas marcas, e que os levava para o Paraná”. No mesmo processo, duas irmãs, viúvas, de 15 e 19 anos narram que

Os dois casais estavam morando juntos no Vale do Timbozinho, em terras de sua posse, e dedicavam-se a fazer erva. Um domingo, de madrugada, despertaram com fortes pancadas nas portas e janelas. A casa fora cercada por homens armados. Pedro Ruivo deu ordem para que saíssem, caso contrário tocaria fogo com todas as pessoas dentro. Os moradores abriram a porta. Os dois homens foram amarrados, cada qual levado para o seu quarto e, junto à cama, cada um teve de assistir à cena de sua mulher ser violentada. Depois disso, ambos foram fuzilados. (QUEIROZ, 1981, p. 220)

Setembrino faz vistas grossas e prossegue sua missão “civilizatória”. Agora, cercados e atacados; impedidos de ter acesso a meios básicos de sobrevivência como o sal, alimentos, terra e moradia; veio a total miséria; “a fome passa a rondar os redutos”. Aqueles muito “afortunados” que conseguiram manter a sua própria vida e talvez a de alguns próximos; tentam rumar para as vilas na esperança de sobreviver. Se permanecessem nos redutos, poderiam ser extintos pela fome, doenças, tensões internas ou sob a espada do exército; fazendo o caminho, esquivavam-se dos piquetes de ruivistas e fabricianos, sabendo pois, que se encontrassem esses,

¹³² Abatido dia 4 de fevereiro, no reduto de Pinheiros foram registrados 164 mortos civis e 3 mortes de atacantes.

¹³³ Jornal Gazeta do Commercio, 27 mar 1915, nº 25, p. 1.

certamente “massacrado sem piedade”¹³⁴. Muito pouco lhes poderia haver de chances de seguirem suas vidas. (LIVRO TOMBO, p.20; BADING, op.cit, p. 6; CARVALHO, op. cit, p.156; QUEIROZ, op.cit., pp. 219-222; MACHADO, 2004, p.260)

Como demonstrado por Rodrigues, em meados de fevereiro, publica-se no campo de batalha um telegrama de Setembrino ao comandante da Coluna Norte Ten. Cel. Onofre, indicando que

como tivessem sido encontrados nos redutos de armas na mão os indivíduos que se haviam apresentado aos comandantes de forças declarando [que] depunham as armas e sendo isso uma requintada traição, resolvi recomendar-vos que, feitas as necessárias, digo, rigorosas averiguações, sejam tais traidores passados pelas armas. (SETEMBRINO, 1916 In: RODRIGUES, 2008a, p.368)

Como bem ressalta o mesmo autor, a ordem não foi sequer repassada em caráter sigiloso, mas sim publicada na ordem do dia nº 42 para que fosse tomado conhecimento por todos da tropa. A determinação extendia-se também para todos aqueles que tivessem atirado contra as forças repressoras. Simultaneamente, Setembrino negava com veemência as críticas que eram dirigidas a operação de guerra contra os caboclos no Contestado, dizendo que buscavam “marear a ação do Exército e sobretudo deprimir o comandante”, antes de chamá-las de fantasia. Diz também que as milhares de famílias que “vieram abrigar-se sob a bandeira da paz”, fugiam daqueles que o gal. chama de reais criminosos, e que os acolhimentos, além de “benévolos”, foram “carinhosamente prodigializados” (RODRIGUES, 2008a, p. 368; CARVALHO, op.cit., pp. 152- 166)

Os homens, mulheres e crianças que sobreviviam ao tifo, cólera desintérica, frio, fome, a violência nos redutos e do extermínio levado a cabo de clavinas Mauser da república brasileira manejadas pelas forças legais, não galgavam o mais digno destino ao atingir as vilas. Com casario e condições insuficientes para abrigar tamanha quantidade de prisioneiros fiéis de S. Sebastião e S. João Maria, não se havia condições de manutenção desses grupos em vilas como por exemplo Canoinhas. É registrado um traslado forçoso de rebeldes rendidos, em vagões de trem de transporte para animais, levando-os de Canoinhas para o Paraná para serem assentados e trabalharem em fazendas naquele estado, o mesmo ocorreu para o litoral de Santa Catarina. (QUEIROZ, op.cit., p. 243)

Nas vilas, ao mesmo tempo próximos e distantes das ações e decisões da alta oficialidade, as peças do jogo bélico seguiam movimentando-se. Encontramos em março de

¹³⁴ MACHADO, 2001, p. 333

1915 uma expansão das trincheiras a sudoeste, avançando as tais em aproximadamente 50 metros. O aumento no número de trincheiras, principalmente no setor norte, próximo ao arroio Monjolo também é visível, passando a figurar agora ao menos 20 trincheiras em redor da cidade¹³⁵. Contudo, com o afastamento do campo de batalha, mesmo que Canoinhas continuasse entrincheirada, parece haver um relaxamento daqueles que ali zelavam.

Entre janeiro e março de 1915, Rodrigues encontra pelo menos 3 casos de desalinhos ocorridos em Canoinhas. Além de comerciantes deslocando-se de longe para vender bebidas às praças; também identifica-se o trânsito indevido de praças fora das trincheiras e dos acampamentos, em bandos, para comprar bebidas alcoólicas nas vendas. Não apenas para ingerir ou adquirir agentes inebriantes, partes militares envolveram-se em confusões. Embriagados ou não, soldados promoviam saques a casas comerciais, assim como desacatavam mulheres e famílias que não aceitavam se submeter aos seus “vis convites”. Com as meretrizes, existem ao menos dois casos terminados em embaraço e punições. Em janeiro, o sarg. Antonio Ostiniano da Silva e o cabo-de-metralhadoras Napoleão Maciel elevam os ânimos dentro do quartel de Canoinhas; o centro da discussão era uma mulher tida como meretriz. O sargento bate no rosto do inferior e eleva o nível da briga; fazendo-a chegar ao comandante do quartel que pune o cabo com 25 dias de prisão e o sargento com 30, rebaixando-lhe de posto por 60 dias¹³⁶. No segundo caso, os anspeçadas Allan Pereira da Silva e João Baptista de Moura foram mais arrojados em suas atitudes. As praças abandonaram os postos que ocupavam, buscaram mulheres e levaram-nas ao acampamento militar utilizando os cavalos do próprio exército para propiciar a visita. As punições foram de rebaixamento de posto e 15 dias de prisão¹³⁷. Onofre seguia proibindo, os homens seguiam agindo. Mesmo com o quadro conturbado imposto à vila, o soldado Demétrio Antônio de Deus é preso acusado de estuprar uma menina de 11 anos, julgado, é inocentado em 16 de julho de 1916¹³⁸.

Em março de 1915, com uma remodelação do exército, modifica-se o conjunto de tropas em ação no Contestado, passando-se a chamar de Divisão Provisória, da qual Peixoto nos dá a informação de operavam na região do Contestado diversos batalhões de infantaria,

¹³⁵ Agora sim, atingindo efetivamente a atual rua sen. Felipe Schmidt, citada por Aloysio, conforme o croqui produzido pela Coluna Norte. Imagem 32 em anexo.

¹³⁶ Para que se estabeleça um paralelo que dê dimensão sobre o tamanho dos abusos possíveis a que eram submetidos a população, vale registrar um caso de estupro ocorrido em outubro, na cidade vizinha de, em Porto União da Vitória “Aproveitando-se da ausência dos homens na vila, os soldados João Ferreira de Oliveira e Roque José Soares invadiram durante a madrugada uma casa em que viviam três mulheres. Elas foram arrastadas e espancadas, sendo que o primeiro soldado não conseguiu saciar seus desejos devido a luta de uma das mulheres. Roque Soares, após ameaçar a outra mulher que tinha no colo um bebê conseguiu o que buscava. Os dois foram punidos com 15 de prisão.” (RODRIGUES, 2008b, p. 25)

¹³⁷ RODRIGUES, 2008 p. 379; idem, 2008b, pp. 22-25

¹³⁸ TOKARSKI, s.d., p. 266

com os quais operavam seções anexas; baterias de obuzes e seções de montanha e metralhadoras; cavalaria; estafetas; pelotões ferroviários improvisados para o abastecimento e engenharia; além de que Ruivo e tantos outros bandos de civis armados seguiam agindo junto das forças legais. Somavam, segundo o autor, 7.500 combatentes. Ademais, ao menos um batalhão de infantaria é incorporado as forças da Coluna Norte em Canoinhas.

Em simultaneidade, Potyguara sai de Canoinhas, ladeado por Pedro Ruivo¹³⁹ comandando agentes civis da repressão, às 4:30 de 27 de março para atacar o maior núcleo de resistência rebelde do Movimento Sertanejo do Contestado; para tal, levam consigo centenas de homens do exército¹⁴⁰ e dezenas civis. Tropas das colunas sul e norte visavam Santa Maria, que foi cercada e bombardeada incessante e sistematicamente durante dias e noites seguidos, no intento de fazer fraquejar os sertanejos. Sem efeito. No caminho, além de fazer famílias prisioneiras, ademais do “trabalho”¹⁴¹ de incendiar milhares de casas; foram diversos os fuzilamentos, tal como o do lavrador e pai de família Antônio de Quadros, de 55 anos, pai da menina que Venuto Baiano resgatara em janeiro de 1914 na casa do subdelegado de polícia de Canoinhas, executado em Pinheiros no dia 12 de maio, e da supracitada chacina de Carneirinho. Nessa marcha, são registrados novamente tantos atos delituosos, pelo próprio Potyguara e seus comandados, que, como dito por Queiroz¹⁴²: “a matança havia se tornado rotina”.

Potyguara, tendo levado 10 dias para chegar ao destino, devido a resistência dos caboclos, retorna à cidade três dias após atuar decisivamente nos assaltos, deixando toda a vizinhança de Santa Maria pestilenta, pela enorme quantidade de cadáveres de homens e animais largados insepultos. Enquanto isso, deixou guardando a vila de Canoinhas componentes dos 16º e do 56º batalhões, sendo que o 12º ficou guarnecendo a incinerada Vila Nova do Timbó. O capitão Potyguara, que durante os combates escondera sua graduação, por medo de ser visado pelos rebeldes, haja vista que os oficiais eram os alvos prediletos; e os comandantes civis “que muito auxiliaram nos feitos”¹⁴³, foram recebidos na vila de Canoinhas com grande festividade pelas autoridades em 8 de abril de 1915 (PEIXOTO, op.cit., p. 543, 635; CARVALHO, op.cit., p.162). No jornal Gazeta do Commercio, encontramos no nº 31¹⁴⁴ do mesmo mês o primeiro registro de aparição de major Vieira em Canoinhas após sua retirada

¹³⁹ Soma-se ao grupo Nicolau Fernandes, Salvador Pinheiro e Leocádio Pacheco.

¹⁴⁰ PEIXOTO, 1920, p. 543 indica ser de 200 apenas o número de soldados do 56º BC.

¹⁴¹ Termo utilizado por Potyguara.

¹⁴² 1981, p. 227.

¹⁴³ Como dito pelo comandante cel. Onofre em seu relatório enviado a Setembrino. (PEIXOTO, op. cit. p. 546)

¹⁴⁴ 21 mar 1915, nº 31, p. 2.

em julho de 1914. Pouco tempo antes, Vieira encontrava-se corriqueiramente em trânsito entre Joinville e Florianópolis.

Inicia-se aí o fechamento da campanha intervencionista setembrina. Em 6 de abril de 1915, Setembrino recomenda ao governador de Santa Catarina Felipe Schmidt que policie a região para evitar futuros levantes. Em 23 desmobiliza-se a Divisão Provisória e, a partir de 12 de maio, altera-se o caráter da presença militar na região iniciando-se então a ocupação sob o comando do cel. Antônio Sebastião Basílio Pyhrro. Dias após, o Ministro da Guerra José Caetano de Faria telegrafa parabenizando Setembrino. Ocorre então o que Bading acusou ser “uma grande falha tática, dando a revolta como combatida, deixando para os órgãos policiais de Santa Catarina e Paraná o trabalho de pôr as coisas em ordem”, o “comando supremo” esvai as tropas, permanecendo apenas as que antes aquartelavam no Paraná. Restam à Santa Cruz de Canoinhas agora, segundo Setembrino, o 4º regimento de Infantaria, mantendo o 12º batalhão em Poço Preto e um destacamento em Colônia Vieira; duas seções de metralhadoras, dois pelotões ferroviários e um hospital de campanha. Bading diz terem ficado ocupando a vila “um batalhão de infantaria, com uma seção de metralhadoras e alguns soldados do batalhão de treinamento”. Mais ou menos 400 praças, segundo Kamps. (BADING, op.cit., p. 6; CARVALHO, op.cit, p. 165; PEIXOTO, op.cit., p. 759)

Começa a caça. Uma das fases mais vorazes de perseguição aos caboclos do Contestado, atinge novos e extraordinários picos de violência quando são repassadas às milícias estaduais as responsabilidades sobre os “refrescamentos” da “pacificação”. Aqueles que, coabitando ou coadunando com as forças repressivas, sufocaram as vozes acuadas de maneira impiedosa. “Persegui-los, seria então um serviço peculiar aos interessados: aos coronéis que não queriam perder a hegemonia eleitoral em seus municípios ...”¹⁴⁵

4.1- O açougue, os refrescamentos

Em maio de 1915, o jornal florianopolitano O Estado noticiava que: diariamente, da cadeia de Canoinhas, eram retirados grupos de pessoas que haviam se apresentado voluntariamente às tropas; passados às mãos de Pedro Ruivo, que os guiava para os arredores da vila, donde não voltavam. Ruivo degolava-os logo nas primeiras curvas do caminho. “Os cadáveres ficavam insepultos. Os porcos e corvos tinham fome” (QUEIROZ, op.cit., p. 218). Em 15 de junho o mesmo periódico diz ter sido o primeiro a ter denunciado as atitudes do “celerado elevado a herói”, ressaltando que o acusado não negava as acusações como ainda

¹⁴⁵ PEIXOTO, op.cit., p.760.

dizia ter cumprido ordens¹⁴⁶. Em março, a Gazeta do Commercio, de Joinville, denunciara saques, incêndios à propriedades e trucidações sumárias de pelo menos 35 sertanejos que haviam se apresentado ao ten. Castello Branco em Canoinhas pelo mesmo indivíduo.¹⁴⁷ Em agosto, Joaquim José dos Santos publica artigo n' O Estado sob o título “Sahe! Cão!” onde achincalha Ruivo e seus comparças. Diz o autor da nota publicada na seção livre do jornal, que Ruivo mentia quando dizia ter lutado contra os rebeldes, pois

Tendo o rótulo de comandante de um piquete, esse miserável, nas horas de combate fugia para o lugar do comboio, e só aparecia quando o inimigo em fuga deixava algum cadáver que era preciso despojar das roupas que vestia ou de algum valor que trazia.

Este celerado só matou caboclos pacíficos, que desprevenidamente estavam em suas casas, e isso para rapinar os haveres.

Bastava possuir um animalzinho para ser vítima das garras do bandido.¹⁴⁸

Acrescenta Joaquim, que Ruivo trucidou caboclos que se tinham apresentado em estado de inófia, confiando nas garantias oferecidas. As ações de Ruivo teriam deixado muitas viúvas e órfãos miseráveis, enquanto o antigo chefe de piquete nadava em opulência. Os crimes teriam causado asco à comunidade canoinhense, obrigando Ruivo a refugiar-se na Lapa¹⁴⁹, onde continuou a andar em carro de luxo e “vomitar as podridões da sua alma [...] contra pessoas das quais nem podia lambar as botas”. Santos, induzindo que Ruivo achava ser tão fácil acusar as autoridades em artigo publicado em Curitiba¹⁵⁰, quanto “cortar orelhas de cadáveres de mulheres para arrancar-lhes brincos ou decepar dedos de caboclos para rapinar anéis”, demonstra forte indignação. Joga sobre Ruivo a responsabilidade da fome e da pobreza, que muitos agora passavam sertão adentro, nas costas de seu acusado. Segundo o mesmo autor, Ruivo intentara um assalto ao trem pagador dos escritórios da companhia da Estrada de Ferro SP-RS quando ainda morava em Curitiba, e só desistiu porque a companhia havia tomado providências de criar uma guarda. Arremata dizendo ter usado de linguagem delicada e que espera a hora correta para especificar os supostos crimes endereçados à conta de Pedro Ruivo¹⁵¹. Também protestam contra as alegações de Ruivo, o jornal O Imparcial, em sua segunda edição.

¹⁴⁶ Jornal O Estado, 15 jun 1915, n° 28, p. 1

¹⁴⁷ Jornal Gazeta do Commercio, 27 mar 1915, n° 25

¹⁴⁸ Jornal O Estado, 7 set. 1915, p. 2.

¹⁴⁹ Em novembro de 1915, Ruivo já encontrava-se em Curitiba, vindo de Rio Negro, como registrado pelo jornal Diário da Tarde, 9 nov. 1915, n° 5.244.

¹⁵⁰ Encontramos outro artigo publicado por Pedro Leão de Carvalho no jornal Commercio do Paraná, em 28 de set. de 1915, rebatido pelo jornal O Imparcial em 8 nov. 1915, onde diz o periódico catarinense que Ruivo atacara Hortêncio Baptista dos Santos,

¹⁵¹ Na coluna, Santos chama Ruivo de: ladravaz; fugitivo; petulante; podre; leproso; bajulador; sujo; bandido; imundo; mentiroso; cão; miserável; fujão; oportunista; saqueador; celerado; ladrão; assassino; covarde; frio; inconsciente moral; latrocida etc.

Imagem 24: O Edifício Stoerbel, construído a partir de 1905 e que servia de quartel da força pública e cadeia. Fotografia de 1914.



Fonte: Acervo pessoal

O contingente de força pública estadual chega à Canoinhas em fins de maio e são enviadas praças até a ponte do rio Paciência para guarnecer a passagem e proteger aqueles que para ali voltavam. Segundo Bading, “a população das terras entre a vila e Paciência voltaram às suas propriedades, reconstruindo o que fora destruído”. Em estimativa de Kamps, fora 50 o número de policiais estaduais enviados para ajudar na composição de tropas que agora combatiam os caboclos acudados nos vales dos rios Timbó, Tamanduá, Timbozinho, Caçador e Perdizes, estes tiveram de aguardar a formação de piquetes civis e o envio de armas solicitadas pelo Estado à União, para iniciarem as atuações mais distantes da vila, fato que consolidou-se a partir de setembro quando chegam as clavinas e tais grupos podem finalmente “acabar com os jagunços”. O destacamento policial ali presente, mesmo que fosse regular, não era suficiente, dizia o juiz da Comarca ao jornal O Estado¹⁵². Após algumas semanas de relativa tranquilidade, até mesmo com o retorno pleno da atividade judiciária em 15 de julho, Canoinhas viu-se em situação de cerco mais uma vez no dia 23 de julho, quando então o exército, a polícia de Santa Catarina e civis guarneceram a vila, levando os rebeldes a desistir do ataque 2 km da vila.

¹⁵² Jornal Gazeta do Commercio, 29 mai 1915, nº 41, p. 1.

A partir de meados de 1915, agentes do Estado comandados pelo major Hélio Fernandes, atuavam em parceria com aproximadamente 1.000 civis armados sob a chefia de Lau Fernandes. O capitão do Regimento de Segurança do Estado de Santa Catarina, Euclides de Castro estaciona em Canoinhas nessa época para colaborar com a supressão e assumir alguns combates. Estes circundariam pelo norte os vales dos já referidos rios, quando continuamente acessariam- los no intento de aniquilar e dispersar os sertanejos. Acuados, presos entre um movimento de pinça, no qual eram atacados ao sul pelos mandos do capitão Vieira da Rosa e ao norte pelos comandados de major Hélio e Lau, não lhes restou nada além do desespero, terror, pânico, fuga, fome e morte. A lamúria não lhes era um direito¹⁵³.

Simultaneamente com a guinada de Euclides de Castro ao comando da polícia estadual, em substituição ao ten. José Joaquim em novembro de 1915; as apresentações intensificaram-se. Todos os dias havia novas rendições, “e pelos arredores da vila incendiada havia ossadas de vítimas de crimes ignóbeis, cujos cadáveres ficaram insepultos”¹⁵⁴. Com isso, a situação torna-se mais complicada e, entre 9 e 22 de dezembro, desloca- se à Canoinhas para colaborar com a administração da paróquia o padre Silvestre Dusterhaus O.F.M., com o qual, finalmente, Kamps consegue visitar as capelas da costa do Paciência, denotando o retorno da ordem aquela região.

O semanário editado pela sociedade Vieira & Bading, intitulado O Imparcial, dava em forma impressa a versão das personagens institucionalizadas a partir de 1º de novembro de 1915. Substituindo o extinto O Leme, possuía redatores diversos. Em seu primeiro número, abre elogios à atuação do maj. Hélio Fernandes; com grande saudosismo, dizem que durante sua longa estadia na cidade, o major conseguiu conquistar imensa consideração e estima de seus habitantes. Fernandes afastara- se por motivo de saúde, quando então foi substituído no comando do 11º batalhão, antes mesmo de novembro, pelo capitão Regaciano, que segundo os mesmos interlocutores também apresentava ótimo desempenho.

Demonstrando forte alinhamento às práticas provincianas características da modelo administrativo estatal e dos usos desse meio de comunicação à época, que em muitos casos levava os jornais ao papel mais de panfleto político e propaganda do que de noticiário; O Imparcial dá diversas informações sobre a organização e manutenção daquela comunidade; sobre o que era tido como relevante à classe preponderante e sobre como se percebiam os outros, os renegados, os rendidos. Na mesma capa do volume inaugural, publica- se uma coluna de pedido de socorro “pró- vítimas do Contestado”, onde o presidente do Conselho Municipal,

¹⁵³ QUEIROZ, op.cit., p.236.

¹⁵⁴ Jornal O Estado, 4 nov 1915, nº 148, p.1.

Rodolfo Wolff Filho; o juiz, Selistre de Campos; o superintendente, maj. Vieira; o comandante da praça, maj. Heráclito e frei Menandro Kamps, assinam dando nota das doações que já receberam e pedem mais alimentos e víveres para os necessitados.

Ainda que com discursos sobre o retorno à ordem e o fim da campanha a partir do início de 1916; isso parcialmente efetiva-se apenas em meados do ano, pois encontramos ainda movimentações de tropa retirando-se da cidadela e outras chegando. Nesse período, entre fins de 1915 e meados de 1916, Recolheram-se as praças do regimento de Segurança do Estado de Santa Catarina em dezembro, e retirou-se um batalhão móvel em fevereiro, que logo é substituído em março por 30 praças da cavalaria que vão para guarnecer a região entre o Timbó e Paciência.

O Timbó voltara a ser foco de atenção entre março e maio de 1916. Em novas disputas após a cessão de habeas corpus em prol de Santa Catarina, para que operasse no Timbó; resultam agredidas pelo ten. Angelo Santos Ribeiro, do 11º batalhão, o subdelegado de Canoinhas em Vila Nova do Timbó, sr. Paulo Pinheiro, o juiz de paz e o escrivão¹⁵⁵. O habeas corpus é denegado em abril de 1916 e mesmo assim em junho a Coletoria Estadual de Santa Catarina manda dinheiro para que sejam montados 5 postos fiscais, em extensão geográfica até a vila de Poço Preto¹⁵⁶.

Em junho de 16, além do Fórum já estar operando normalmente e do manejo de tropas; retirou-se a 3ª Companhia do 11º Batalhão, para fazer posto em Canoinhas a 2ª do mesmo, fazendo então ausentar dois oficiais “que souberam se tornar estimados”, o capitão da companhia, João Leonel de Alencar, e Thomé Rodrigues, 2º ten. e seu subalterno direto. No mês seguinte, afasta-se o Esquadrão de Cavalaria, comandado pelo 2º ten. Feijó, cujo qual, juntamente com o 2º ten. Medeiros passaram a “fazer falta na comunidade”¹⁵⁷.

Na primeira semana de julho, após animais do exército morrerem de fome pela ausência de pastagens gerada por um frio histórico, e da instalação da agência postal em Vila Nova do Timbó por Canoinhas; Antonio Feitosa avisa que o comandante da praça federal, cap. Affonso de Albuquerque Reis e Silva mandara comemorar a “grande data da liberdade dos povos, o 14

¹⁵⁵ Jornal O Imparcial, 26 mar 1916, nº 16 p. 2.

¹⁵⁶ Idem, 04 jun 1916, nº 24.

¹⁵⁷ Idem, 11 jun 1916, nº25, p. 3.

de Julho”, data da queda da Bastilha durante a Revolução Francesa e que era comemorada pelos republicanos brasileiros¹⁵⁸.

Festejos diversos marcaram a primeira vez que se comemorou o 14 de julho em Canoinhas; evento este no qual reuniram-se as praças com as “excelentíssimas famílias e cavalheiros da melhor sociedade”. Às 14:00 horas o Cinema Íris estava lotado, quando o cap. da praça pede assento a todos e iniciam-se os discursos por parte do 1º ten. Antonio Feitosa, seguido por Hortêncio Baptista, ambos muito aplaudidos. Logo após, todos os envolvidos dirigem-se para o Campo de Marte, onde o exército além de fazer demonstrações de ginástica Sueca, realizara corridas com obstáculos para demonstrar o preparo de seus “luzidos e garbosos pelotões”. Os destaques de primeiro e segundo lugar, receberam prêmios pelas mãos de diversas jovens. Registram-se na lista de presença deste evento, ao menos os senhores: Virgílio C. Marcondes, juiz de Direito (substituindo Selistre que havia se retirado à São Francisco do Sul para tratamento de saúde); Epaminondas Ricardo da Silva, elevado à categoria de promotor público poucos meses antes; José Pavão; ten. Francisco José Ferreira, delegado, representando o Regimento de Segurança; Alfredo Campos, pelo coletor estadual; o coletor federal, Brazelino Vicente Ferreira; o cel. João Martins; João Vicente Ferreira; Adolpho Bading; Roberto Ehlke; Joaquim Pereira; Joaquim Mendes pelo O Imparcial e Otávio Xavier Rauen, substituindo o superintendente que estava em viagem. Diversas “madames”, cônjuges e familiares lhes acompanharam. Foram apanhadas diversas fotografias pelo sr. Claro Janson; e ao entardecer, tocou-se baile filarmônico no mesmo cinema sob a batuta do “hábil maestro Antonio Amaral”.

O “ilustre dr. Antonio Feitosa”, que agora além de auxiliar as forças no combate aos rebeldes junto com o 11º batalhão, “organizava uma sociedade dramática com senhoras da alta sociedade”; já no número de estreia d’O Imparcial, aparece junto com o diretor do campo futebolístico, o 2º ten. Pedro Sebastião Carpes Antonio, em uma “muito ornamentada e divertida festa para comemoração ao descobrimento da América”. Vicente do Nascimento Feitosa parece ter sido bem recebido e se adaptado à comunidade ali residente. Atuou como advogado na defesa de um policial acusado de disparos indevidos de arma de fogo em novembro de 1915 e, em 21 de agosto do ano seguinte, juntamente com Amélia Rosa Wendt Ehlke, Maria Adelaide Budant¹⁵⁹, Margarida Carlos Pavão e Noêmia Rommais fundam um clube recreativo, o Bouquet Club. Tenente médio do exército nacional, o médico de ambulância parece assentar-

¹⁵⁸ Idem, 09 jul 1916, nº 29, p. 3.

¹⁵⁹ Maria Adelaide Budant, filha de Julio Budant Sênior, casara-se com Bernardo Wendt, auxiliar na empresa de Roberto Ehlke. (idem, 09 jul 1916, nº 29, p. 2)

se na cidade pelo menos até outubro de 1916, quando retira-se para Curitiba, após o término da estadia do 11º Batalhão ali acantonado.

Conforme narra a Gazeta do Commercio, o capitão do exército Adalberto de Menezes, recebeu em fins de janeiro de 1916 a visita do coronel Alípio Gama. Vindo de Porto União da Vitória, Gama é recebido suntuosamente em Canoinhas no dia 24 de janeiro por todas as autoridades possíveis, o coletor de rendas estaduais e federais, Alberto Freysleben e José Pavão, respectivamente; o suplente de juiz Virgílio Marcondes; o suplente de superintendente Avelino Rosa; o tabelião interino Bento Oliveira Sobrinho; o delegado de polícia Francisco Cubas; o presidente do diretório do Partido Republicano Conservador em Canoinhas, Wolff Filho; o capitão Euclides de Castro e os combatentes Lau Fernandes e Amadeo Fontanella; entre muitos outros. Ao que se indica, fizeram pomposas falas na recepção ao oficial, dizendo-lhe inclusive que estariam dispostos a resistir em caso de intentadas parananenses na região; coisa à qual Alípio responde pedindo cautela.¹⁶⁰ Hospedado no hotel de Emma Rommais, Gama segue dois dias após para Três Barras.

Registra-se na imprensa pelo menos mais um caso de desentendimento entre os civis e as tropas federais. Quando após a morte de João Granemann, e a suposta incapacidade de zelo da mãe, o cap. Affonso de Albuquerque Reis e Silva, comandante do aquartelamento adota à revelia da lei os órfãos José e Victoria. Parentes consanguíneos recorrem ao promotor público, que também exercia a função de Curador Geral de Órfãos, que por sua vez, oficiando ao juiz da comarca, recebe como resposta a autuação do militar comandante. Reis e Silva recusa-se com veemência a ceder as crianças, levando à uma convocação do chefe de polícia para que reunisse a praça policial no cumprimento da lei, armando-lhes e municinando-lhes fortemente. Ao entardecer, e com a vila toda alarmada, civis dirigem-se ao juizado no intento de mediar o conflito, coisa que o próprio juiz Selistre de Campos realiza; levando após muita interferência, as crianças serem entregues pelo próprio comandante ao juizado, que determina Otávio Xavier Rauen como tutor.¹⁶¹

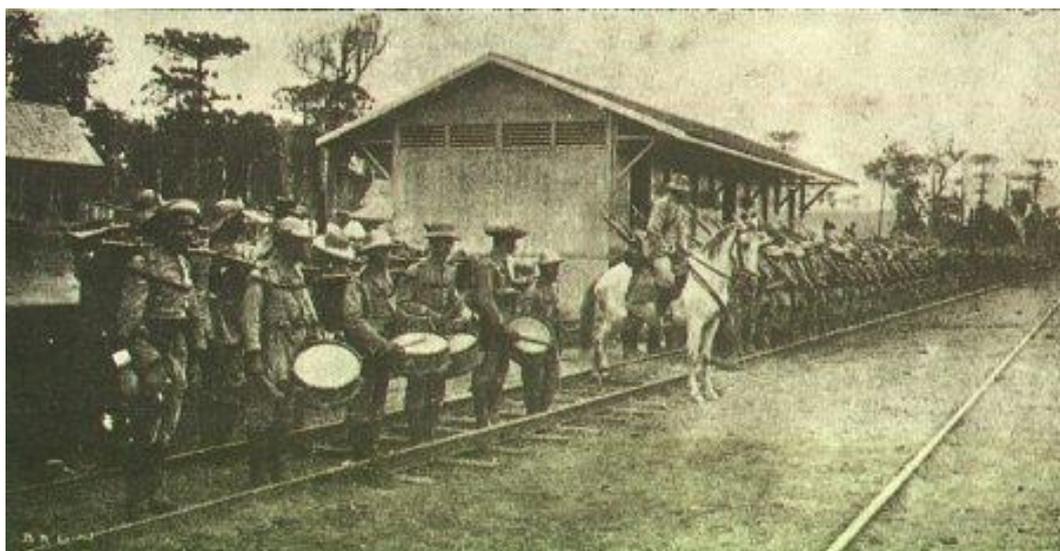
¹⁶⁰ Jornal Gazeta do Commercio, 2 fev 1916, nº 10, p. 1.

¹⁶¹ Jornal O Imparcial, 10 set. 1916, nº 38, p. 2; Jornal Gazeta do Commercio, 16 set 1916, nº 50, p. 1.

Considerações finais

Não encontramos nas fontes nem na bibliografia registros de ausência de víveres na vila mesmo durante o auge do conflito; importante lembrar que na estação de Canoinhas permanecia o armazém de abastecimento das tropas federais, local em que não encontramos ataques rebeldes. Certamente guarnecer a estação ferroviária e a calha fluvial de acesso fora de suma importância para tal sucesso, pois em nenhum momento o exército deixou de atuar sobre tal via; caso contrário, a cidade ficaria isolada. Há também a hipótese de que as tropas se deslocassem pelos caminhos que levavam à Três Barras, haja vista que quando atacaram a guarda rebelde em Salseiro, o fizeram por este caminho, entretanto isso permanece como especulação. O exposto por Ehlke e Gamma em seus inquéritos, dizendo que as mercadorias vinha além de Joinville, de São Mateus e Curitiba, assim como a vinda de tropas de Santa Catarina por território jurisdicionado pelo Paraná também endossam a hipótese dessa via como um dos principais acessos.

Imagem 25: Batalhão de Infantaria na Estação de Canoinhas



Fonte: CONTESTADO, 1987, P. 110

Reclamar-se-ia da ausência de casas nesta vila logo em meados de fevereiro de 1916; pois com tantos incêndios, veria-se que não se havia maneiras de acomodar nem os proprietários que agora retornavam, qui dirá os ex-rebeldes, que em janeiro de 1916, já

registravam 2.334 rendidos na cidade¹⁶². O Imparcial tomou nota das reclamações do austríaco Tomaschitz através do jornal Estado de São Paulo, onde foi publicada originalmente a coluna sobre o caso; mas tantos outros não foram registrados ou não chegaram aos nossos olhos, seja pela extinção de seus antigos donos, pelas condições impostas no pós- guerra ou pela simples impotência das famílias perante o Estado. Em novembro de 1916, anunciava- se que já havia sido reconstruído um total de 64 casas, sem dizer se estas eram suficientes.¹⁶³

Após as solicitações de ajuda para complementar o socorro aos ex- rebeldes, autoridades estaduais e federais iniciam a distribuição de bens alimentícios e sementes às “vítimas dos fanáticos”. Desde o volume inaugural da folha O Imparcial, não registra- se a ausência de víveres, exceto de porcos em determinado momento; pelo contrário, aparece certa bonança de bebidas alcoólicas nacionais e estrangeiras, como conhaques, vermouths, vinhos e cervejas; as quais podiam ser adquiridas “sempre geladas” na casa comercial de Ehlke devido ao seu propagandeado depósito de gelo, e também nos hotéis e hospedarias da região. Após a inauguração da casa comercial de Adolpho Bading, em junho de 1916, encontramos anúncios de queijos, camarão seco, costelas de porco, café, toucinho “e muitas outras especialidades”. Como havia o risco de contrabando e o consumo de álcool durante a intervenção, somos levados a crer que o trânsito de bens foi reduzido mas não extinguiu- se ao menos nas bordas da linha de ocupação setembrina. Situação a qual certamente favoreceu aqueles que encontravam- se nessas margens em detrimento dos que permaneceram ou foram empurrados para o interior. Também, já em setembro de 1916, voltavam a visitar frequentemente o porto de Canoinhas vapores que realizavam além do transporte de passageiros, informações e bens de consumo. (O IMPARCIAL, 1916)

Confundindo- se ou mesclando- se espectros de ideologia, intenções, trânsito de capitais e informação, assim como de pessoas e instituições no caso canoinhense, observa- se cronologicamente a intensificação da força e da violência tanto do movimento quanto das organizações federais interventoras e/ou forças repressoras sobre aquela comunidade e sociedade; tanto nos eventos que precederam quanto os que sucederam 1914. Notamos então, após o auge da insurreição, uma espécie de adequação gradual da população citadina com as personagens das forças repressoras conforme a tragédia humana e social em redor amainava. Provavelmente buscava- se até mesmo meios dissuasórios da própria realidade, tentando paulatinamente normalizar ou minimizar o impacto da situação. É sabido, por exemplo, que as

¹⁶² Jornal O Dia, 14 jan 1916 nº 8.179, p. 1.

¹⁶³ O Imparcial, 19 nov, 1916, p.2.

famílias e indivíduos já atrás diversões e sociais desde o início de 1916, ainda não sentiam-se a vontade de frequentar o cinema pois nele incorriam muitos soldados da praça. Ao mesmo tempo, a presença de Roberto Ehlke junto às comemorações do 14 de julho nos diz muito sobre como a população foi forçada e adequou-se de maneiras específicas às tropas e suas práticas. Entretanto, esse contato não deu-se de maneira homogênea e ao que se indica nem mesmo apenas técnica.

A proporção do uso da força repressora e sua endêmica conexão com o Estado e as oligarquias chama a atenção. Não se é novidade o contato entre a violência e o Estado brasileiro, mas nesse caso recorreu-se ao uso de clavinhas com o brasão da República do Brasil para combater caboclos, lavradores e pequenos fazendeiros que requeriam meios e condições para a manutenção de si e de suas famílias. Estes foram destruídos e massacrados, segundo orienta o próprio comandante da maior campanha movida pelo governo federal em suas memórias; o mesmo autor identifica diversos contatos diretos com coronéis locais, o que muitas vezes, como evidenciado por Viviani Poyer (2018) resultou em massacres. Não faltam na obra de Rogério Rosa Rodrigues (2008) exemplos da maneira como os representantes da repressão patrocinada pelo Estado, com o véu da República, gozavam de privilégios e violentavam de maneira consentida as populações locais. Assim, a associação simbiótica entre o coronelismo e o Estado brasileiro bem como suas tratativas espúrias com o grande capital e suas implicações no cotidiano e formas de vida impactam diretamente no desenvolver e consolidar do Estado brasileiro republicano e nas vidas de seus cidadãos, demarcando e definindo divisões econômicas e sociais que tornaram-se históricas. Em trabalho de aniquilação de um inimigo, as práticas negativas do exército, segundo Rodrigues e Peixoto acabaram por assemelhar-se muitas vezes às dos chamados “bandoleiros”. As praças e oficiais que guiaram-se por modos incorretos, várias vezes o fizeram seguindo exemplos ou ordens das chefias oficiais ou civis, “mas estes, ao praticarem ações de estupro, roubo, espancamento de mulheres, incêndio de propriedade etc., não as teriam aprendido com os civis”, e ao realizarem tais atos, “estavam por fim quase jagunços os soldados da República (RODRIGUES, 2008a, p. 388; PEIXOTO, op.cit., p.628)

Mesmo com as constantes e específicas tensões do sistema político; devido às maneiras como se procederam as rendições e a diminuição da independência de sitiados e agregados, intui-se que a ação do exército facilitou para que se expressasse um aumento no poderio do coronelato após os conflitos (MACHADO, 2004, p. 336)

Sem dúvida, com o fim da guerra sertaneja, nunca o poder dos Coronéis contou com tantas condições favoráveis a tornar-se mais abrangente e discricionário sobre as populações caboclas do planalto; as formas de “apresentação” dos prisioneiros às autoridades locais converteram-se em passaportes para a criação, ou recriação, de situações de dependência e ampliação da patronagem. (idem, 2001, p. 333)

Em fins de 1916, tanto Fabrício Vieira, quanto Salvador Pinheiro passeiam pelas ruas de Canoinhas; sendo este último chamado de “industrialista”. Também visita a vila, por setembro de 1917, o secretário de Negócios do Estado de Santa Catarina, Fúlvio Aducci¹⁶⁴. (O IMPARCIAL, nº 42, p. 2). Nota-se nesse período posterior ao movimento um grande fluxo de imigrantes para a região. Com isso, grupos de fazendeiros das regiões nordeste de Santa Catarina e do sul do Paraná dirigem-se em peso para o “ex Contestado”, adquirindo terras e consolidando o silenciamento sobre a revolta ali ocorrida poucos anos antes, colaborando para a criação do estigma e tabu geradores de silêncios e invisibilidade sobre aqueles que um dia foram revoltosos ou que apenas estavam juntos desses.

Vieira, que manteve-se no posto de superintendente, já vinha desde maio de 1915 anunciando na Gazeta do Commercio- de Joinville- que buscava mão- de obra para trabalhar em seus ervais; cujos quais recebeu do Estado catarinense como recompensa pelos bons serviços prestados, e que então passou a consorciar com Plympio de Oliveira¹⁶⁵. Pareceu esquecer-se o ente doador que Vieira fugiu nos momentos mais tensos da briga. Após instalar com João Gomez de Oliveira uma firma de comerciar em Joinville; concorreu perante a convenção do Partido Republicano editada em Florianópolis, a um assento no parlamento estadual como minoria; Cargo para qual Vieira é eleito em dezembro de 1915, passando a operar no Congresso Representativo de Santa Catarina em agosto de 1916. Tendo ficado como titular da Comissão de Associações Públicas e Civilização de Índios, seu primeiro projeto de lei apresentado e aprovado em plenário, fora a isenção das multas sobre impostos geradas pelos atrasos decorrentes do movimento em Canoinhas e Curitiba¹⁶⁶. Os dois próximos, em sequência, modificavam cargos no executivo e autorizavam o poder executivo estadual a abrir estradas entre Canoinhas e Vila Nova do Timbó/ Tamanduá.

¹⁶⁴ Jornal Gazeta do Commercio, 15 set 1917, nº 81, p. 1.

¹⁶⁵ QUEIROZ, 1981, p. 234.

¹⁶⁶ O Imparcial, 24 set. 1916, nº 40, p. 2.

A mesma personagem segue articulando- se pela via de sua aliança oligárquica com Curitibaanos, perdendo grande parte de sua posição após o assassinato do cel. Albuquerque em 1917. No ano seguinte, quando chegam as eleições que deveriam constituir o executivo canoinhense, instala- se uma crise que acaba com os opositores eleitorais de Vieira na cadeira de superintendente e com a sede da primeira prefeitura [e tudo o que ela continha] integralmente em cinzas na manhã de 8 de fevereiro de 1919. Mesmo assim, durante a instabilidade, uma guarda do exército do 15º batalhão, sob chefia do cap. Juvêncio de Lima e do ten. Costa Leita fora enviada para guarnecer a casa do intendente Vieira, que voltou a despachar dali além de abrigar a câmara municipal de sua facção¹⁶⁷.

Imagem 26: Manoel Thomaz Vieira em destaque, figurando entre os parlamentares eleitos para a 10ª legislatura.



Fonte: CONTESTADO, 1987, p. 131

O Contestado fora “pacificado”, e “movimentava- se suntuosamente a vida social de Canoinhas em bailes, teatros, piqueniques. sessões de cinema com emocionantes filmes etc”; tanto que o médico do corpo de segurança que operou na guerra, maj. Luiz D’Acampora, ensejou fixar moradia na vila.¹⁶⁸ O coronelato seguia sendo festejado pelos seus pares e acompanhado pelas forças do exército. Após a última substituição de tropas registrada, quando

¹⁶⁷ Jornal República, 27 fev 1919, p. 2.

¹⁶⁸ Jornal O Imparcial, 5 nov 19116, nº 45, p. 2.

uma esquadra vem a substituir a 3ª companhia do 11º batalhão, o “simpático” ten. João Guilherme Leal Ferreira figurou entre as personagens que muito festivamente receberam o “velho e abnegado defensor da causa catarinense Major Manoel Thomaz Vieira”¹⁶⁹.

O acesso à terra e a distribuição da propriedade fundiária, tal como a exploração do trabalho e do capital, sempre foram matrizes do desenvolvimento econômico e histórico-social do Brasil. O Contestado segue sendo ainda atualmente a região mais pobre do estado de Santa Catarina, com índices de desenvolvimento humano rigorosamente afetados pela ausência de serviços públicos satisfatórios e historicamente negados à população. Além da manutenção de tradicionais famílias em posições de poder e com ligações diretas com o apadrinhamento estatal; juntamente com a exploração econômica muitas vezes criminosa da gigante empresa estrangeira até 1940, (TOMPOROSKI, 2013, p. 225) restaram maculados direitos básicos da população pobre e interiorana, como acesso à terra, cidadania, saneamento básico, alimentação, educação etc. Os meios de produção locais, calcados principalmente na coleta de matéria-prima e beneficiamento primário das mesmas passaram por processos de concentração ou redistribuição com o movimento do Contestado, implicando diretamente nas rendas familiares e nas condições sociais destas. Aos chefes, terras, avenidas embandeiradas, condignas recepções, aclamações, intensas manifestações de regozijo, abraços, saudações com foguetes, banda de música e balões venezianos foram dados¹⁷⁰; às vítimas nem a terra inumadora.

¹⁶⁹ Idem, 15 out 1916, nº 42, p. 2.

¹⁷⁰ Descrição da recepção dada ao deputado Manoel Thomaz Vieira quando este retorna de sua atividade legislativa na capital. Ibid.

Lista de referências:

1- Fontes:

- 1- LIVRO TOMBO. Paróquia “Santa Cruz” Canoinhas. nº 1. pp. 10-24
- 2- BADING, Adolph. O movimento fanático do Contestado (Paraná e Santa Catarina) “Die Fanatikerbewegung im Contestado (Paraná und Santa Catarina)”. **Almanaque alemão**. [S. l. : s. n.], 1916. Trad. João Klug.
- 3- PEIXOTO, Demerval (Clivelaro Marcial). **A campanha do Contestado**. Episódios e Impressões. Rio de Janeiro: Segundo Milheiro, 1920.
- 4- Inquéritos:
 - Inquérito Policial Militar- Villa de Canoinhas- Contestado- 1914. Indiciados Roberto Elkel e Affonso Gamma. 22 de outubro de 1914.
 - Inquérito Policial Militar- Villa de Canoinhas- Contestado- 1914. Indiciado Guilherme Rommais. 25 de outubro de 1914.
- 5- Revista Vozes de Petrópolis:
 - NEUHAUS, Rogério. Os fanáticos do sertão: Deploráveis fructos da educação areligiosa. **Vozes de Petrópolis**, Petrópolis, v. 1, p.72-74, jan- jun. 1915. Ano IX.
 - NEUHAUS, Rogério. Os “fanáticos”. **Vozes de Petrópolis**, Petrópolis, v. 1, p.87-92, jan- jun. 1915. Ano IX.
- 6- Jornais¹⁷¹:
 - Comércio de Joinville; 1913.
 - Correio do Norte [Joinville]; 1918
 - Gazeta do Comércio; 1914 a 1917.
 - O Canoinhas; 1909.
 - O Dia; 1910 a 1932.
 - O Estado; 1915 a 1924.
 - O Imparcial; 1915 a 1916.
 - República; 1919.
 - Correio do Norte [Canoinhas]; 1961 a 2014
 - O Melhor; 1992.

¹⁷¹ Pesquisados em via física ou pelos recursos de busca da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/explore/acervos/hemeroteca-digital> , ou pelo recurso de busca da Hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>

7- Arquivo Histórico de Canoinhas

8- Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

9- Entrevistas:

- SOARES DE CARVALHO, Aloysio. [Entrevista concedida a] Lucas V. M. Machado. Canoinhas, 02 jun. 2018.
- SCHVINSKI, Ivanita. [Entrevista concedida a] Lucas V. M. Machado. Canoinhas, 24 jun 2019.

2- Bibliografia:

CARVALHO, Fernando Setembrino. **Memórias**: dados para a história do Brasil. Rio de Janeiro: S.e. 1950.

DIACON, Todd. A. **Milenarian Vision, Capitalist reality**. Brazil' s Contestado rebellion, 1912- 1916. [s.l.]. Duke University Press, 1991.

FELIPPE, Euclides J. **O último jagunço**. Folclore na História do Contestado. Curitiba- SC: Universidade do Contestado, 1995.

INDEX, Editora (ed.) **Contestado**. Fund. Roberto Marinho. Rio de Janeiro: Ed. Index, 1987.

LIMA, Soeli R.; TONON, Elói. Guerra do Contestado: O processo de rendição. **Revista Mosaico**, v. 10, p. 132-147, 2017.

LINO, Jaisson Teixeira. Heranças materiais de uma guerra: os cemitérios do Contestado, sul do Brasil. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 13-30, dez. 2012.

MAFRA, Antonio Dias. **Aconteceu nos ervais**: A disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva- mate- Região sul do Vale do Rio Negro. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento regional) - Programa de Mestrado em desenvolvimento regional, Universidade do Contestado. Canoinhas, 2008.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912- 1916**. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. A formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas- SP: Ed. UNICAMP, 2004.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os Errantes do Novo Século**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MUCHALOVSKI, Eloi Giovane. **A questão do Timbó e Canoinhas**: Discursos e representações na imprensa do Paraná e Santa Catarina (1900- 1908). Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós- Graduação em História, Área de concentração “História das regiões”, Universidade Estadual do Centro- Oeste, Irati, 2018.

POYER, Viviani. **Fronteiras de uma guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do Contestado.** Tese de doutorado (Doutorado em História) - Programa de Pós- Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social.** A Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916). 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1981.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Os sertões catarinenses.** Embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - Programa de Pós- Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão: a guerra do Contestado e a modernização do exército brasileiro.** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008a

RODRIGUES, Rogério Rosa. Das ordens à disciplina: a relação do exército brasileiro com as populações das vilas na região do Contestado. *In:* ESPIG, Márcia J. MACHADO, Paulo P (org.). **A Guerra Santa revisitada.** Novos estudos sobre o Movimento do Contestado. Florianópolis- SC: Editora da UFSC, 2008b.pp. 13- 31.

SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e poder em Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

STULZER, Aurélio. **A guerra dos fanáticos- 1912- 1916: a contribuição dos franciscanos.** Petrópolis: Vozes, 1982.

TOKARSKI, Fernando. **Cronografia do Contestado.** Apontamentos históricos da região do Contestado e do Sul do Paraná. Estado de Santa Catarina- Secretaria de Estado de Governo. [S. n. : s. d.]

TOKARSKI, Fernando. Os polacos na Guerra do Contestado. *In:* ESPIG, Márcia J. MACHADO, Paulo P (org.). **A Guerra Santa revisitada.** Novos estudos sobre o Movimento do Contestado. Florianópolis- SC: Ed. da UFSC, 2008.pp. 249-282.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940.** Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis; LIMA, Soeli Regina. Terra e resistência: as disputas fundiárias nos vales dos rios Negro e Iguazu e sua influência na adesão ao movimento sertanejo do Contestado, (1889-1917). **História em Revista**, Pelotas, 108-118, v. 20, dez. 2014.

WEINHARDT, Marilene. **Mesmos crimes, outros discursos?** Algumas narrativas sobre o Contestado. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

Apêndice:

- 1- Entrevista fornecida a Lucas Muenster Machado por Aloysio Soares de Carvalho em sua residência em Canoinhas- SC aos 02 de junho de 2018.

A: Vamos ver se eu vou poder me lembrar.

L: Muito agradecido

L: Primeiro eu só preciso do nome completo do senhor e da data de nascimento, por favor.

A: Tá, é, Aloysio, A,l,o,y,s,i,o, Soares de Carvalho, mas minha origem primeira é Deschamps, família francesa. Meu octavô era Jean Deschamps, que nasceu lá no sul da França e no sul da Alemanha.

L: Certo, e a filiação do senhor, por favor, seu pai e sua mãe.

A: Meu pai era Victor, simplesmente Victor Soares de Carvalho, mas a origem anterior era de Oliveira Pereira Soares de Carvalho. Porque a mãe dele era Pereira, Purcina Pereira.

L: E a mãe?

A: A mãe era Alvina Steffen Deschamps Soares de Carvalho.

L: Certíssimo

A: E a minha avó, mãe dela era Catharina Deschamps.

L: Certíssimo. Então, S. Aloysio, primeiro, como é que seu pai veio parar aqui? Como que ele se assentou aqui na cidade?

A: O meu pai veio de Joinville, Araquari, São Francisco do Sul, de onde ele trouxe alguma coisa de lá, de São Francisco do Sul, e daí veio em 1905 para Canoinhas. Aqui ele se instalou naquela casa velha que você conheceu ali. Comprou a casa já montada, feita e abriu uma casa comercial ali, e ali ele passou a comprar erva- mate feita pelos colonos que moravam no interior, já traziam a erva bruta nos galhos, né, e daí desmanchava a erva numa máquina de desfolhar as folhas, numa máquina mecânica que ia retirando os galhos, e com os galhos ele fazia a fogueira para torrar as folhas, para fazer a erva miúda, esmiuçada para chimarrão.

L: Sim

A: E daí vendia aquela erva fabricada por ele na máquina e ensacava em saco de 60 kg e vendia pro interior por aí, pro pessoal que consumia por aí.

L: Sim, e ele fazia isso sozinho ou ele tinha funcionários, colegas ou coisa assim?

A: Ele tinha um sobrinho dele que era meu primo, filho de uma irmã dele. E que veio de Joinville pra trabalhar com ele, e trabalhava na casa comercial com ele, era trajano Borges nome dele era Trajano Soares de Carvalho Borges.

L: uhum

A: E daí ele teve vários empregados porque tinha do lado da casa um armazém grande onde ele fabricava erva- mate...

L: certíssimo.

A: E daí vendia aquela erva- mate, exportava aquela erva- mate para a argentina, para o uruguai, para o Paraguai, pra o Chile e também para os consumidores locais aqui, né, porque ele vendia a erva empacotada ou ensacada.

L: Sim, e isso aí desde 1905 até?

A: Ah, até que ele fechou a casa comercial quando ele fechou a casa comercial ele continuou ainda vendendo a erva mate e fabricando a erva mate ali no armazém que era do lado da casa e vendendo o produto pra turma que vinha comprar.

L: E isso mais ou menos porque ano que ele encerrou as atividades da casa comercial, em que ano que ele fechou?

A: A casa comercial ele deve ter encerrado la por 1940 por ai assim.

L: Por aí asism?

A: Eu não me lembro bem certinho, mas foi por aí.

L: E ele então pegou desde o período pré- guerra, né?! Vamos chamar de guerra do contestado.

A: É, a primeira guerra mundial, que foi de 14 a 18.

L: Certo.

A: E depois a guerra do contestado que foi de 16 a 24- 25 por aí assim. e nessa duas guerras ele esteve defendendo os colonos que também eram amigos dele contra o poder do exército catarinense que se juntou com o exército paranaense que veio aqui esmagar aqueles colonos que estavam aqui guerreando contra a Lumber, que invadia aqui, Três Barras e veio explorar esses colonos que, explorar não, veio roubar a madeira desses colonos e o gado desses colonos e as casas e tudo, né, e perseguiu- los até matarem. morreram mais de 30.000 colonos naturais daqui na mão dos ingleses da Lumber.

L: Sim, sim. O senhor já nasceu posteriormente à isso, claro, em 28.

A: É, eu nasci em 28.

L:mas e o que ele falava desse período? Ele contava? o que ele contava? principalmente da guerra do contestado..

A: Claro, claro, ele e a mãe [...]

L:o que ele relatava sobre essa...?

A: Sim, aquilo foi uma guerra verdadeira! Houve mortandade enorme de guerreiros e de soldados do exercito tambem.

L: sim, sim.

A: Foi uma matança generalizada. E os ingleses é que incentivavam as forças militares do PR e SC reunidas juntas para esmagar os colonos brasileiros que eram donos do territorio. L: uhum

A: Então roubaram desses colonos a madeira, as casas o gado e mataram. A maior parte daqueles colonos morreram de fome.

L: uhum

A: Escondidos depois lá num terreno que hoje é meu, lá na beira do rio Piedade, lá na Piedade, no bairro da Piedade.

L: Perto do rio Paciência?

A: Não! O rio Paciência desce por trás e depois o rio piedade desemboca no rio Paciência e vai até o rio do Sossego, que escorre ali de Marcílio Dias para trás, né e vai desembocar no rio Negro lá, que desemboca no Iguaçu.

L:Teve durante a guerra, S. Aloysio, teve um episódio de cerco aqui à cidade.

A: De quê?

L: de cerco à cidade.

A: Sim!

L:por parte do exército e dos revolucionários também

A: Pois é

L: Dos rebeldes, no caso.

A:O exército

L: Sim

A: Federal veio junto, mandado à se unir aos batalhões do PR e de SC pra esmagar os colonos brasileiros, nativos daqui e que estavam reclamando contra a roubalheira cometida pelos ingleses da Lumber, e então houve a guerra do contestado.

L:Sim, certíssimo.

A: Eles chamavam de guerra do contestado, mas a verdade, a contestação era dos colonos que moravam aqui em Canoinhas e que foram esmagados pelas forças militares do Pr e SC reunidos por indicação do exercito do Rj que veio aí, tomou posse e veio esmagar os colonos que vieram, que acabavam morrendo de fome ali na piedade no terreno ali na beira do rio piedade, terreno que hoje é meu, que fica ali do lado da sede do elite tenis club.

L: Sim, sim.

A: Sabe onde é aquilo?

L: Sim

A: É ali, o meu terreno faz divisa com o terreninho do elite tenis clube.

L: Sim, sim.

A: Ali no rio piedade, sabe né?

L: É perto da igreja de nossa senhora aparecida.

A: Perto da igreja da santa aparecida, nossa senhora aparecida.

L: Sim. E mais precisamente desse episodio do cerco da cidade, o teu pai falava de alguma coisa? ele contou [...]

A: Sim!

L: O que o senhor tem pra me trazer quanto à isso?

A: Sim! O cerco da cidade foi feito da maneira seguinte: Eles abriram uma vala, como Uma.. Uma... como é que a gente chama?

L: Uma trincheira?

A: Uma trincheira é! uma trincheira desde lá onde era a antiga estrada de ferro, sabe onde era a antiga estrada de ferro? Na frente da rua Felipe Schmidt?

L: Na prefeitura atualmente ali, né?

A: É, depois onde foi posta a prefeitura, ali atrás da estação da cidade.

L: sim, seguia pela rua tres de maio, atual tres de maio, indo sentido lá para os Loeffler.

A: É, a Três de Maio é aquela que vai dar lá em Marcilio Dias, e na frente da rua Três de Maio eram os trilhos da estrada de ferro.

L: Sim

A: E na frente da estação ferroviária era a rua Felipe Schmidt.

L: Sim

A: É a ainda a rua Felipe Schmidt.

L: Sim, sim

A: Onde hoje está o calçadão

L: Certíssimo

A: Ali. E então ali naquela rua Felipe Schmidt foi aberto um valetão desde lá da estação ferroviária até ali onde hoje é o hotel central ali[..]

L: Sim

A: Aquele hotel, aquele hotel, no lado da matriz Cristo Rei.

L: Sim, o hotel Planalto

A: Sabe onde é que é, o hotel Planalto, é isso aí. E ali é que foi feito a trincheira do exército, o pessoal do exército se entrincheirou ali naquela valeta e que fizeram frente aqui na rua paula pereira, aqui pra enfrentar os guerrilheiros, os naturais daqui que atiravam ali da, ali da de onde tem aquela velha ponte de alvenaria na frente do atual mercado Novo Mundo.

L: Sim

A: Sabe onde é que é?

L: Sim

A: Então, na rua Paula Pereira, esses colonos se entrincheiraram ali naquela ponte, e ali debaixo daquela ponte eles atiravam contra aqueles que estavam ali na trincheira aqui na rua Paula Pereira, e os da Paula Pereira, nos guerrilheiros.

L: e a casa do pai do senhor estava no meio.

A: E aí quando numa noite escura os militares foram ate li onde estavam os colonos entrincheirados e atropelaram os entrincheirados que subiram o morro ate lá onde é hoje o alto da rua Paula Pereira. Lá é que eles atiravam então nos caras que se entrincheiram ali nos, na frente do hotel, do mercado novo mundo. E depois eles continuaram atirando, aí eles foram se entrincheirar lá na beira do rio piedade.

L: sim

A: E lá, os, os, como é que eu posso te dizer? os padres se meteram na briga. O Frei Menandro Kamps, com o frei que agora não me lembro o nome, era um frei que veio de Lages a mando dos padres de... Aliás, veio, roubou uma coisarada lá em Palmas do PR, na cidade de Palmas, roubou 50 contos de réis a título de construir um colégio lá em Palmas pra dar aulas para os alunos, lá os filhos dos colonos lá de Palmas, ficou com o dinheiro na mala e fugiu para Curitiba com aqueles 50 contos de réis, era uma fortuna, incalculável naquela época! Fugiu daí para Curitiba, lá de Curitiba os chefes dele mandaram ele fugir para Lages para se esconder do exército, e ele de lá foi mandado pelos chefes dele, os franciscanos pra ele fugir pra Canoinhas, pra vir se esconder aqui da polícia militar, e aqui eles vieram se esconder, e foram lá no morro da Cruz e atropelaram os padres, atropelaram o profeta João Maria que era o primeiro cara que tinha dado doutrina cristã pros colonos brasileiros aqui, lá no morro da Cruz. Ele construiu a igreja lá, com os colonos ao pé de uma imbuia, uma imbuia que tinha 70 cm de diâmetro, de circunferência aliás, de diâmetro, e que ele e os colonos reduziram pra 50 por 50 cm, um quadrilateral de 50 por 50, de oito metro e pouco até em cima, de 50 por 50 e em com com o mesmo tronco fizeram um braço também de 50 por 50 e em volta dessa Cruz, na frente dessa Cruz construíram o altar onde o padre rezava a missa. E essa igreja foi sede dos padres que construíram uma casa paroquial do lado da igreja lá no morro da Cruz, lá os padres moravam e celebravam as missas na igreja. Até que em 1928 mais ou menos, ou coisa assim, os padres vieram para a cidade e ganharam de presente o terreno ali onde está a matriz Cristo Rei, ganharam do prefeito e ali construíram a matriz Cristo Rei

L: Sim.

A: E daí, em 1945, na quaresma de 1945, na quinta- feira santa, exatamente na quinta- feira santa de 1945 que foi dia 29 de março de 45, o padre vigário de Canoinhas, já morava ali na casa paroquial, porque aquela casa paroquial foi construída em 1934, o padre vigário mandou incendiarem a igreja lá, que tinha sido matriz Cristo Rei lá, porque o povo, ao invés de vir aqui na matriz Cristo Rei, continuava rezando lá na antiga matriz, pela devoção à Santa Cruz. Então o padre em 29 de março, quinta- feira santa mandou incendiarem a igreja, onde ficou só o toco da Cruz carbonizado, debaixo até em cima, 8 a 9 metros de altura, que ficou um quadradinho assim, que ainda sobra lá; que eu e o vigário que depois fez meu casamento com a Isolde, cortamos aquele toco daquela Cruz que ficou abandonado 16 anos lá no pátio, enterrado na raiz, onde tinha sido a matriz da igreja que mandou incendiar, que ficou só o toco da Cruz, aí eu e o vigário Cristovão Horn desmanchamos aquela Cruz e fizemos uma Cruz pequena, reduzida, de mais ou menos 2, 3,4 metros de altura com aquele resto daquela madeira carbonizada e fizemos uma mini Cruz, a frente da qual fizemos um altar. E eu com o padre frei Cristovão Horn fizemos uma missa lá, eu toquei com o coral, e inauguramos aquele altar e aquela capela que está lá até hoje, no dia, no dia do cinquentenário de Canoinhas, dia, dia, dia 22 de setembro de 1962, dia do cinquentenário de Canoinhas. Eu e o coral canoinhense inauguramos aquela capela lá com o vigário rezando a missa, que era o vigário frei Cristovão Horn. Aliás, quem rezou a missa foi o vigário geral da diocese, que veio em lugar do bispo diocesano que era o bispo dom Daniel Hostin que era meu padrinho de crisma, porque o dom Daniel estava doente, então ele mandou o frei, frei, o frei... o padre que era vigário geral da diocese vir aqui celebrar a missa de inauguração da capela e eu toquei naquela inauguração; não me lembro agora o nome do padre.

L: Sim, mas teve gente de fora que veio

A: É, foi ele quem veio inaugurar

L: Então, nesse caso, como o senhor estava comentando também teve a trincheira por parte do exército mais ou menos onde hoje é a Felipe Schmidt...

A: É, na rua Felipe Schmidt

L: E a outra aqui, e eles foram empurrando os rebeldes morro acima.

A: Foram empurrando os rebeldes até eles subirem o morro lá em cima e depois eles desceram o morro da Piedade e foram se esconder lá na beira do rio Piedade lá onde é hoje o meu terreno.

L: Sim, sim. E nesse caso a gente vê que a casa do pai do senhor, o terreno, ficou no meio do caminho?!

A: Claro, o meu pai tava ali, tava ali o tempo todo! O meu pai deu abrigo pra aqueles colonos, pra aqueles guerrilheiros aqui, num rancho que tinha aqui, e deu abrigo também pros soldados do exército que vieram perseguindo aquela gente, atropelando aquela gente. Aquela gente foi correndo lá pra Piedade e eles ficaram hospedados aqui, no rancho aqui.

L: Era uma coisa que eu queria perguntar pro senhor, a relação do pai do senhor, com os rebeldes, com o exército, como se dava? Ela se dava bem?

A: Se dava bem! tanto com um como com o outro, porque era tudo gente brasileira, eram tudo brasileiros, nacionais, não é?!

L: Compatriotas.

A: E o meu pai era compadre do presidente da república que era o Getúlio Vargas. O meu pai batizou por procuração do Getúlio Vargas e da dona Darci Vargas, um camarada que era filho de um Voigt, um padeiro Voigt lá da Piedade, por procuração do Getúlio e da dona Darcy Vargas, o meu pai batizou o filho do velho Voigt, por procuração do Getúlio. O meu pai era compadre do Getúlio, portanto, o meu pai e a minha mãe.

L: As relações políticas dele, como é que se davam? ele tinha alguma ligação com algum partido? Com algum..

A: Não, não existia partido era ditadura!

L: mas isso já mais pra frente né, na época do Vargas, eu digo ainda durante a campanha do Contestado.

A: Ah, durante a campanha

L: Ele já tinha relação política com o povo aqui?

A: Tinha! ele era um dos chefes de Canoinhas! A casa onde eu nasci ali, eu e meus 11 irmãos, era a casa da rua Paula Pereira numero 41, atualmente era 756, se não me engano, era o número da casa ali.

L: Era uma coisa que eu iria perguntar, eu coloquei uma notinha aqui para a gente ver...

A: Sim

L: Com relação ao major vieira, ele era uma figura...

A: O major vieira foi o primeiro prefeito de Canoinhas

L: exato, ele era uma figura relevante.

A: Era compadre do meu pai e da minha mãe.

L: Ah, então eles tinha uma relação.

A: Ele era casado com uma negrinha lá do Campo da Água Verde, a dona Rosa não sei do que Vieira.

L: Sim. Então ele tinha uma boa relação com os partidários...

A: Tinha, tinha sim.

L: Essa era uma coisa que eu tinha curiosidade. E ele se envolvia com a política local então na medida do possível?

A: Também, na medida do que interessava a ele, né, comercialmente falando.

L: Sim, certíssimo. Eu coloquei um outro ponto aqui.

A: Sim

L: Porque teve algumas lideranças rebeldes que no decorrer da guerra acabaram se envolvendo com o cerco aqui da cidade.

A: Sim, sim

L: Com aquele caos que houve e tudo, que era: o Bonifácio Papudo...

A: O Bonifácio Papudo era um camarada que era praticamente amigo do meu pai também, era freguês do meu pai, o Bonifácio Papudo, assim como era também o velho, o velho que, que era o velho que morava ali no alto da rua Paula Pereira, como é que era o nome daquele velho, que era, que, que jogou o busto do Vitor Konder no poço lá da praça Lauro Müller ali, como é que

era o nome daquele cara ali? Eu quero me lembrar agora do nome desse cara ali e não consigo me lembrar... era... Meu deus, ele matou uma pessoa, uma mulher, se não me engano era a própria mulher dele e jogou lá no poço também da praça.. Jogou lá no rio Canoinhas. E o Vitor Konder, o busto do Vitor Konder ele jogou no poço da praça Lauro Müller, o busto de Vitor Konder.

L: Desavença política?.

A: Aquele busto foi posto ali numa praça armada na frente onde é hoje, onde era Harry Schreiber e a firma dos Bartinik, ali tinha uma praça retangular assim, era um retângulo assim, e no meio daquela praça foi posto o busto, uma estátua de mármore que representava o busto do Vitor Konder, que tinha sido o cara que havia engendrado a construção da, do ramal da estrada de ferro de Marcílio dias até Canoinhas, sabe?

L: Isso já nos anos...?

A: Anos 30, vinte e pouco aí assim.

L: Sim, sim.

A: E daí... o....o... Juca Mattoso! Era o nome do cara que morava lá.

L: Sim, sim.

A: E que havia jogado o busto do Vitor Konder no poço da praça Lauro Müller, Juca Mattoso.

L: E sobre o Bonifácio, o senhor tem mais alguma informação?

A: Não, o Bonifácio Papudo não tenho assim...

L: Uma outra pessoa que era de relevância aqui na cidade, era o Antonio Tavares de Souza Junior, que era chefe escolar até 1914 e depois tomou partido dos rebeldes, sendo que ele foi promotor público também...

A: Esse Tavares foi professor também da escola, na escola, que era também a antiga escola... Ali onde hoje, hoje não, posteriormente foi Centro de Saúde ali, sabe ali?

L: Sim, o Anna Cidade?!

A: Hein?

L: A Anna Cidade

A: Professora Anna Cidade, isso aí. Ele foi professor ali, esse...

L: E alguma relação que seu pai tinha também? De compadrio...

A: Eu acho que teria, não sei se teve, é uma coisa tão... tão... eu era tão infantil que eu não guardei isso na lembrança, não posso dizer com absoluta certeza.

L: E o Aleixo Gonçalves de Lima? Que era Capitão da guarda nacional?

A: Aleixo?

L: Ele tinha mais influência ali para a região do Salseiro, ali para a Colônia Vieira...

A: Também não recordo direito.

L: Ele são três dos que participaram do cerco aqui à cidade.

A: É, participaram sim, participaram sim, exatamente.

L: As vezes achei que pudessem ter relação. Mais outro caso também, os coronéis, porque teve muitos, o enfoque, inclusive de meu trabalho que vai ser desenvolvido...

A: Sim

L: É o papel dos civis durante a guerra..

A: Sim

L: Não rebeldes e não militares, civis.

A: É, exatamente.

L: E teve alguns civis que tomaram parte dos rebeldes.

A: Teve! Teve sim.

L: Por exemplo os coronéis Arthur de Paula, o coronel Fabrício Vieira...

A: O Juca Mattoso!

L: Tem mais gente desse meio que o senhor se recordo ou que saiba...?

A: O Donato, como é que era o nome... como é que era o nome do cara... um deles era o tal de Donato Melin.

L: Donato Melin.

A: Morava ali nos fundos da rua, da rua... a primeira rua pra cá da ponte, como é que é o nome?

L: A Eugênio de Souza?

A: Não, não é a Eugenio de Souza.

L: É antes né... A Wolff Filho.

A: A Wolff Filho, é uma ruazinha, um bequinho ali.

L: Isso

A: Que faz cruzamento ali com a rua sete de setembro.

L: Isso exatamente.

A: E .. Rua coronel Albuquerque, que dá na antiga ponte.

L: Sim

A: E...

L: E tem mais civis dessa época que talvez o senhor lembre, que possam ter trabalhado... que ficaram na cidade de preferência durante a guerra? Porque o principal, um dos mais interessantes do caso do pai do senhor é que ele foi um dos poucos que ficou.

A: É, meu ficou até morrer ali.

L: A maior parte das pessoas durante a guerra...

A: Fugiram, fugiu.

L: Fugiam para Rio Negro... para

A: Fugiu sim

L: Para Curitiba, para São Bento...

A: Para Joinville, para Florianópolis, pra qualquer parte.

L: E o pai do senhor ficou. O que motivou ele a ficar?

A: Motivou porque a família dele tava toda aqui com ele né. Ele casou com a minha mãe e vieram morar aqui, ele já morava aqui e continuaram morando ali. A festa do casamento deles foi ali onde depois mais tarde foi o Banco Inco, ali naquela esquina da praça, onde que eu inaugurei a aquele prédio ali fui em que inaugurei no dia 8 de dezembro de 1948.

L: sim

A: Eu inaugurei o prédio do Banco Inco. Ali era o prédio onde era o hotel central e foi a festa de casamento do meu pai e da minha mãe, sabe? Ali eles fizeram a festa e vieram morar aqui, direto.

L: Sim, sim. E com relação as oscilações comerciais, porque durante a guerra eu imagino que ele tenha parado um pouco de comercializar...

A: Sim, claro! Ele comercializava com o pessoal que vinha comprar dele aqui, traziam as mercadorias e os produtos plantados no interior né, arroz, feijão, batata e os produtos...

L: Sim, da terra.

A: Da roça. Traziam e vendiam pra ele e em troca levavam a mercadoria que ele tinha pronta pra vender pra eles que era a mercadoria que ele importava lá de Joinville, de serra abaixo, né e tal então que ele revendia aqui para esses colonos.

L: Certo. É isso aí, S. Aloysio.

A: Pois é.

L: É bem por aí.

[risadas]

L: tem mais algo em relação à isso que o senhor saiba e que possa acrescentar ainda?

A: Bom, claro que tinha as coisas miúdas, né, as coisa particulares que corriam por ai, de boca em boca e de pessoa pra pessoa, mas era coisa assim tão, tão... inidentificável pra mim que era um piazinho que eu não consegui guardar totalmente de memória porque seria absurdo querer que um piazinho recordasse todo o assunto, então ficou no "será ou não será", sabe?!

L: Certíssimo. Então te agradeço enormemente.

A: Não, não agradeça absolutamente, não agradeça, apenas demos graças a deus que eu da família dos 12 que meu pai e minha mãe puseram no mundo sou o único vivo. Eu era o filho número 8, depois de mim nasceram 4 que também já morreram, então eu sou o filho número 8 de 12, cujos 11 morreram e eu ainda continuo vivo, até quando não se sabe, só deus sabe, né?!

L: Ninguém sabe...

A: quando é que ele vai me chamar pra eu também ir dar de comer as minhocas lá no cemitério, porque todo defunto vai dar de comer as minhocas no cemitério.

L: É o que nos resta!

[risadas]

2- Entrevista concedida a Lucas V. M. Machado por Ivanita Schivinski em sua residência em Canoinhas- SC aos 24 de junho de 2019.

L: Então, dona Ivanita, eu preciso primeiramente do nome da senhora...

I: Ivanita

L: do nascimento, da filiação e da profissão, Ivanita...?

I: S,C,H,I,V,I,N,S,K,I.

L: Schivinski.

I: Num documento meu tem o Wendt, mas eu não uso, então eu nunca ponho, né, porque no cartório e tudo sempre foi só assim.

L: Só o Schivinski então.

I: é, certo.

L: E a filiação da senhora, por favor?

I: É Stanislau Schivinski né [risos]

L Certo, e da mãe da senhora, por favor.

I: Lenira

L: Lenira

I: Wendt Schivinski.

L: Certo.

I: Ela não usa o Westphalen né, porque diz que naquele tempo, era muito comprido, daí né... Senão ela tinha antes do Wendt o Westphalen.

L: E a profissão que a senhora exercia, por favor?

I: Minha?

L: Isso

I: Serventuária da justiça aposentada.

L: Certíssimo

I: Então pra você ver quanto sigilo a gente tem, né?! Até hoje.

L: Sim, sim

I: Às vezes até eu tenho dó, né, as vezes eu to montando as coisas pros advogados e penso “puxa, o outr é que tinha razão, não é?!” A gente fica com dó né...

L: Sim, isso a gente entende e tem de respeitar.

I: As minhas irmãs até perguntam, “você não soube tal coisa?”, quando montei divórcio, essas coisas... Agora triste sabe o quê, é quando, monta aí pros cartório é pra reconhecimento de filho. Então, coitada da mulher legítima, a gente sabe, eu vejo até na fila da comunhão, o marido segurando no braço dela, eu penso assim “meu deus, você não sabe que ele reconheceu filho com outra, a hora que ele morrer, vai pra inventário junto”. Dá um dó né?!

L: e tem muito!

I: e a gente não pode falar mesmo o que sabe, porque vai que lá na família da gente se não tem lá, coisa que a gente nem sabe, né?!

L: É, e é coisa que tem que manter em sigilo, em segredo...

I: Não é com a gente, não interessa.

L: É. E é profissional.

I: e sabe quantos anos eu trabalhei? 35 anos e 8 meses. Eu tava 10 anos lidando ali, e falei, “meu deus! eu não tô nomeada porque eu não tinha idade, depois vou ter de trabalhar tudo isso?” A fiz uma justificção judicial, guardei e deu pra contar, 35 anos e 8 meses.

L: Ah, que bom! e ainda continua trabalhando, que nem a senhora falou.

I: Continuo, bastante. E gosto, viu?! Sempre digo, se deus quiser até morrer eu quero fazer isso.
[risos]

L: Amém

I: né!?

L: E o nascimento da senhora, se não se importar

I: O ano eu não dou.

L: não, não tem problema.

I: 21 de abril

L: 21 de abril

I: É, eu mando fechar tudo!

L: Tranquilamente.

[risos]

I: Eu mando fechar tudo que é feriado né?! É Rio Negro, né, a cidade. Canoinhense de coração, né!

L: Perfeito

L: O parentesco com os fundadores...Os personagens, a descrição...

I: o Emílio é meu avô

L: sim

I: o Emílio Wendt é meu avô, o Robertão é tio da minha mãe, né...

L: Uhum

I: O pai da Regina lá [Meyer], tio da minha mãe, né, você veja...

L: Eu coloquei, como eles vieram? Se a senhora sabe também, tem como descrever isso...

I: Não, isso aí eu nunca soube. O meu pai eu sei que vieram da Polônia, eles desembarcaram no Rio de Janeiro, daí vieram para Curitiba, você veja... Mas eles eu nunca soube como que eles chegaram aqui. Porque daí eu sei que eles ficavam na Lapa, né, uns nasceram na Lapa né, de tanto que meu avô era enterrado na Lapa. Uma vez a minha tia, essa do Juca Mattoso, você veja, ela era corajosa, foi buscar os ossos dele lá na Lapa, num saco assim de lona, saco de viagem né, ela trouxe os ossos ali no ônibus com ela. Você vê se alguém desconfiasse... Era pra pôr no túmulo aqui junto, você veja... Aí o meu pai, além de ferroviário, ele fazia muita coisa de carpintaria, fez ainda um caixão, me lembro, pra por os ossos pra por lá... Aí ele tá junto ali com a vó né, minha avó, a mulher dele né...

L: sim... e a senhora é neta do S. Emílio Wendt ...

I: É

L: E a senhora sabe me dizer como era o parentesco direto dele com a D. Amélia, com o pessoal do s Mayer...

I: Com a Amélia ele era irmão

L: E eles tinham mais irmãos, desse pessoal dos Wendt?

I: Tinha, Olívia, que eu me lembro, Amélia, Olívia, o Nestor né.

L: Uhum, esses eram todos irmão do S. Emílio

I: É tudo irmão. Não! É! O Nestor, o Leocádio.. esses eram irmãos... Iolanda, a Iolanda ela eu conheci ela, faz anos que ela morreu mas eu conheci bem. Era medonha assim, sabe, as conversas dela, até já era de idade mas era safada!

[risos]

I: Aham!

I: E o ano que eles vieram pra cá, a senhora sabe?

I: Não me lembro disso.

L: tá. É que eles fundaram a escola em 1907, então já estavam aqui...

I: É

L: Eu coloquei mais um ponto aqui se eles tinham algum parentesco, com os Ehlke, com os Wolff, com os Pavão, Bading...

I: É porque daí a mulher do Leocádio era uma Pavão, sabe?!

L: Uhum

I: E a do Nestor, a mulher do Nestor, eu sei que tinha um parentesco com a minha avó de longe, sabe, você veja como eles casavam assim né... E essa do Leocádio eu me lembro que minha mãe dizia a Pavao, era Pavão, "A Pavao" eles diziam, morava ali, onde o Clécio tem ali tudo, o InCor.

L: Perto da Igreja Matriz, né, na esquina do P Lanalto

I: Aham, naquela esquina ali que Leocádio Morava

L: Ah, sim, sim

I: E o Nestor morava numa rua mais pra baixo lá, que é o pai desse Natálinha ali né, me dou bem com a Natalinha, e o Sérgio, marido dela, é tio do marido da minha sobrinha, o marido da minha sobrinha se chama Nataniel Trevisani Junior, é sobrinho do Sergio, você ver, ficou tudo em família...

L: Ficou tudo em família...

I: Aham.

L Eu coloquei duas perguntas aqui mas eu acho que elas podem se juntar

I: Aham

L: É a atuação social dessas personagens, né, as relações familiares, políticas...

I: É, eles eram políticos e da sociedade né, daquela época deles eles frequentavam tudo, que a mãe sempre contava isso.

L: E durante a guerra, o S. Emílio, ele ficou aqui? Os avós da senhora, eles ficaram na cidade, especialmente desse período da guerra.

I: Eu não sei assim com é que foi, sabe, sei que eles participaram, né, você veja...

L: Porque houve né o cerco em 1914.

I: Que pena que a tia já faleceu faz 12 anos, porque ela ia se lembrar de tudo isso, e eu isso aí nunca me lembro que ela falou, sabe, ficou uma curiosidade daí de saber com que chegaram aqui, né...

L: Sim, porque houve durante 1914, principalmente houve o cerco da cidade, né... aí tinha as trincheiras...

I: É, escondidos, é

Aí muitas pessoas fugiram para rio negro, outra para Porto União... serra abaixo...

I: É, nisso que a minha tia ia levar pro marido lá né, as coisas..

L: A esposa do Juca Mattoso, né, que a senhora comentou...

I: É Alódi, o nome dela, e sabe como era o apelido? Rola. Ninguém conhecia ela por Alódi

I: E e minha mãe era Lenira, sabe, e tudo mundo só sabia Sinhara, e essa Leonira aí, todo mundo sabia ela por Niteza. Você Veja!

L: Por apelido...

[cachorro latindo]

I: Ela tá ralhando, mas não adianta, ela é boba, fica latindo...

L: Do cinema e das Escolas Reunidas, a senhora tem informações sobre isso?

I: O cinema eu me lembro do... Porque quando nós viemos pra cá, eu me lembro que tinha um casarão, era comprido assim, coberto de tabuinhas, que diz que ali foi o primeiro cinema.

L: Mas a senhora não chegou a conhecer o cinema em si.

I: Não, não, já era desativado, pra época, né... Depois foi desmanchado, depois a vó vendeu o terreno né... Até quando era tudo dela aqui o meu pai gostava, plantava. NOssa, ele plantava bastante! Nas horas de folga dele do trem, ele plantava todo o terreno!

L: O pai da senhora ele veio pra cá depois então?

I: É, primeiro Rio Negro né, tanto que eu nasci lá e meu irmão falecido também, porque ele era ferroviário, então ele foi pra Rio Negro, daí foi transferido pra cá, mas ele também gostava muito daqui.

L: Certo.

I: E essa tia, você veja, esse se fosse viva agora, ela era engraçada, então ela tinha o túmulo aí dela, lá da família, daí ela lembrou que tinha de passar aquele documento pra mim, as minhas duas irmãs disse “meu deus, se nós queria coisa de cemitério?!” Eu disse, “mas escute, alguém tem que ter né?” Foi bom que quando ela morreu pra eu autorizar abrir né, sabe o que que ela disse pra mim? “Não enterre ninguém estranho lá!” Capaz que eu ia por um estranho! recomendação! Veja só!

L: Ainda tinha dessa

[risos]

L: Aquela questão da Escola reunidas, de ela ter sido depois na casa que era , depois foi a casa comercial do S. Roberto Ehlke, né?!

I: É

L: Ela era aqui na esquina então?

I: era, então

L: Na esquina da Cel Albuquerque com a 7 de setembro, certo?

I: Onde é a igreja ali, é.

L: e dessa do prédio, a senhora tem alguma coisa, sabe alguma informação?

I: Era um casarão de madeira assim, como antigamente era aqueles varandão assim, tinha umas gradinhas assim enfeitadas, aquele roseiral , disse eu me lembro, que a gente era pequeno, a minha mãe ia lá com nós, né. Porque nós quando viemos de Rio Negro, nós moramos nessa rua lá no começo, depois que viemos pra cá, né..

L: Ah, sim, mas aqui era o local da casa do S. Emílio, não é?

I: Aqui era a herança da minha mãe, por isso daí que o pai fez casa aqui daí

L: A senhora sabe quanto tempo ele morou aqui? Porque ele veio pra cá provavelmente em em 1906- 07

I: ele morreu com parece 42 anos assim, sabe, então você veja, na época, né, ele não...

L: foi bem jovem ainda

L: Daquela questão da prefeitura, aquela que foi incendiada, ela era aqui perto, não é?

I: Ali onde é a pracinha, isso a mãe contava sempre.

L: E disso aí, a senhora sabe alguma coisa?

I: Só me lembro que um dia eu cheguei a ver aquela casinha ali, eu era criança ainda, você veja, mas assim detalhe eu não sei, voce veja..

L: Uhum, porque ela foi incendiada até antes da senhora nascer.

I: É,

L: Então é difícil

Cachorra latindo

I: Chega!!! Chega Nani! Chega!

L: E há mais um ponto também que eu coloquei que é com relação aos episódios da guerra, né! Como que essas personagens se comportaram, se a senhora sabe algo que eles fizeram, se eles estiveram, se vendiam, se não vendiam...

I: É, não sei...

L: se ele fechou o... não era bar o nome, mas como que era, uma, desculpe...

I: do avô?

L: Isso, do seu Emílio, o jogo de bilhar...

I: Ah, sim, tinha o salão de bilhar, é. O primeiro gramofone, que hoje é outra coisa, eu sei que na janela assim, eu vi uma vez uma foto, o gramofone na janela assim, a música lá pra todo mundo escutar, você veja.

L: Mas das informações então durante a guerra não se sabe?

I: Não, nada. Isso engraçado, a tia, ela sempre contava as coisas, e disso ela nunca falou.

L: Uhum.

I: Ou talvez falou quando eu era menina que talvez eu nem lembro disso

L: Uhum, tranquilamente, porque eventualmente ele pode né, ter conhecido o pessoal que esteve aqui, né

I: É

L: Ter comerciado com um ou outro, ter trabalhado...

I: Você vê que tinha que eles falavam muito, daquele tempo, Lau Fernandes.

L: O seu Lau.

I: É, diz que esse era medonho, né?!

L: E dele, a senhora tem alguma informação?

I: Eu só... dele não sei nada. eu só me dou assim bem com a filha dele, Alair Fernandes, que era casada com o Leopoldo Pereira, mas só que o Leopoldo já morreu. Agora não sei se com ela você consegue alguma coisa, porque agora faz tempinho que não falo com ela e me contaram que ela tá muito esquecida mesmo assim sabe, depois da morte dele, então não sei se ela...

L: Eu até estava procurando pessoas que fossem descendentes dele também.

I: É, Lair o nome dela. A Laureci talvez saiba te explicar a casa dela, sabe, porque eu assim não sei nem te explicar, porque cada vez que eu vou lá, porque é mais longe, eu peço pro meu sobrinho me levar, então nunca me interessou... É assim na esquina, uma casa grande.

L: Mas existem descendentes dele então.

I: É, Lair Fernandes o nome dela, ela era muito amiga da minha irmã falecida, elas eram bastante amigas.

L: É, porque o S. Lau ele operou diretamente na guerra né

I: É

L A tia da senhora, a esposa dele... É dessa senhora, novamente, a senhora pode comentar da esposa do Juca...

I: Essa Lair, ela até tinha um irmão, parece que já é falecido, Salvador, que naquela época ele era, nossa, um grande jogador de futebol, você veja...

L: Uhum. Do Pedro Ruivo, a senhora sabe alguma coisa que eles comentavam...

I: A minha avó falava muito nesse Pedro Ruivo.

L: sim, e eu não posso te dizer com certeza mas eu acho que a minha avó ficou viúva e depois de anos ela casou com o Pedro Ruivo, tanto que ela tinha filhas, ficou grávida, tinha filhas, eram gêmeas, uma morreu e a outra faz uns três anos que morreu, morava em Rio Negro. Mas naquela época, você veja, ele já era falecido e registraram no nome dele, do Emílio.

L: Do Emílio?

I: Aham, você ver, como era, como faziam naquela época né...

L: E eles eram filhos do.. do...

I: Ela era filha do Pedro Ruivo.

L: Do Ruivo já?

I: é, e eles registraram no nome do Emílio.

L: Então a viúva do S. Emílio, casou posteriormente com o Pedro Ruivo..

I: Casou com o Pedro Ruivo, só não sei se chegou a casar no civil, como é que foi... Naquela época, acho que era mais na igreja. E eles falavam muito nesse Pedro Ruivo. Tinham umas que daí eram parentes lá do Pedro Ruivo, tinha dona Delaidinha, que eles diziam dona Chiquinha, eu me lembro delas, que elas sempre estavam juntas, sabe. Mas essa tia que era do Pedro Ruivo, ela se considerava desse aí, pois ela via no documento dela só esse, né.

L: Uhum

I: E eu me lembro que eles falavam desse Pedro Ruivo “que era medonho” né, ele era medonho, cê veja

L: Uhum, é, a gente está buscando informação...

I: E o sobrenome parece que era Carvalho, do Pedro Ruivo

L: É, era Pedro Leão de Carvalho

I: É! E essa Delaidinha que eles diziam, era Carvalho, era amiga dessa minha tia, morreu faz anos já, eu me lembro, era menina...

L: É, porque o Pedro ruivo faleceu salvo engano em 1922

I: Até tem o Pedro Ferreira, que era filho dessa Chiquinha, que era filha do pedro ruivo, e a minha sobrinha- neta, era casada com o filho dele. Daí ele morreu e ela ficou viúva ne, casou outra vez, porque ela era bem mocinha, né, casou. Ela até era fisioterapeuta lá no hospital são brás, lá no porto, faz dez anos já. Daí ela tava ate casada há anos, não tinha filho, agora tem um gurizinho, não tem uma semana ainda, tão louco de faceiros,[entre risos] voce veja como é que é, e o pedro é vivo ainda, cê ver, e aí no fundo, o pedro é avô dela, e o pedro ruivo era pai dele né.

L: E dele a senhora não tem informação específica tamém..

I: Nada, nada, daí ele tem mais um irmão que se chama Benedito, mora lá no Porto, ele foi meu colega esse Benedito, de escola, cê veja.

L: Certíssimo, agora fugiu a questão... Ah, da tia ali, da esposa do Juca Mattoso, por favor, a senhora pode comentar novamente o que a senhora sabe de...

I: Pois eu só sei assim que naquele tempo lá, desse cerco, dessas coisas, ela ia de madrugada, montada num cavalo, levar as notícias do que tava se passando aqui na cidade né, pra eles saber, levava mais comida...

L: Mas ela levava pra quem?

I: Pra ele, o Juca Mattoso e pros que tavam com ele

L: ah, sim, pra tropas civis no caso?

I: é, sozinha, você veja, com o revolver diz que dentro da bota e ela não tinha medo, ela era valentona, eu me lembro dela, e o Juca Mattoso, sabe de quem muito amigo eles foram? do dr. aroldo ferreira, do velho que já morreu, eles eram amigos, amigos! Íam na casa do outro.

L: Uhum... O Juca, sr. Juca, também estou buscando...

I: José Antonio Mattoso era o nome dele

L: Ah, sim...

I: Jose Antonio Mattoso, o Juca, ninguem conhecia por Jose Antonio.

L: ele morava lá pra cima da rua Paula Pereira

I: É, daí ele morava lá, mas ele morou antigamente era lá no rio Bonito. Eles tinham uma fazenda lá, e moravam lá, depois foi ficando mais velho foi vendendo, tinha bastante gado, tudo, e daí vieram pra cá, daí não souberam também administrar as coisas, foram ficando pobre e foram morar ate de aluguel, voce veja como é que fica né.

L: eu sei que não é né do....

I: Ele, sabe o que eu ele era? Mulherengo! Ele era medonho!

L: O Juca?

I: Aham. A minha tia diz que punha comida assim na mesa, e ele diz que fazia assim “que prato aquele?”. Ele não via. E chamava “venha ver aqui, que fulana, mas que perna!” cê veja, nunca esqueço disso, ela contava. A comida ele não enxergava,, mas pra ver as mulher ele era medonho. Essa minha tia aí, que morreu com bastante idade, ela dizia assim: “se eu precisar ficar com o Juca, lá na casa dele, de noite eu tenho que pôr o guarda roupa de encostado na porta” Porque ela sabia das malandragens né... [risos]

L: Dessa, eu sei que não é da época já de vida da senhora, mas, do Major Vieira a senhora tem alguma informação também, daquela época ainda, né, que eles pudessem comentar ou algo assim?

I: Não, não me lembro.

L: Tá.

I: Só me lembro assim que trouxeram pra cá os ossos dele né.

L: Uhum, é que ele tinha a casa comercial na esquina da...

I: E sabe porque que eu ri? Porque diz que essa minha tia aí, a do Juca Mattoso, quando trouxeram os ossos lá, eles fizeram uma cerimônia, que ela tava lá, e parece que tinha chovido, não sei o que, diz que ela bateu assim com o guarda- chuva, lá nos ossos dele “Eta caboco veio! Voltou pra cá!” Nunca esqueço, eles contavam que ela disse isso, voce veja!

L: É, porque eles tinham se conhecido né, da época...

I: é, aham, diz que ela com o guarda- chuva bateu lá nos ossos dele e disse “ Ata caboco veio! Voltou pra cá!”

L: é porque ele tinha casa comercial aqui bem na esquina né, e ele era um dos fundadores também...

I: Por isso que tem a rua major vieira né..

L: Junto com S. Emílio, com S. Roberto... eles eram dos mais antigos a terem se assentado

I: É, dos mais antigos aí... E o pedro ruivo também, só que o pedro ruivo não sei se era contra eles, ou sei lá né... sei que havia... a mãe falava nesse pedro ruivo...

L: Uhum... dos Wolff também que moravam aqui por perto, dona Ivanita, tem alguma informação?

I: eu me lembro aqui que eles moravam numa casinha aqui na praça e que o velho se chamava Rodolfo Wolff, que eu era criança, eu me lembro dele, parece que eu vejo ele. Ele era preto e ficou assim com o cabelo bem branco! Engraçado, eu me lembro bem. Rodolfo, eu me lembro o nome dele.

L: E a senhora...

I: Daí tinha um Wolff aí que era, parece que filho ou neto dele, era lá da igreja, era ministro da eucaristia, tudo... mas já morreu, parece que era neto dele.

L: Acho que ele morava lá perto do cemitério, não é, da escola Felícitas, ali?

I: É, isso, era lá

L: Eu lembro de passagem dele.

I: A mulher dele é viva ainda

L: Bom saber.

I: de vez em quando eu vejo ela lá na igreja.

L: Porque o S. Rodolfo também foi um dos que, a gente sabe que ele ficou aqui na cidade durante a guerra mas a gente não sabe informações..

I: Decerto estava junto com esses aí né..

L: Eles eram todos do Partido Republicano na época

I: É, isso

L: E o S. Emílio, por acaso ele não era partidário do PR, ou outro...

I: Não sei de qual partido ele era, sei que ele usava um lenço, por umas fotos que eu via sempre, no pescoço, nao sei se.. eles usavam pra distinguir né... aí não sei de qual que ele era, cê veja

L: Não, mas tranquilamente, a gente....

I: e agora com mais isso ali, né... [o jornal que ela me forneceu para fotografar, anexo]

L: o material que a senhora me disponibilizou eu acho que vai ser perfeito, vou até pegar a câmera ali e a gente tira a foto deles ali então...

I: Aham, pode tirar ali

L: Muito agradecido então, tá, D. Ivanita, muito obrigado.

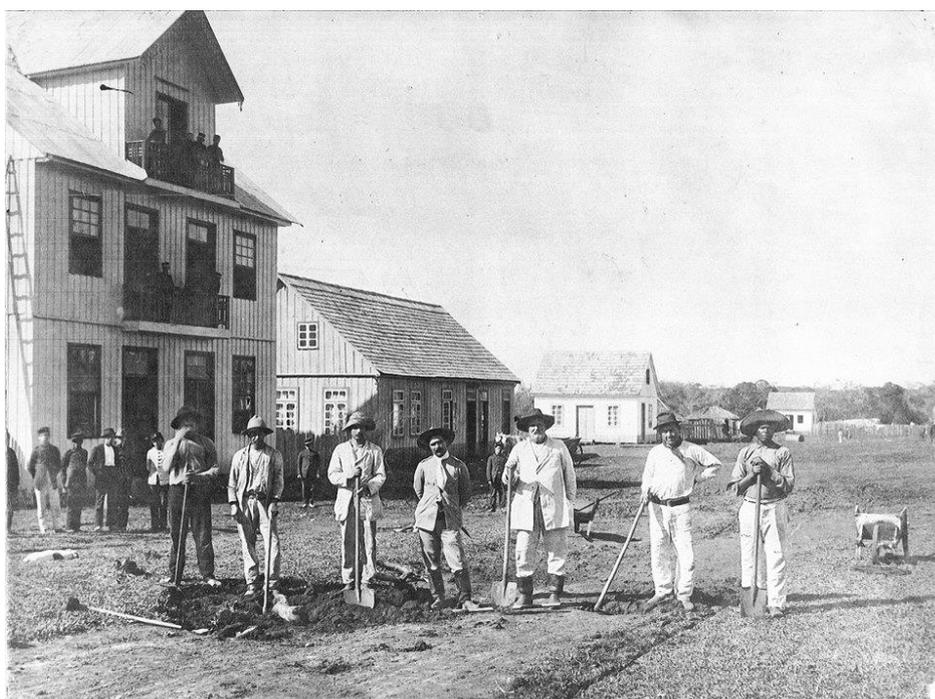
I: Aham...

L: Vou pegar a câmera aqui

I: Canoinhas é cultura, eu fiz uma vez aqui...

Anexos:

Imagem 27: Mattos Costa entre trabalhadores em frente ao Edifício Stoerbel, quartel da força pública e cadeia. Nota-se a presença de militares nas sacadas.



Fonte: Arquivo Histórico de Canoinhas

Imagem 28: Mattos Costa entre dois oficiais e o contingente do 16º Batalhão de Infantaria sobre a ponte do rio Canoinhas.



Fonte: Arquivo Histórico de Canoinhas

Imagem 29: Integrantes da Companhia de Engenheiros do 2.º Batalhão reunidos pelo reestabelecimento do tráfego ferroviário.¹⁷²



¹⁷² “Integrantes da Companhia de Engenheiros do 2.º Batalhão reunidos junto a posto telefônico de campanha, por ocasião do reestabelecimento da linha férrea efetuado pelo capitão Oscar Paiva e pelo tenente Goyana Primo. O tráfego havia sido interrompido pelos fanáticos” (RODRIGUES, 2008a, p. 270)

Fonte: Arquivo Histórico de Canoinhas.

Imagem 30: O reestabelecimento da linha telegráfica entre Canoinhas e Porto União da Vitória

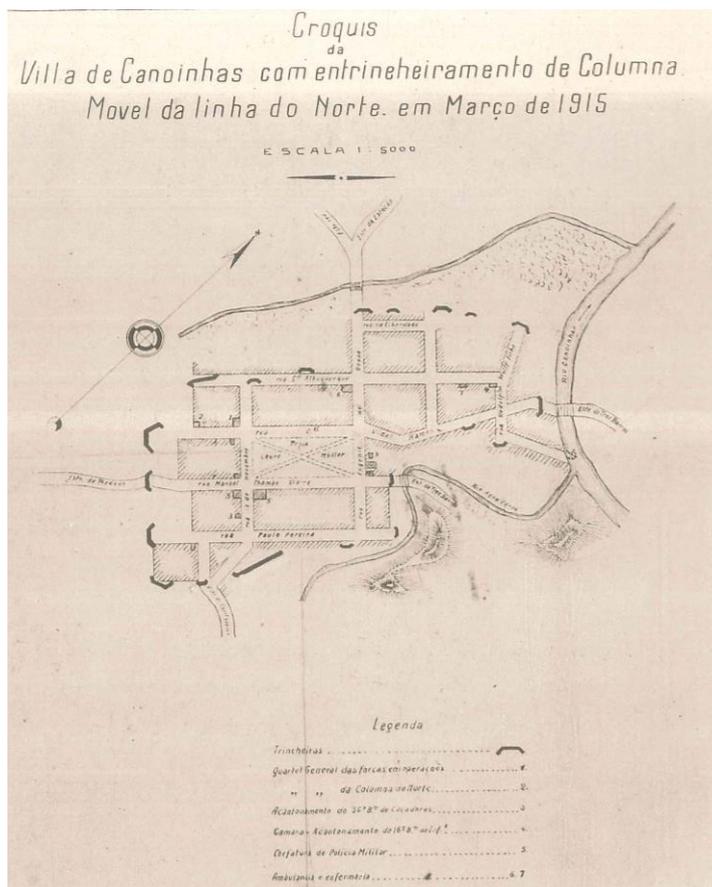


Fonte: RODRIGUES, 2008a, p. 270.

Anexo 5: Telegrama de Felipe Schmidt a Setembrino de Carvalho

De Florianópolis Sr. General Setembrino de Carvalho – Porto União – Comunico prezado amigo noticias chegam Canoinhas me deixam verdadeiramente contristado continua toda aquela zona sendo feita destruição sistemática propriedades arrebanhamento gado cavalos assassinatos praticados Pedro Ruivo contratado comandar elementos civis sendo de notar depredações assassinato exercido indistintamente contra fanáticos ou não há poucos dias Pedro Ruivo assassinou nove indivíduos eleitores Canoinhas contra os quais não havia menor acusação ainda anteontem chegara Canoinhas cavalos arreitados de pessoas que foram assassinadas Pedro Ruivo se sobrepõe ali a todas autoridades e tem assassinado pessoas portadoras salvos condutos fornecidos autoridade militares afim evitar que tarde sejam força vosso Exercicio acusadas co-participação esses crimes que aviltam nossa civilização conviria fosse instaurado urgente inquérito militar apurá-lo convenientemente Pedro Ruivo Dente de Ouro são indivíduos sem escrúpulos ciosos exercer vinganças contra população toda região confio providenciará com urgência exigidas circunstâncias. Salvar Canoinhas completo aniquilamento castigar criminosos. (...) Afetuosas saudações – Felipe Schmidt (CARVALHO, 1916, p. 239 apud RODRIGUES, 2008, p.353.)

Imagem 31: Croquiada Vila de Canoinhas com entrincheiramento de coluna Móvel da linhas do Norte em março de 1915.



Fonte: CONTESTADO, 1987, p. 149.